



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Débora Ferreira Bossa

**ADOÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA: NARRATIVAS SOBRE A PAIXÃO
PELO ESTRANHO**

UBERLÂNDIA

2017



Débora Ferreira Bossa

**ADOÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA: NARRATIVAS SOBRE A PAIXÃO
PELO ESTRANHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.
Área de Concentração: Psicanálise e Cultura.

Orientador: Prof. Dra. Anamaria Silva Neves

UBERLÂNDIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B745a Bossa, Débora Ferreira, 1991
2017 Adoção da criança com deficiência: narrativas sobre a paixão pelo estranho / Débora Ferreira Bossa. - 2017.
131 f.

Orientadora: Anamaria Silva Neves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia - Teses. 2. Adoção - Teses. 3. Inclusão social - Teses.
4. Crianças deficientes - Aspectos psicológicos - Teses. I. Neves,
Anamaria Silva. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9



Débora Ferreira Bossa

**ADOÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA: NARRATIVAS SOBRE A PAIXÃO
PELO ESTRANHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicanálise e Cultura

Orientador(a): Prof.^a Dra. Anamaria Silva Neves

Banca Examinadora

Uberlândia, _____ de _____ de 2017.

Prof. Dra. Anamaria Silva Neves (Orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Uberlândia, MG

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini (Examinador)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Uberlândia, MG

Profa. Dra. Isabel da Silva Kahn Marin (Examinador)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – São Paulo, SP.

**UBERLÂNDIA
2017**

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender como se constitui a adoção da criança com deficiência, articulando a relação entre o estranho (*unheimlich*) e a paixão (*pathos*). As crianças que apresentam alguma deficiência ou doença crônica são pouco requeridas pelos pretendentes, culminando em longos períodos de institucionalização, ou ainda, a impossibilidade da adoção. O estudo, de abordagem psicanalítica, foi baseado no caso de adoção de uma criança com paralisia cerebral, a partir de dois encontros realizados em ambiente hospitalar com Jaciara (mãe adotiva) e Enzo (8 anos, criança adotada). A narrativa desvela implicações do laço mãe-criança como a condição única de sobrevivência psíquica de ambos; aponta para a condição da maternidade, cuja direção à adoção remete ao funcionamento da representação materna que Jaciara carrega em si; e considera que a criança é colocada no lugar de ocupar o hiato entre a mãe e a mulher, de modo que a deficiência transforma a maternidade em totalidade, mãe-toda. A adoção da criança com deficiência movimenta afetos singulares na relação familiar, para o qual a criança ocupa o espaço de superinvestimento materno. O estudo se ancorou em dois trinômios: adoção, deficiência, psicanálise e estranho, familiar, paixão. A associação entre os elementos do primeiro trinômio revela o infringir do sintoma e sua potência, recompõe a história da configuração familiar em adoção, a inserção da criança com deficiência no laço, bem como desmistifica os fantasmas e desconhecimentos sobre a adoção e a deficiência. Os elementos do segundo trinômio dizem respeito à relação estabelecida pela adoção de Enzo por Jaciara e indicam as movimentações psíquicas necessárias para a construção desse laço. Para cada família, uma nova história, em que esses elementos se entrelaçarão de modo singular em cada narrativa construída.

Palavras-chave: adoção, deficiência, família, inclusão social, políticas públicas, psicanálise.

ABSTRACT

This research aimed to understand how the adoption of children with disabilities is articulated, linking the relationship between the stranger (*unhemlich*) and the passion (*pathos*). Children who have a disability or chronic illness are low required by the applicants, which results in long periods of institutionalization and consequently no adoption. The study, based on the psychoanalytical approach, was funded on the case of adoption of a child with cerebral palsy, from two meetings held in a hospital environment with Jaciara (adoptive mother) and Enzo (8 years old, adopted child). The narrative reveals some mother-child implications as unique condition of the psychic survival of both. It also conjectures the condition of motherhood, whose direction of adoption refers to the functioning of the maternal representation that Jaciara carries within herself. Finally, it considers that the child is placed in the place of occupying the gap between the mother and the woman, so that the deficiency transforms the motherhood into totality, mother-whole. The adoption of the child with disabilities moves singular affections in the family relationship, for which the child occupies the space of maternal overinvestment. The study was anchored in two trinomials: adoption, disability, psychoanalysis and strange, familiar, passion. The association between the elements of the first trinomial reveals the violation of the symptom of the human and its potency, recomposes the history of the family configuration in adoption, the insertion of the disabled child in the bond, as well as demystifies The ghosts and lack of knowledge about adoption and disability. The elements of the second trinomial refer to the relation established by the adoption of Enzo by Jaciara, and indicate the psychic movements necessary for the construction of this bond. For each family, a new history, in which these elements will intertwine in a unique and unique way in each constructed narrative.

Keywords: Adoption, deficiency, family, psychoanalysis, public policies, social inclusion

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

CNA – Cadastro Nacional de Adoção

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

ONU – Organização das Nações Unidas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

Aids – *Acquired immunodeficiency syndrome* – Síndrome da Imunodeficiência adquirida

ONG – Organização Não Governamental

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1 – Selecionando o elenco: leitura sobre a deficiência a partir dos contos de fadas e das lendas folclóricas brasileiras	14
1.1. Os contos de fadas	14
1.2. As lendas folclóricas brasileiras	27
Capítulo 2 – Aquecimento: A criança com deficiência e seus contextos	32
2.1. O campo da deficiência e a dimensão social	32
2.2. Abandono e adoção: a deficiência como resto	37
Capítulo 3 – Montagem coreográfica: criança e deficiência na cena psicanalítica	52
3.1. Clínica psicanalítica	52
3.2. O sujeito e a alteridade: nascimento físico e psíquico da criança com deficiência	57
Capítulo 4 – Ensaios: os passos da pesquisa	74
4.1. Instrumentos: as técnicas para a pesquisa em psicanálise	74
Capítulo 5 – As cortinas já estão abertas: O espetáculo familiar.....	79
5.1. Prólogo	79
5.2. Primeiro ato: instante do olhar	81
5.3. Segundo ato: tempo para compreender	88
5.4. Terceiro ato: momento de concluir	102
Capítulo 6 – <i>Grand Finale</i>: Considerações finais	112
Reverence	116
Referências	117
Anexos	125

INTRODUÇÃO

A deficiência é colocada pela maioria dos pretendentes à adoção como uma característica a ser excluída na construção do perfil da criança junto ao Cadastro Nacional de Adoção (CNA). O Conselho Nacional de Justiça (CNJ)¹ disponibiliza os relatórios estatísticos sobre os perfis dos pretendentes à adoção e sobre as características das crianças e adolescentes cadastrados em página virtual de acesso público. Os dados dos relatórios mostram que dentre os 37.281 pretendentes à adoção, 25.401 (68,54%) aceitam somente crianças que não tenham doenças crônicas ou deficiência. E, dentre as 6.941 crianças cadastradas para adoção, 1.747 (25,17%) apresentam algum problema de saúde (CNJ, 2016). As deficiências ou doenças crônicas são características colocadas de lado no contexto da adoção, pois apresentam aos adotantes a dimensão da irreversibilidade de alguma condição incapacitante, bem como precipita os desafios que a família pode enfrentar diante do estado de saúde debilitado ou instável da criança.

Assim, para compor o elenco desta pesquisa adoto a infância, transfigurando seus autores em atos marcados por algo muito distante de um suposto paraíso. O elenco que busco é composto pelo corpo da vulnerabilidade social de crianças abandonadas e que não entram no “perfil” dos interessados à adoção, configurando dupla exclusão. Essas crianças apresentam características excludentes, como as deficiências físicas, intelectuais, doenças crônicas ou genéticas. E são essas características, que estampadas na realidade ou postas no imaginário, fazem desvelar o que é forçosamente colocado fora de cena.

Esta pesquisa irrompe do campo da adoção e, atenta-se para os aspectos que estão postos fora da cena, a filiação da criança com deficiência, processo que desvela a paixão pelo estranho,

¹ Os dados são passíveis de sofrerem alterações diárias. Os valores apresentados foram resgatados nos relatórios estatísticos do CNJ através da página virtual recuperada em 27 de agosto de 2016, de <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/cadastro-nacional-de-adocao-cna>.

o *unheimlich*. Os termos paixão e estranho são articulados a partir do texto “O Estranho”, de Freud (1919), o qual porta o sinistro entre o horror e o familiar, algo conhecido ao sujeito que deveria permanecer oculto, mas que se revela com estranhamento. A deficiência se apresenta como estranho ao considerar a condição de horror, rejeição e afastamento que sua presença provoca, dado as constatações históricas e sociais ao trato da deficiência. Em contrapartida, sendo uma condição inerente à espécie humana torna-se algo familiar, uma vez que não se destitui da mesma.

O desenvolvimento da pesquisa caminha pelo campo da psicanálise, no qual, como exploradora desse território, encontrei uma mãe que adotou cinco filhos, dentre os quais uma criança com deficiência. A cena mãe e filho, construída a partir de dois momentos de entrevista, oferece o enredo da narrativa Enzo². Nomeio o caso estudado como narrativa, por considerar que o componho a partir de dois encontros, cujos conteúdos desenvolvidos apontam para a existência do hiato entre caso e entrevista.

A narrativa parte da construção de elementos significativos resgatados da história de Enzo (8 anos, criança adotada) e Jaciara (38 anos, mãe por adoção). Figueiredo (2004) apresenta que a construção do caso tem a finalidade de partilhar os elementos da narrativa dos participantes em um trabalho conjunto. E, considera que para a psicanálise, a construção do caso clínico faz referência à reorganização dos elementos do discurso dos sujeitos, incluindo-se as ações do sujeito, norteadas pela posição de seu discurso. A autora diferencia que o caso não se reduz ao sujeito, mas à sua posição subjetiva. A história, conjunto de cenas e conteúdos, é transformada em caso na interferência da psicanálise, que busca a construção pelo que é decantado a partir do relato.

A entrevista, por sua vez, busca, a partir da interação entre entrevistado e entrevistador, a compreensão da realidade que os cerca. Paulilo (1999) menciona que as entrevistas para a

² Nome fictício, como todos os demais que aparecem neste texto, a fim de preservar a identidade dos sujeitos.

pesquisa qualitativa objetivam a construção da história oral dos participantes, cujas contribuições perpassam pela subjetividade do expositor e aborda os significados que permitem a passagem da imaginação para o simbolismo, possibilitando habitar um território que transgrida a mera descrição dos eventos. A autora também considera que a pesquisa que parte da história de vida como resgate para o entendimento do fenômeno recobre o contexto individual e social, compondo um desbravamento da interação entre entrevistador e entrevistado, que possibilita o produzir do conhecimento. Mannoni (1980b) descreve que a entrevista, em psicanálise, recupera, na fala do sujeito, as angústias e o sofrimento psíquico, cujo efeito no sujeito é engendrado pela escuta atenta do analista.

Os encontros realizados nesta pesquisa proporcionaram efeitos que se configuraram para além da entrevista que visa a coleta de informações sobre a história dos sujeitos. Por não se localizar como demanda de análise, a pesquisa não se torna um estudo de caso clínico, apesar de se configurar como uma construção capaz de ser compreendida a partir dos elementos decantados pelo discurso. Assim, ao me apoiar na transferência para compreensão do encontro com Enzo e Jaciara, recorro ao significante narrativa para simbolizar o furo da aproximação entre caso e entrevista. O termo, também, apresenta o caso como sincronia com a leitura da deficiência apoiada nos conteúdos encontrados na literatura fantástica e folclórica apresentada nesta pesquisa.

As técnicas utilizadas da pesquisa em psicanálise foram a entrevista, a escuta, a escrita e a transferência. Nomeio tais recursos como instrumentos, pois tal como ocorre em uma peça, orquestra e bailarinos precisam estar sincronizados para tornar o espetáculo possível.

Os capítulos foram nomeados seguindo alguma lógica de organização de um espetáculo de dança, isso porque não pude deixar de lado o que está presente há muitos anos em meus passos pessoais: o mergulho diário no *ballet* clássico. E dessa forma, marcada por uma movimentação simétrica, exigente e moldada por movimentações que estão determinadas pela

técnica, aventurei-me a pesquisar algo de extremo oposto, o impacto do corpo limitado pela deficiência. Assim, para compor e dirigir esta peça me apoio no roteiro construído a partir das narrativas fantásticas do corpo da deficiência; apresento como protagonista a narrativa Enzo, e a psicanálise para atuar na iluminação da cena e elementos dos bastidores e cenário, regendo os esclarecimentos entre o obscuro e o enigma proposto.

O capítulo um “*Selecionando o elenco: leitura sobre a infância e a deficiência a partir dos contos de fadas e das lendas folclóricas brasileiras*” adentra no campo da deficiência, compreendendo-a como algo posta no imaginário cultural, mas que sua presença real provoca um efeito singular de inquietação e afastamento. O corpo com a deficiência é resgatado a partir dos personagens de contos de fadas e das lendas folclóricas brasileiras, enfatizando os aspectos que marcam os corpos, a singularidade e os efeitos em suas vivências e destinos.

O caminho fantástico construído no capítulo anterior abre espaço para o capítulo dois, “*Aquecimento: a criança com deficiência e seus contextos*”. No aquecimento o corpo é preparado para a cena, os exercícios são fundamentais para sincronizar o corpo e a mente para o trabalho a ser realizado. Este é o momento de concentração e a entrada no silêncio que permite a escuta interna. Nesse silêncio, a sequência de movimentações é repassada individualmente, compondo a pré-história da cena. Neste capítulo, portanto, discorro sobre as diversas cenas e posições que a deficiência ocupa nos âmbitos histórico, da família, da clínica psicanalítica e na singularidade constitutiva do sujeito.

Tendo o roteiro organizado, o elenco selecionado e o corpo preparado para o início dos ensaios, é necessário o tempo de criação do trabalho. Assim, o capítulo três, “*Montagem coreográfica: criança e deficiência na cena psicanalítica*”, apresenta os aspectos relacionados ao trabalho na clínica psicanalítica com a infância e a deficiência, a qual traz para a cena a relação com o Outro.

O capítulo quatro, “*Ensaios: os passos da pesquisa*”, enseja sobre os movimentos e instrumentos utilizados nesta pesquisa. Os instrumentos remetem aos arranjos utilizados entre a entrevista, a escuta, a escrita e a transferência, sendo este o instrumento fundamental de toda construção em psicanálise.

O capítulo cinco, “*As cortinas já estão abertas: O espetáculo familiar*”, é dividido em três atos, assim como as peças de *ballet* de repertório que se estruturam entre os momentos de apresentação da trama até seu desfecho. Os três atos que fragmentam o desenvolvimento da narrativa Enzo foram considerados a partir da divisão do tempo lógico apresentado por Lacan (1998a), com base no texto “O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada: um novo sofisma”, originalmente publicado em 1966 na obra “Os Escritos”. Neste estudo, Lacan (1998a) apresenta o sofisma dos três prisioneiros que marca a subversão do tempo cronológico em tempo lógico e demarca o tratamento psicanalítico composto por três dimensões: o instante do olhar; o tempo para compreender e o momento de concluir.

Como personagens desses atos estão na cena Jaciara, mãe por adoção, e Enzo, criança com deficiência adotada. Na oração anterior faço propositalmente a presença do duplo sentido dado pela apresentação inversa em “criança com deficiência adotada”. A sentença permite compreender que a criança foi adotada, sendo que a mesma apresenta uma deficiência, ou ainda que a deficiência foi adotada em detrimento da criança. Tal característica dupla é reconhecida a partir da história narrada por Jaciara, que indica tentativa de realização do desejo como mulher pela via da maternidade, mas que, ao mesmo tempo, é mortificado por este mesmo elemento.

Enzo esteve presente nos dois encontros realizados com Jaciara, mas a escuta do discurso da criança se passa pelo ato transferencial, uma vez que Enzo apresenta grave comprometimento orgânico decorrente da hipótese de paralisia cerebral. Jaciara já tinha dois filhos biológicos, ambos do sexo masculino, e iniciou o processo de adoção para ser mãe de uma menina, pois hesitou arriscar mais uma gravidez e seu desejo não ser realizado. Contudo,

nesse processo de adoção, Jaciara obteve a guarda de três meninos e duas meninas. Dentre a busca pela maternidade por adoção estava a escolha em adotar Enzo, dada a “*paixão*” (sic) que lhe acometera quando o conheceu, afirmando que a partir do primeiro encontro “*não podia mais ficar sem ele. Foi amor à primeira vista, uma paixão inexplicável*” (sic). Não se trata de uma deficiência que nasce de modo inesperado dentro da família, mas de uma mãe que escolhe uma criança com deficiência para reconhecê-lo como filho. É diante dessa escolha que apresento a questão sobre a eclosão da paixão pelo estranho.

E, por fim, o capítulo seis “*Grand Finale: considerações finais*” apresenta os restos como encaminhamentos e considerações finais deste recorte, o qual precisa para fins acadêmicos sinalizar que apresenta um fim, apesar de que seus caminhos se estendem para além do que é percorrido nesta construção. Foi preciso encerrar o espetáculo para fazer reverberar seus efeitos e constantes movimentações que reverberam para novos ensaios e (re)apresentações.

CAPÍTULO 1 – SELECIONANDO O ELENCO: LEITURA SOBRE A DEFICIÊNCIA A PARTIR DOS CONTOS DE FADAS E DAS LENDAS FOLCLÓRICAS BRASILEIRAS

Os contos de fadas e as lendas folclóricas são narrativas que colonizam a infância. Para engendrar novos olhares, no campo da psicanálise, a fim de construir o diálogo entre infância e deficiência proponho, primeiramente, a articulação destes termos com os contos de fadas e as lendas folclóricas brasileiras, para depois considerar e aproximar os termos deficiência e a adoção. Nesta pesquisa, essas formações narrativas se desdobraram nos passos que puderam trazer para a cena os desdobramentos imaginários, subjetivos, sociais e familiares frente ao corpo da criança com deficiência.

1.1. Os contos de fadas

Bettelheim (1979) desenvolveu um importante trabalho “A psicanálise dos contos de fadas” para a utilização da literatura no trabalho psicanalítico. Nas páginas iniciais da obra, o autor retoma uma citação do poeta alemão Schiller (The Piccolomini, III, 4): “Há maior significado profundo nos contos de fadas que me contaram na infância do que na verdade a vida ensina” (Bettelheim, 1979, p. 14). Os contos são, portanto, o início investigativo desta pesquisa.

Bettelheim (1979) reconhece que os contos de fadas trazem, como conteúdo manifesto, poucos ensinamentos sobre a condição de vida na sociedade, pois foram inventados antes que a sociedade moderna existisse. Em contrapartida, os contos são cheios de elementos capazes de dialogar com a imaginação, ao tornar claras emoções e aspectos do desenvolvimento intelectual, harmonizar ansiedades e aspirações, reconhecer dificuldades e sugerir soluções para problemas que perturbam os personagens. A partir dos contos de fadas pode-se apreender e compreender

sobre os problemas internos dos seres humanos e as soluções emocionais possíveis diante dos enredos. Os contos de fadas são um auxílio para que a criança possa lidar com o mundo desordenado, além de sugerir pistas para entender sua complexidade, isso porque portam um dilema existencial de forma breve e categórica, de modo que suas figuras são apresentadas claramente. Os detalhes menos significativos são excluídos, os personagens são mais típicos do que únicos, o mal é tão onipresente quanto a virtude. O bem e mal recebem forma, corpo e ação, sendo a dualidade apresentada como o problema moral do conto, convocando o conflito para encontrar a resolução.

Embora apresente a dualidade bem e mal, os personagens dos contos não são ambivalentes, ou seja, um mesmo personagem não apresenta essas características simultaneamente, como acontece na realidade, de modo que as polaridades (e.g.: bem/mal; esperteza/tolice; virtude/preguiça) são permanentes e determinantes das personagens durante todo o enredo. Os contos são, assim, instrumentos capazes de provocar conteúdos inconscientes, sobrepujados pela repressão, possíveis de serem trabalhados no nível da imaginação e seus danos potenciais ficam reduzidos (Bettelheim, 1979).

Contudo, Bettelheim (1979) considera que o significado profundo dos contos é singular para cada leitor ou ouvinte, sendo diferente para uma mesma pessoa a depender de vários momentos de sua vida, os significados apreendidos dependem do interesse dos leitores e necessidades situacionais. Os contos de fadas oportunizam a ampliação de significados já conhecidos para substituí-los por novos.

Toda cultura é marcada por lendas e contos que trazem a história e a moral de seu tempo, e à medida que são transmitidas de geração a geração ganham novas entonações e leituras, porém há aspectos de seus enredos e personagens capazes de transpor o tempo e manter sua mensagem e conteúdos originais. Bettelheim (1979) acrescenta que no decorrer dos séculos os contos de fadas foram contados e recontados e, nesse processo, foram capazes de transmitir

significados manifestos e encobertos, além de abordar aspectos em diversos níveis da personalidade humana da criança e do adulto. A partir da psicanálise, os contos transmitem informações ao consciente, pré-consciente e inconsciente, e abordam os problemas universais humanos. As histórias que preocupam o pensamento da criança dizem respeito ao ego em formação, assim como aliviam as pressões do pré-consciente e inconsciente. O desenvolvimento das histórias validam e dão corpo às pressões do id, e mostram os percursos para satisfazê-las, seguindo as requisições do ego e superego.

Não se tem a precisão do surgimento dos contos de fadas, pois a maioria tem sua origem na comunicação oral, tornando impossível indicar o momento e o local de sua produção.

Bettelheim (1979) esclarece

Antes de serem redigidas, as estórias ou eram condenadas ou amplamente elaboradas na transmissão através dos séculos; algumas estórias misturavam-se com outras. Todas foram modificadas pelo que o contador pensava ser de maior interesse para os ouvintes, pelo que eram suas preocupações do momento ou os problemas especiais de sua época (p.34).

Coelho (1987) explica que a egíptologa Mrs. D'Orbeney encontrou em escavações na Itália alguns manuscritos egípcios, escritos em rolo de papiro, com idade estimada de 3.200 anos. O achado revela o valor dado à obra e a necessidade de preservação, cuja indicação no início do documento, com a identificação do escriba Anana, como autor, seguia os dizeres “Que o deus Tot livre da destruição todas as obras contidas neste rolo”. O escrito compunha o drama de dois irmãos, traídos por uma mesma mulher. Versões semelhantes deste conto e de outros foram encontradas em diferentes culturas espalhadas pelo mundo. Nessa narrativa são identificadas a repetição das polaridades paixão-ódio, ciúmes descontrolados que separam

irmãos ou amigos e provocam mortes, metamorfoses constantes que atingem inocentes ou castigam culpados, e o reconhecimento de conquistas aos injustiçados.

Desde a década de 1950 o Realismo Mágico ou Maravilhoso forma uma corrente fecunda da nova literatura brasileira, em que aspectos relacionados ao onírico, ao fantástico são compreendidos como caminhos para atingir as verdades humanas. Assim, narrativa mágica deixa de ser exclusividade das crianças e passa a ser também assumida pelos adultos, uma vez que há maior interesse pela significação dessas histórias, adornadas por sentidos ocultos e mobilizadores dos relacionamentos e da vida. As narrativas de maneira direta ou indireta, simbólica ou realista, atentam-se para trazer aspectos comuns aos homens, falam sobre a vida, como deve ser vivida, tratam da condição humana relacionada aos deuses ou limitada aos próprios homens. São inúmeros os recursos do homem para burlar o desconhecimento, e desde os primórdios da História é possível ter evidências de suas tentativas para desvendar os mistérios da natureza e das relações, a fim de ultrapassar os limites impostos por sua própria condição de ser humano. A literatura é uma expressão para lidar com a necessidade de saber e dominar a vida. Fábulas, apólogos, parábolas, contos, mitos, lendas, sagas, dentre outros, são exemplos do extenso material narrativo secundo na humanidade, que guardam um determinado saber fundamental (Coelho, 1987).

Bettelheim (1979) menciona que em muitas culturas não há uma distinção clara entre o mito, os contos folclóricos e os contos de fadas, porém, é possível discriminar alguns aspectos particulares de cada composição literária. Algumas histórias folclóricas e de fadas foram desenvolvidas a partir dos mitos ou incorporadas a estes. Os contos, folclóricos e de fadas, pertencem à cultura cumulativa de uma sociedade, uma vez que fazem relembrar o saber das gerações passadas a serem transmitidos às gerações futuras. Os mitos e os contos, em geral, problematizam os conflitos internos dos sujeitos, e apresentam de forma direta, como no caso do mito, ou de modo sugestivo, nos contos, questões eternas ao homem tais como: “o que é

realmente o mundo? Como viver minha vida nele? Como posso realmente ser eu mesmo?" (p. 59, 1979). O mito pode apresentar um conflito interno de forma simbólica e sugerir modos de resolução, porém sua preocupação central é transmitir uma força espiritual e divina, em que os heróis sobre-humanos solicitam deveres aos humanos. Os contos de fadas, por sua vez, sugerem de forma sutil que os conflitos podem ser solucionados, e delegam à fantasia da criança ou do adulto o modo de aplicar à própria história pessoal o que o enredo do conto revela sobre a vida e a natureza humana.

Segundo Coelho (1987), a lenda é uma narrativa anônima que carrega um conteúdo histórico ou verdadeiro, guardada pela tradição oral ou escrita. Nas lendas o real e o imaginário se confundem de modo que pode ser impossível discriminá-los, limiar entre a fantasia e a realidade, e sua principal característica é a tentativa de explicar de modo mágico os mistérios da vida e do universo. O mito, para a mesma autora, remete à origem do ser humano e tenta explicar, a partir da intuição, da religião, da poesia ou da magia, os fenômenos básicos da vida diante da natureza, divindade ou do próprio homem. Os povos primitivos tem seus mitos relacionados à religião ancestral, à criação do mundo, dos seres e também à alma.

Mannoni (1995) considera que o mito provém de lugar nenhum, pois é sempre uma encenação da origem, que habita o inconsciente e vem do ancestral. A mensagem contida provoca efeitos no corpo, ou seja, a realidade do mito é a linguagem, que se fundamenta em um imaginário cujo limite é a morte e a ausência, e esboça satisfações simbólicas. Os mitos oferecem uma imagem do mundo anterior ao pecado. A trama que embala o reencontro com a origem é transmitida às gerações por dizer sobre a tradição e colocar como significante as inquietações dos humanos. O conto traz a sutileza de apresentar uma imagem que é logo em seguida perdida, mas deixa resquício no corpo, ou seja, a narrativa oferece vida a uma cena, que desaparece no mesmo momento em que é vivenciada. Isso pode percebido nas situações em que a criança vivencia intensamente as histórias dos contos. Na escuta analítica da criança,

esta é um ator do conto em uma simulação que o movimenta para se depositar na criança, ao mesmo tempo em que esta deposita o conto sobre o agir de seu próprio corpo. Os contos podem portar um segredo terrível e medonho, e o que é percebido como assustador faz referência ao que não foi retirado pela amnésia infantil. O terror, a crueldade ou a violência produzidos a partir dos contos podem constituir para a criança, ou em seu corpo, um acontecimento próximo ao sacrifício.

Coelho (1987) identifica que no enredo dos contos de fadas, as fadas podem estar presentes ou não como personagens, e também apresentam outros personagens como: reis, rainhas, príncipes, princesas, gênios, bruxas, gigantes, anões, objetos mágicos, dentre outros. Os contos de fadas são, caracteristicamente, reconhecidos por seu eixo narrativo portam uma problemática existencial, fazendo alusão à luta do eu para a busca de uma realização interior profunda, seja na dimensão da existência singular, ou no nível do social para uma realização exterior. Os contos de fadas trazem a sabedoria da palavra e a paixão amorosa para a preservação ou a destruição da vida. A autora considera que é quase impreciso prever a origem dos contos de fadas, embora muitos pesquisadores concordem que os contos surgiram como poemas do povo celta, especificamente na criação poético céltico-bretã.

As fadas eram, originalmente, mulheres sobrenaturais que interagiam de modo direto ou não na vida dos seres humanos ou no cotidiano das comunidades, podendo auxiliá-los em situações adversas, ou seja, quando nenhuma solução natural é considerada como possível. As fadas são figuras femininas dotadas de poderes e virtudes sobrenaturais, que fazem parte do folclore europeu ocidental e cujos relatos emigraram para as Américas, e se tornaram, assim, ainda mais relatadas como seres imaginários ou fantásticos e de grande beleza. Encarnadas com o Mal, as fadas são identificadas como bruxas. Simbolicamente, as fadas e bruxas carregam a dualidade da mulher ou da condição feminina. Embora não seja possível identificação a origem geográfica ou temporal das fadas, é provável que tenham surgido na fronteira entre o real e o

imaginário, e desde sua criação têm fascinado crianças e adultos. As fadas são discriminadas em gnomos (da terra), sílfides (do ar), salamandras (fogo) e as ondinhas (água). A literatura atual considera que nos contos de fadas não há necessariamente a presença das fadas, mas se caracterizam por problematizar algumas verdades humanas e editar questões próprias dos conflitos psíquicos e interpessoais (Coelho, 1987).

Já os contos maravilhosos se distinguem dos contos de fadas por serem narrativas sem a presença das fadas, mas assim como os contos de fadas se desenvolvem em contextos mágicos, podendo apresentar animais falantes, tempo e espaço reconhecíveis ou familiares, objetos mágicos, gênios, duendes, dentre outros. O enredo dos contos maravilhosos está centralizado em uma problemática social, ou relacionada à vida prática. Nesse sentido, os contos maravilhosos apontam para o desejo de autorrealização do herói, ou anti-herói, na dimensão socioeconômica pela conquista de bens e riqueza. O ponto de partida dessas histórias, geralmente, é a miséria ou sobrevivência física que engendra a aventura, dando ênfase ao material, sensorial e à ética do ser humano³.

Alguns escritores revelaram os contos da linguagem popular, difundidos na cultura através da comunicação oral, para transcreverem os contos clássicos conhecidos até hoje. Entre eles estão Charles Perrault⁴ (França, 1628 – 1703), Jacob Grimm (Alemanha, 1785 – 1863) e

³ Os contos maravilhosos são oriundos de narrativas orientais. Por exemplo, Calila e Dimna é a primeira coletânea resultante das narrativas de apólogos usados por pregadores budistas, no século V (*Pantshatantra*) e à epopeia Indiana escrita entre os séculos IV a.C e IV d.C (Mahabarata). O livro Calila e Dimna foi o primeiro escrito em sânscrito e se espalhou pelo mundo da Antiguidade, entre os séculos VI e XIII, a partir de versões em persa, sírio, hebraico, latim, árabe. *O livro dos enganos das mulheres* também é uma coletânea originário da Índia de mesma estrutura que Calila e Dimna que ofereceram as bases para os contos maravilhosos conhecidos no Ocidente. Outro exemplo mais conhecido é a coletânea *As mil e uma noites*, compilação de contos maravilhosos cuja primeira forma de circulação escrita data do final do século XV. Porém, foi divulgada na Europa apenas no século XVIII com a tradução de Antonie Galland em 1704. Nesse período as fadas estavam na moda, e o clima literário estava recoberto pela fantasia, *As mil e uma noites* tornaram-se assim fonte de diversão e encantamento ao relatarem aspectos fabulosos e exóticos do Oriente (Coelho, 1987).

⁴ Charles Perrault (1628 – 1703) redescobriu os contos a partir da memória popular e permitiu que fossem transcritos e difundidos pela França, no século XVII, durante a corte do rei Luís XIV. Nesse tempo os contos haviam caído em declínio, as narrativas folclóricas estavam esquecidas, e as aventuras heroi-co-amorosas medievais haviam sido substituídas por aventuras sentimentais ou o heroísmo de paixão, e Perrault encontrou um contexto para a redescoberta do popular diante da crise dos valores aristocráticos e à luta feminista. Os contos de Perrault, estavam ligados à causa feminista, centrando em mulheres injustiçadas, ameaçadas ou vítimas, e apenas com a terceira edição de *A pele de asno* (1696), um conto sobre o desejo incestuoso de um pai por sua filha, que

Wilhelm Grimm⁵ (Alemanha, 1786 – 1859), e Hans Christian Andersen⁶ (Dinamarca, 1805 – 1875).

Os contos de fadas são caminhos possíveis para se aproximar da discussão a respeito da deficiência e infância, um fenômeno que provoca desdobramentos nos âmbitos da família e da sociedade. Os contos são recursos para apresentar a deficiência como manifestação imaginária, cuja elaboração é dada a partir de seu aparecimento no estranhamento do real. Para este fim apresento alguns contos de fadas extraídos das obras dos irmãos Grimm (2012), Perrault (1997) e Andersen (2013) que colocam em evidência a estética e a representação do corpo como símbolo que enlaça os conflitos entre os personagens.

No conto “A mulher que teve a criança trocada” (Grimm; Grimm, 2012) espera-se a partir do título que uma mãe recebeu uma criança diferente daquela que esperava como filho. E, de fato, o enredo revela que os gnomos retiraram do berço sua criança e lhe entregaram “uma aberração”, que só poderia ser trocada novamente se pudesse sorrir. O conto assim narra:

Uma mãe teve seu bebê tirado do berço por gnomos, que deixaram em seu lugar uma aberração com uma cabeça enorme e olhos inexpressivos que não queria beber nem comer nada. Desesperada, a mulher procurou a vizinha e lhe pediu conselhos. Esta lhe disse que deveria levar a aberração à cozinha, colocá-la sobre o fogão, acender o fogo e pôr água

Perrault menciona a intenção de produzir textos para crianças. Como resultado publicou em 1697 o livro *Histórias ou contos do tempo passado, com suas moralidades: Contos da minha Mãe Gansa* (Coelho, 1987).

⁵ Jacob Grimm e Wilhelm Grimm foram filólogos e folcloristas, estudiosos da mitologia germânica e história do Direito alemão, e recolheram da memória popular os contos de fadas, contos maravilhosos, lendas e sagas germânicas para a transcrição, transformando no livro *Contos de fadas para crianças e adultos*, de 1812 a 1822 (Coelho, 1987).

⁶ Hans Christian Andersen (1805 – 1875) recolheu contos populares nórdicos, ou seja, de países como Dinamarca, Finlândia, Suécia e Noruega, que estão culturalmente ligados à Alemanha. Andersen é reconhecido como criador da literatura infantil, e com o título *Eventyr* (Contos) publicou entre 1835 a 1872 pelo menos duzentos contos infantis, entre produções próprias e populares, foi assim, recuperador da memória popular ao mesmo tempo em que possibilitou a criação de uma nova literatura. Andersen revelou uma literatura infantil romântica ao propor a aproximação dentre o pensamento mágico e o pensamento racionalista (Coelho, 1987).

para ferver em duas cascas de ovos. Isso faria a aberração rir e, quando estava prestes a pôr as cascas cheias de água no fogo, o monstro falou:

“Sou mais velho que
a floresta do Reno,
mas nunca vi alguém cozinar em casca de ovo!”

Então ele riu muito e, enquanto estava rindo, apareceram vários gnomos, que trouxeram a verdadeira criança, colocaram-na junto ao fogão e levaram embora a aberração (Grimm; Grimm, 2012, vol. II, p. 199).

A partir da narrativa é possível identificar alguns aspectos importantes que dialogam com a realidade humana. O conto ilustra o encontro de uma mulher que se deparada com a estranheza da criança, com o qual pouco se identifica. O título “A mulher que teve a criança trocada” denota que se trata de uma mulher e não uma mãe. A mulher recebeu uma criança deformada, no lugar de receber uma de aparência esperada ou aceitável. Nomeada como mulher e não mãe, seu processo de identificação com a criança e condição materna foram ocultados durante toda a história. Assim, ao olhar para esta criança a mulher não a reconhece, pois primeiramente não se reconhece. O conto, por isso, não remete à maternidade, mas de uma mulher que olha para uma criança, sendo ocultada a relação de reconhecimento do parentesco mediante a inquietação à presença da criança.

A cabeça gigante e os olhos inexpressivos, e em seguida a recusa à alimentação, são os primeiros indícios de que algo parecia desconhecido ao que é esperado de uma criança. O encontro com esta criança disforme, e que recusa a aproximação da mulher, coloca em evidência o sentimento de desconhecimento, que desperta a necessidade da mulher de pedir ajuda à vizinha. O conselho desta remete a fazer algo inusitado e que exige certo grau de

habilidade, ao considerar que as cascas de ovos são finas e pequenas para que seja possível ferver alguma porção de água.

Ao colocar a criança sobre o fogão junto com as cascas de ovos em que porções de água foram fervidas, a criança manifesta em resposta a algo que também lhe parecia estranho. O que parece marcar esse conto é o encontro com o desconhecido. Para a criança “aberração” ver ferver água em casca de ovos, e para a mulher, a presença dessa criança de olhos inexpressivos e de cabeça grande, são aspectos estranhos a cada um deles. A apresentação do desconhecido faz com que ela ceda à tentativa da mulher em fazê-la sorrir, como resposta à sua iniciativa de resolução ao problema posto. A criança anuncia que é mais velho que a floresta do Reno, esta afirmação induz à compreensão de que a deformidade é uma condição presente na espécie humana, e recorrente por toda sua existência. O desfecho da história remete ao encontro do desconhecimento entre mulher e a criança, cujo cumprimento do desafio faz surgir a outra criança, já conhecida pela mulher, sendo por ela reconhecida e identificada.

Tendo em vista o mesmo objetivo em desvelar aspectos da deficiência como fenômeno de investigação psicanalítica, elenca-se também o conto “Riquete do Topete” de Perrault (1997). O conto inicia a descrição do nascimento de um menino muito feio. O pouco cabelo no alto da cabeça o fez ser chamado de Topete, e ficou conhecido por Riquete do Topete, já que recebera Riquete como nome de família. Uma fada que assistia ao nascimento profetizou que a criança seria dotada de espírito amável e poderia conceder tal espírito também à pessoa que amasse. O conto faz uso do termo espírito, que a partir do contexto anunciado, pode ser compreendido como a virtude da sabedoria. No reino vizinho o nascimento de uma bela menina foi assistido pela mesma fada, que lhe entregou toda a ignorância e ausência de espírito, e à sua irmã que nascera feia foi lhe entregue o espírito do conhecimento. À medida que as irmãs cresciam suas qualidades evoluíam em conformidade, ou seja, a irmã bela se tornava cada vez

mais dotada de beleza e também mais tola, e a irmã feia se tornava cada vez mais feia, porém mais sábia.

A irmã bela frequentemente ia à floresta para lamentar sobre seu destino, pois de nada lhe servia a beleza se pouco tinha condições para se aproximar de alguém e poder conversar com destreza, ser interessante ou ter habilidades manuais. Certo dia, Riquete do Topete lhe encontra em choro e se mostra solidário. A princesa lhe conta sobre seu sofrimento e Riquete do Topete se oferece para desposá-la, pois ele teria a habilidade de entregar parte de sua virtude a quem ele realmente amasse, e lhe concede um ano para que possa pensar e se decidir sobre o matrimônio. A princesa volta a seu reino e se torna cada dia mais sábia. Muitos são os pretendentes, mas ela não se interessa por nenhum deles, e tampouco se lembra do acordo que tinha feito com Riquete do Topete. Passado um ano, os dois novamente se encontram no mesmo lugar. A princesa desconsidera o pedido de Riquete do Topete, pois não reconhece que teria qualquer inteligência para poder tomar aquela decisão. Riquete relembra que ela também é detentora da habilidade de transferir à pessoa a quem mais amar um pouco de sua virtude, tendo ele a oportunidade de se tornar o príncipe mais belo de todos os reinos do mundo. Dado o desfecho do conto, a princesa se torna sábia e Riquete belo, e o casamento acontece. O conto aponta que a sabedoria minimiza o horror apresentado pela aparência destoante do padrão esperado. O contraponto de uma virtude suprir uma debilidade física propõe o movimento de compensação de algo que lhe carece.

A exaltação da estética é um elemento comum a muitos contos de fadas, além de Riquete do Topete que traz essa temática, apresento também o conto “Patinho Feio” de Andersen (2013). O conto apresenta que no verão o campo estava maravilhoso ao ser coberto pelo trigo amarelo e pela aveia verde. À beira água do fosso de uma bela mansão uma pata esperava que seus ovos partissem e que de seus filhos saíssem dos ovos para o mundo. Um deles era, porém, maior que os outros e demorou ainda mais para nascer. A mãe pata não desistiu e deixou os

patinhos recém-nascidos sem o passeio na água para esperar que o último ovo partisse. Dele nasceu um pato muito destoante dos demais, feio, grande e desengonçado. Esse pato diferente foi nomeado por patinho feio e sua aparência física era motivo para receber todo o tipo de destrato, como bicadas, xingamentos de sua mãe, irmãos, outros patos, aves, animais do pântano, inclusive chutes de humanos que apareciam para alimentar os patos.

O patinho feio saiu do local onde tinha nascido em busca de um lugar seguro, onde pudesse se sentir bem e seguro consigo mesmo, apesar de que o sentimento de inferioridade por sua diferença ser constante e o recurso que ele buscava para justificar outro sentimento que lhe perseguia, que era o sentimento de não pertencimento. Em suas andanças, o patinho feio se depara com muitas situações em que sua aparência é motivo de deboche e descrédito. Na viagem que faz rumo a lugar nenhum ele se deparou com um grupo de cisnes que ascenderam voo do matagal, o que fez surgiu nele o sentimento de encantamento por aquelas belas aves. Com o tempo o patinho veio percebeu que suas asas ganharam forças e que ele estava maior, levantou voo e foi parar em um lindo jardim, onde novamente encontrou as aves que anteriormente tinham lhe surpreendido. Frente a tanta beleza, o patinho feio, movido pelo encantamento, tentou se aproximar delas, aspecto que ele acreditou ser destituído. E assim empreende nessa tentativa, ainda tendo em mente

- Vou voar até aquelas aves, até aquelas criaturas majestosas, nem que elas me biquem até a morte por eu ser tão feio e ousar chegar perto delas. Mas não faz mal. Melhor ser morto por elas que bicado pelos patos, beliscado pelas galinhas, chutado pela criada e sofrer as agruras do inverno (Andersen, 2013, p. 118)

Ao se aproximar dos cines o patinho feio percebeu que fazia parte do grupo. Sua imagem refletiva pela água lhe deu a confirmação de que ele era tão majestoso quanto aos aves que tanto lhe encantaram.

Os contos de fadas podem apresentar como função narrativa a captura de dimensões humanas capazes de mobilizar afetos inomináveis ou confusos. A imagem corporal dos personagens apresentados está destituída da forma familiar do grupo em que se inserem, sendo por isso o estranhamento e o espanto. A criança “aberração”, Riquete do Topete e o patinho feio, são personagens que se apresentam como bizarros aos olhares dos demais, sendo a partir dessa imagem cedida pelos coadjuvantes que esses personagens engendram os desdobramentos dos conflitos dos protagonistas.

No conto “A mulher que teve a criança trocada”, o conflito é tratado a partir do incômodo do olhar da mulher para a criança, a qual quase não participa de seu próprio destino a não ser pela intenção da mulher em devolver aos gnomos uma criança que não é sua, posto que a aberração não lhe pertence, de modo que não é possível inventar laço com criança a não ser devolvendo-a. No conto “Riquete do Topete”, há a oposição entre beleza e virtude, de modo que se o personagem é provido de uma dessas características, a outra está, necessariamente, ausente. Mas a resolução para isso é proposta na condição de a beleza se apaixonar pela sabedoria, tornando o ignorante sábio e o feio belo. Nesta oposição a ambivalência é colocada apenas como desfecho possível para promover a compensação de seus déficits em cada personagem. O amor é a recompensa da diluição da oposição e possibilita a coexistência de beleza e a virtude no mesmo personagem. Nesta mesma perspectiva está o patinho feio, cujo sofrimento é revelado por sua aparência física, a qual permite que o grupo o ridicularize, açoite e o exclua. É pelo movimento de exclusão que o patinho feio engendra um novo caminho e encontra semelhantes, reconhecendo sua imagem e grupo de origem.

Os contos foram, portanto, utilizados para dimensionar o campo da deficiência, cuja aparência física ou manifestações das habilidades pessoais e sociais são oriundas do olhar do entorno da criança e determina seus cuidados, lugar no desejo do Outro e da família, bem como suas circulações na comunidade. A estranheza frente à deficiência é um aspecto que tenta ser

redimensionado pelos discursos sociais e políticos da atualidade; porém, os contos mostram que esse sentimento de isolamento do estranho perpassa como reconhecimento atemporal.

1.2. As lendas folclóricas brasileiras

O folclore apresenta a peculiaridade dos traços culturais de determinada sociedade. Para isso, faz-se também importante resgatar personagens do folclore brasileiro a fim de respaldar a deficiência na perspectiva da literatura fantástica.

Della Mônica (1982) esclarece que o fato folclórico representa a maneira de pensar, sentir e agir como expressão da experiência coletiva, integrando a sociedade em sua história cronológica e cultural. O folclore tem aceitação coletiva e em seu percurso histórico apresenta o caráter dinâmico, ou seja, ele se modifica a cada região, sendo resultado de invenção e difusão. A arte popular preserva determinadas características peculiares, tais como: é de origem das camadas populares; não se prende à lógica racional; inexiste em âmbito nacional, ou seja, revela arte e costumes de locais ou regiões; não tem um autor específico para os fatos folclóricos, eles são transmitidos pela comunicação e podem sofrer distorções decorrentes da espontaneidade do momento da narrativa.

Para a compreensão da deficiência enquanto objeto desta pesquisa, a fim de discuti-la posteriormente como possibilidade para o laço familiar por adoção, é possível resgatá-la também a partir das lendas folclóricas brasileiras. A partir das obras de Lopes Neto (1991) e Monteiro Lobato (1960), apresento os personagens saci e curupira.

O saci é um personagem que compõe o elenco do folclore brasileiro. Matreiro, seu principal passatempo é pregar peças nas pessoas. É um homenzinho negro de uma perna só, e tem furos nas palmas das mãos, traz na boca um cachimbo e na cabeça um gorro vermelho, que lhe dá poderes. Anda solto pelo mundo pregando trapaças às pessoas. No livro “O Saci”,

Monteiro Lobato (1960) descreve alguns de seus truques: faz queimar o feijão; a cada grão de milho que reza não estoura pipoca; azeda o leite; quebra a ponta da agulha; esconde a tesourinha de unha; embaraça os novelos de linha; faz o dedal das costureiras cair nos buracos; coloca moscas na sopa; gora os ovos das galinhas; vira o prego de cabeça para baixo para fazer espetar o pé da primeira pessoa que passar. Também incomoda os animais: atormenta os cachorros; persegue os cavalos; atropela as galinhas. “Tudo que numa casa acontece de ruim é sempre arte do saci” (Lobato, 1960, p. 90).

Os sacis vivem em gestação por sete anos dentro de gomos de taquara, e depois mais setenta anos soltos nas florestas, ao todo são setenta e sete anos de vida. Sete é seu número preferido. Após os setenta e sete anos de vida, os sacis viram cogumelos orelhas-de-pau. Para capturar um saci basta jogar uma peneira de cruzeta em cima de um rodamoinho de poeira e folhas secas. Depois de capturado, o saci deve ser preso dentro de uma garrafa com uma cruz riscada em sua rolha. É a cruz que prende o saci dentro da garrafa, não a rolha. Quando raptado, deve-se retirar o capuz do saci para que ele se torne escravo de quem o capturou, assim realizará serviços para o sequestrador como se fosse seu senhor. Se o saci resgatar seu capuz de volta, ou a ele for entregue, seus poderes retornam e ele consegue se livrar de seu sequestrador para fugir para a floresta.

Lopes Neto (1991) descreve que o saci é um caboclo muito ágil, que possui apenas uma perna e costuma saltar na garupa dos cavaleiros viajantes. E acrescenta que em algumas regiões do Brasil o saci é descrito como se fosse apenas manco e com uma ferida em cada joelho, governa as moscas, mutucas e mosquitos importunos.

No personagem do saci de Monteiro Lobato (1960) suas travessuras são planejadas e ao pregar peças nas pessoas essa situação lhe causa intensas gargalhadas. Assim, parece sentir imenso prazer ao ver que o outro foi enganado.

O curupira é outro personagem do folclore brasileiro que também merece ser mencionado, pois assim como o saci está investido na tentativa constante de enganar as pessoas que entram na mata. Lopes Neto (1991) esclarece que o curupira é um espírito perverso do mato, um indígena pequeno, tem os dentes verdes e os pés virados para trás. Sua principal diversão é confundir os andantes para fazer com que se percam no caminho a fim de sugar-lhes o sangue. Os curupiras andam sempre em duplas e moram nos caules ocos de paus de lei. Aparecem de repente no caminho dos andantes das matas, pregam suas mentiras e se escondem para rir de suas peças em silêncio. Para se livrar do curupira e evitar o pior, o conselho dado pela literatura folclórica é atirar pelo caminho cruzes e rodilhas de cipó entrelaçadas. O curupira tem o hábito de examinar o objeto deixado no caminho e destrançá-lo, enquanto o andante perseguido ganha tempo para escapar da mata.

O saci e o curupira podem ser compreendidos como personagens que escapam à castração, pois se fazem gozadores do outro e incide sobre a realidade a favor de seu prazer, suscitando medo e ódio nas vítimas de suas trapaças. Porém, a lenda do saci traz a mensagem da existência de uma marca da impossibilidade, pois ao retirar o capuz, este perde sua força e se torna escravo de seu sequestrador, estando a serviço de uma ordem imposta, que retira do saci sua principal habilidade: a condição de todo gozador; e o coloca diante da impossibilidade de fruição de seus desejos. Assim como o curupira que é tomado pelo enlace das folhas do cipó, sendo incapaz de atingir seu objetivo de trapaça.

A concepção psicanalítica sobre o processo da castração esclarece a imposição de uma lei simbólica que incide sobre sujeito a partir da impossibilidade de usufruir de seus desejos libidinais diante de seu primeiro objeto de amor, a mãe. A interdição éposta pela função paterna que delega ao princípio da realidade autoridade sobre o princípio do prazer, o sujeito é assim colocado no impedimento da fruição plena de seus desejos inconscientes (Freud, 1920). A lenda do saci oferece espaço para vivenciar a artimanha da trapaça e o prazer diante dessa situação.

Sendo assim, a lenda faz manipular sensações inconscientes da constante luta entre prazer e desprazer, movimento que opera o sistema psíquico. Além disso, estabelece um lugar para depositar as impressões primitivas das frustrações decorrentes das primeiras relações objetais com o agente materno, uma vez que exterioriza o que lhe provoca ódio em um elemento que se apresenta como mau.

O ato de retirar o capuz do saci parece coincidir com a retenção também de algo da razão, da autonomia, do pensar, uma vez que o saci fica sobrepujado ao outro. Por outro lado, aponta-se para a condição da deficiência do saci, afinal tem apenas uma perna, como menciona Lobato (1960) ou manco de um pé, como aponta Lopes Neto (1991). Pode-se inferir, portanto, que a lenda aponta para questões compensatórias da deficiência, pois o saci acredita que tem o outro sobre seu controle, porém se reinventa pela trapaça, como mecanismo compensatório, ao perceber que é o outro quem tem poder sobre ele. Isso porque, conforme Brauer (1998) a deficiência ocupa um espaço especial no imaginário familiar e social e pode ter diversas representações. O depósito ou a corporificação de um problema, de uma maldição ou até mesmo de culpa ou castigo podem aparecer como formas que possibilitem as dificuldades de atender às necessidades e afetos ou estar junto de um filho com deficiência.

Ao contrário dos contos de fadas que transcendem os limites culturais de determinada sociedade, o folclore está inteiramente relacionado com as fantasias de uma comunidade regionalizada. Para os referidos personagens é possível encontrar diferentes imagens a depender da região em que ele é tratado, conforme a diferença de leituras sobre o saci de Lobato (1960) e Lopes Neto (1991). Os personagens saci e curupira, como muitos outros presentes na cultura brasileira, trazem resquícios da cultura indígena, personagens tipicamente da floresta, cujas funções de existência estão destinadas à preservação da fauna e flora, em conflito com o invasor, geralmente, apresentado como caçadores.

O saci e o curupira mostram, em suas descrições físicas, a presença de alguma deformidade exclusiva e, por isso, característica peculiar de cada um. Não há outro personagem de pés virados para trás, a não ser o curupira; e não há outro personagem de uma perna só, a não ser o saci. São seus aspectos físicos que os nomeiam e os diferenciam dos demais. As habilidades de provocar confusão e travessuras são determinantes e compensadoras de suas faltas e torções, como o saci que com apenas uma perna é capturado por peneiras de cruzeta em rodamoinhos de vento, ou o curupira com os pés para trás se enrosca em rodilhas de cipó.

Os contos e as lendas folclóricas não priorizam a forma dos personagens, mas o enredo ao qual eles se entrelaçam. Os aspectos físicos mencionados nesta pesquisa deslocam do pano de fundo para a cena as narrativas e as imagens dos personagens com o enlaçamento de suas habilidades, a fim de trilhar o caminho ao encontro com a deficiência, seus aspectos ocultos e as revelações sociais e subjetivos. Nesse sentido, o campo da deficiência é vasto e precisa ser reconhecido, como segue o próximo capítulo, em sua dimensão histórica e social, as repercussões na relação intrafamiliar, bem como o processo de constituição psíquica pautada na oferta do significante deficiência.

CAPÍTULO 2 – AQUECIMENTO: A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA E SEUS CONTEXTOS

2.1. O campo da deficiência e a dimensão social

Foucault (2002), na obra “Os Anormais”, elenca uma série de apresentações das imagens humanas que remetem ao desvio da padronização social vigente entre os séculos XVIII e XIX. Dentre a loucura, a delinquência, o incesto e os crimes violentos estão o que ele apresenta com a denominação de “o monstro”, ou “os monstruosos”. Termos que ressaltam a condição de estranheza, próxima ao caráter demoníaco, em relação às pessoas que durante esse período histórico, portavam alguma deficiência física, a qual poderia ser desde a ausência de partes do corpo até os excessos, como no caso de siameses e pessoas que apresentavam múltiplos membros. O destino dos “anormais” remetia à punição em dois aspectos: um ao isolamento, castigos e maus-tratos; e outro, que os condenavam à morte.

Jerusalinsky (2007) recorda que no decorrer da história humana, a cultura incide sua marca simbólica sobre o corpo da pessoa com deficiência. O autor cita, por exemplo, que os gregos no Taigeto matavam as pessoas com deficiência; a sociedade egípcia as endeusavam; na Idade Média era comum indicá-las como amaldiçoadas; Lutero empregou a concepção de encarnação do demônio; as ideologias de inspiração nazista consideravam a deficiência como característica de uma raça inferior; até que nos tempos atuais o trato da deficiência visa a reeducação e inserção social.

Aranha (1995) apresenta o percurso histórico da deficiência resgatando importantes momentos em que a mesma passou por trato e compreensões diversas a depender das concepções políticas e econômicas determinantes em cada momento da história social. Na Idade Média, os movimentos da Inquisição Católica e a Reforma Protestante foram representantes da

mudança da concepção sobre a deficiência compreendida a partir das noções teológicas de pecado e expiação. A deficiência foi considerada como fenômeno metafísico e espiritual, atribuída ora a designios divinos, ora à possessão demoníaca. Independente da forma, naquele momento, o tratamento da sociedade em relação à deficiência se baseava na intolerância e punição, de modo que ações de aprisionamento, tortura, açoites e castigos severos eram práticas comumente aceitáveis.

A Revolução Burguesa, século XV, apresenta a revolução das ideias anteriormente postas pela visão clerical da sociedade e do homem. A produção enfraquece as monarquias e a hegemonia da Igreja Católica. No que se refere à concepção de homem na organização social mercantilista, a deficiência é atribuída às pessoas que não eram produtivas e que oneravam a sociedade em manutenção e sustento. Os distúrbios passam a ser vistos a partir do organismo, em visão médica, e não mais como problema teológico e pela lógica da moral (Aranha, 1995). Há, nesse momento, o aparecimento dos primeiros hospitais psiquiátricos, que conforme Foucault (2010), eram locais que se tornaram instrumentos da prática higienizadora, onde foram alojados indistintamente doentes, indigentes, andarilhos, loucos e disruptivos. O autor, na obra “A história da loucura”, localiza que a perspectiva de isolamento dos doentes teve início na Idade Média com o surto da lepra, quando foram encaminhados para os centros hospitalares, já que, para o momento, abandonar um leproso era uma atitude de salvação. Com a redução do número de leprosos, os hospitais ficaram vazios e ociosos, condição propícia para servir como depósito de loucos, pois a consciência de delegar o cuidado do doente a terceiros já havia sido instalada em decorrência do surto da lepra. O conceito de isolamento constituído no século XVII permitiu que o conceito de doença se integrasse ao espaço médico, e ao lado da loucura se constitui como um espaço moral de exclusão.

Frente ao recurso da institucionalização, Aranha (1995) reconhece que nos séculos XVII e XVIII a deficiência passa a ser cada vez mais compreendida a partir das áreas médica e

educacional, legitimando as práticas de institucionalização, desde conventos, passando por hospícios até as práticas de reabilitação da pessoa com deficiência.

Aranha (1995) relata que a partir do século XIX a concepção da deficiência também sofreu o impacto devido ao advento do capitalismo. Houve estruturação do ensino e da comunidade direcionada à aumentar a produção e a eficiência dos cidadãos, e alguns avanços para a responsabilização das políticas públicas às necessidades das pessoas com deficiência. Os discursos sobre a inclusão social da deficiência aparecem no século XX a partir de várias ênfases, existindo os modelos metafísico, médico, educacional, determinação social e construtivista.

Os programas de reabilitação surgiram nos Estados Unidos e foram desenvolvidos em especial após a Segunda Guerra, com interesse à recuperação de soldados feridos. Assim, o discurso de que pessoas com algum comprometimento físico podiam trabalhar fortaleceu os movimentos de inclusão social da deficiência, cuja proposta visava repercutir sobre a ideologia da normatização, a qual apontou para as aspirações e necessidades sociais das pessoas atípicas, buscando a reabilitação, e a superação da deficiência com a aproximação do aspecto da normalidade. Essa ideologia deu suporte às propostas de desinstitucionalização, embora pretendia-se propor condições e padrões que pudessem tornar a vida da pessoa com deficiência o mais próximo possível da normalidade, ou seja, a vigência da eficiência e produção se mantêm como determinantes para a apreensão do conceito, que passam a conduzir as práticas a serem desempenhadas pelos profissionais e áreas do conhecimento (Aranha, 1995).

Na contemporaneidade, a deficiência como conceito ainda encontra divergência de compreensão para os campos de atuação multi e interprofissional. A definição tem passado por mudanças em acompanhamento com o desenvolvimento das áreas da ciência e capturas sociais e políticas. Diniz, Barbosa e Santos (2009) consideram que a deficiência pode ser compreendida a partir de duas ênfases: uma que diz respeito à tentativa de normalização do corpo, e outra que

reconhece as barreiras sociais como desigualdade. Sobre a primeira compreensão, os autores comentam que como conceito, a deficiência foi promulgada a partir da concepção da normalidade, em que o modelo biomédico espera certo padrão de funcionamento orgânico, e também mantém a retomada do preceito moral de produtividade e adequação às normas sociais, ou seja, coincide com alguma desvantagem da humanidade, e não como diversidade da mesma. O discurso sobre a desvantagem do corpo com deficiência garante as práticas de reabilitação ou curativas que são oferecidas, ou impostas aos corpos, para atenuar os efeitos da anormalidade.

Outra forma de compreender a deficiência é como opressão do corpo e seus impedimentos. Opressão enquanto uma sociedade não inclusiva, que promove a desigualdade ao ignorar as variadas formas de impedimentos dos corpos. Nesse sentido, os autores consideram que o conceito de deficiência não faz referência apenas aos comprometimentos e lesões orgânicas, mas estabelece as relações de desigualdade colocadas por ambientes que apresentam barreiras a um corpo com impedimentos, representados a partir das experiências de interação social. E, demonstram que os estudos sobre esse conceito se baseou em perspectivas que apontam a deficiência como desvantagem social, o que promove o discurso biomédico e sua hegemonia a respeito da determinação do normal sobre o patológico (Diniz; Barbosa; Santos, 2009)

No contexto da reformulação do conceito da deficiência para além da perspectiva biomédica, e com a necessidade de considerar a dimensão social, foi aprovada no Brasil a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, por meio do Decreto Legislativo nº 186 de 09 de julho de 2008. O protocolo, com valor de ementa constitucional, propôs novo conceito sobre a deficiência, e reconheceu seu constante processo de evolução, visando ser atualizado a cada momento histórico (Maia, 2013).

O Decreto 6.949 de 25 de Agosto de 2009, promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo assinados em 30 de março de 2007, na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos da América. Na circunstância, o Decreto 6.949/2009 consolida a execução e cumprimento dos apensos considerados na Convenção, instituindo a edição da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, cuja cartilha recebeu aprovação e reconhecimento da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em documento oficial de setembro de 2007 (Maia, 2013).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2012) tem como propósito promover e assegurar o exercício pleno e equitativo dos direitos humanos e liberdade fundamentais a todas as pessoas com deficiência. E, considera que as pessoas com deficiência têm como especificidade impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, cujas barreiras sociais podem obstruir sua participação efetiva na sociedade, estando em condição de desigualdade com as demais pessoas.

A deficiência, enquanto um conceito, passou por longa trajetória de reconhecimento, ocupando lugares de isolamento e inclusão. As políticas públicas, atualmente, estão voltadas para a inclusão da pessoa com deficiência na circulação social, evidenciando a necessidade de eliminação das barreiras sociais, sejam delimitadoras do ambiente ou ideacionais. Embora, as pessoas com deficiência tenham maior reconhecimento de sua condição e maior oferecimento, mediante responsabilização do Estado, de recursos à saúde, dignidade e proteção, a deficiência ainda estão presentes impasses nas disputas teóricas e práticas a respeito de suas causas e tratos necessários.

2.2. Abandono e adoção: a deficiência como resto

A entrega a criança a terceiros subscreve a prática do abandono, e por outro lado resgata a compreensão histórica da adoção, estando estes fenômenos relacionados. Se por um lado há o abandono, por outro encontra-se a adoção. Retratar a adoção enquanto processo histórico se coloca como igualmente necessário o reconhecimento da prática do abandono. Assim para apresentar os temas do abandono e da adoção recorro ao personagem Édipo da tragédia de Édipo Rei, de Sófocles (427 a.C/1959). A peça rendeu à psicanálise o desvelamento das relações fundamentais para a constituição do sujeito, contribuindo para a construção do complexo de Édipo como partidário fundante do psiquismo frente às figuras parentais. A leitura também oferece material para a compreensão dos fenômenos que se apresentam na composição familiar quanto ao drama e aos mitos decorrentes das posições parentais e de filiação, bem como apresenta indícios para a discussão da configuração familiar na adoção.

Édipo, personagem da tragédia Édipo Rei de Sófocles (427 a.C), teve seu destino desvelado por um oráculo, que apresentou Édipo como portador de um drama familiar e responsável pela peste que assombra os moradores de Tebas. O destino fadado a Édipo o coloca como o protagonista do assassinato de seu pai, Laio, e tendo alcançado o reinado de Tebas se casará com sua mãe Jocasta, com a qual terá quatro filhos.

Temeroso quanto à tragédia que rondava a figura de Édipo, Laio ordena que o filho seja entregue à morte. Em descumprimento, porém, Édipo é deixado, com os pés amarrados, à deriva nos vales do Monte Citerão pelos criados de Laio. Neste local, Édipo é encontrado por um pastor e entregue a Políbio, rei de Corinto, e à Merope, sua esposa, que assumem a criança como filho, nunca revelando sua real origem. Já adulto, Édipo se sentiu insultado por um convidado embriagado que o chamou de “filho adotivo dos reis”. Para descobrir sua origem, Édipo consultou a Apolo, que revelou ser ele o assassino de seu pai e aquele que desposará sua

mãe. Para evitar a tragédia contra Políbio e Merope, Édipo iniciou uma viagem partindo de Corinto rumo a Tebas, o que de fato o levou ao encontro de seu destino. No caminho, Édipo encontrou uma comitiva, cujo cocheiro o empurrou com arrogância. A ocasião foi propulsora de uma briga, da qual Édipo saiu vitorioso, deixando quatro falecidos, dentre os quais estava Laio. Apenas um criado conseguiu fugir, o qual contribuiu para confirmar, posteriormente, o drama de seu destino. Em Tebas, Édipo conquistou o carisma e amizade dos cidadãos, e a ele foi prometido o trono e a rainha viúva se descobrisse um dos enigmas propostos pela Esfinge. O desafio foi conquistado e Édipo casou-se com Jocasta, a rainha de Tebas, tendo quatro filhos: Policines, Eteocles, Antígona e Ismene. Assim, Édipo cumpriu a profecia de seu nascimento. Ao descobrir a verdade sobre sua história, e tomar conhecimento sobre a realização da profecia, Édipo fura seus próprios olhos e vagueia pelo mundo.

A tragédia de Édipo se apresenta como ponto de partida para reflexões sobre o amplo contexto da adoção. Não se toma como premissa um Édipo como personagem analisável, mas o uso da história permite fazer do mito um recurso para a compreensão dos fenômenos da relação familiar composta por adoção. Édipo apresenta dupla origem: uma biológica, que resgata o parentesco com Laio e Jocasta, mas mantida em segredo até a idade adulta, e outra por adoção, em que se considera o laço familiar estabelecido com Merope e Políbio. Temeroso por fazer realizar a profecia (assassinar o pai e desposar a mãe), Édipo parte para longe do familiar Corinto, em busca do desconhecido em Tebas, onde acaba por realizar a profecia que tanto temia. O reconhecimento da temática ressalta que a adoção é uma prática que percorre a trajetória da humanidade e ganha novos sentidos, a depender da maneira como é observada.

Ariès (2012) revela que desde o século XII, no Ocidente Medieval, a prática de entregar as crianças, geralmente os meninos, para a criação com outras famílias era bastante comum. A partir de contratos de aprendizagem os mestres ensinavam a crianças os detalhes da mercadoria ou fazer com que frequentassem a escola, e sua obrigação era servir bem e adequadamente. No

sentido moderno de aprendizagem, o autor questiona se esses contratos objetivavam ao ensino de um ofício ou se a criança era enviada à casa alheia para servir como criado ou pensionista. Isso, porque o aprendiz deveria servir à casa do mestre e acompanhá-lo em suas atividades, cuja função seria equivalente a um secretário. Essa prática, porém era temporária, equivalente a um estágio, de modo que o serviço doméstico se confundia com a aprendizagem e também considerado como uma forma comum de educação. Naquela época não havia limite entre a vida particular e a profissão, sendo a partir do serviço doméstico que o mestre transmitia ao filho de outro homem os conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que possuía.

As crianças não eram conservadas em casa, mas enviadas às casas de outras famílias para que começassem suas vidas em novo ambiente para que pudessem aprender as maneiras de um cavaleiro ou um ofício, ou que frequentassem a escola para aprender letras latinas. Esse modo de aprendizagem era difundido a qualquer classe social em diversas regiões da Europa. Nesse contexto, a criança escapa da convivência com sua família desde muito cedo e, muitas não retornavam à casa quando adultas (Ariès, 2012).

Uma marca de sua presença é relacionada à roda de expostos, equipamento utilizado na Idade Média, para que crianças abandonadas, ou indesejadas pela família, fossem entregues aos cuidados das instituições religiosas. A roda de expostos constituiu-se em uma passagem giratória no muro que separava o mundo externo do pátio interno da instituição. O aviso sobre a chegada de nova criança era realizado com o toque de um sino fixado na parede externa das instituições, o que garantia o anonimato do adulto que a abandonou. A criança era então acolhida e registrada no livro de entradas. Dentre as primeiras providências a serem tomadas estava o batismo. O equipamento foi de grande utilização nos percursos históricos da humanidade, sendo implantando no Brasil no período da Colônia (1530) e se manteve em uso até a década de 1950. Durante esse período, a roda de expostos foi a única forma de assistência à criança abandonada. As crianças deixadas na roda de expostos tinham características em

comum, a maioria era oriundas de relacionamentos extraconjogais, filhos de mães solteiras ou que apresentavam alguma deficiência (Freitas, 2001). Weber (2000) considera que a institucionalização de crianças era uma prática de proteção à criança e, sobretudo, caridade. O internamento visava a separação do convívio social, servindo mais aos interesses higienistas da sociedade do que proteção à criança.

O abandono de crianças também percorre a história da humanidade, como observa Weber (2000). A autora recorda que apenas com a contemporaneidade que a criança foi reconhecida por suas particularidades e como sujeito de direito. No passado, o ato “*ektithenai*”, indicou a ação dos pais na Grécia antiga em abandonar a criança em ambiente selvagem. Mesma prática realizada por Laio e Jocasta ao abandonar Édipo no Monte Citerão. Com essa ação, a morte da criança era esperada. Em Roma, a criança deveria ser reconhecido pelo pai. Dado o nascimento de uma criança, ainda recém-nascida, deveria ser colocada aos pés do pai, que a tomava nos braços se desejasse reconhecer a filiação, caso contrário ela era deixada em ambiente público à espera da morte, ou de alguém que pudesse pegá-la para torná-la escravo.

Atualmente, o abandono ganha nova característica e se apoia nas questões sociais, em especial, na situação de pobreza. Parece haver uma correlação entre pobreza e abandono, negligência e maus-tratos em relação à criança, pois é neste contexto social que se apresentam seus maiores índices, pois as denúncias tomam o espaço público. Weber (2000) aponta que o fenômeno está associado à proibição do aborto, à condenação do filho ilegítimo, à falha nos programas de prevenção da natalidade, aos problemas de saúde pública como drogadição, e aos de segurança pública, como tráfico, violência sexual e intrafamiliar. Nesse contexto, a criança é recolhida pelo Estado, e protegida de seu meio pelo acolhimento institucional, porém a autora não reconhece que existam trabalhos sociais realizados com a família da criança, e acrescenta que o tempo de recolhimento da criança, ou a privação da mesma do contato com a família de origem não garante que esta reorganize seu modo de funcionamento para acolher a criança

novamente. Para Weber (1998) a institucionalização tem se mostrado como potencializadora do abandono, uma vez que os familiares das crianças deixadas em acolhimento institucional não retornam para buscá-las. A prática de institucionalização intenciona a preparação da criança e do adolescente para retirada da rua e o retorno à sociedade, porém, estar nas ruas é a condição de sobrevivência de muitas famílias, sendo no espaço público onde estruturam seus laços.

Os índices de maus-tratos contra a infância têm se ampliado nos últimos anos, Altoé (2007) considera que isso se deve ao aumento das possibilidades de detectá-los. Neves (2009) relembra, a partir de Casado Flores e colaboradores (1997), que até 1940 os profissionais não reconheciam as ocorrências de maus-tratos contra a criança. Com as publicações de trabalhos científicos entre os anos de 1940 e 1960 houveram maior número de pesquisas envolvendo a descrição dos sintomas da violência familiar. Embora, desde 1860 os médicos já alertavam para as fraturas em crianças com causas desconhecidas, cujos sintomas permaneceram por muitos anos sendo designados como “sem identificação”.

Desse modo, o abandono está relacionado à pobreza, repetindo a própria condição social em que políticas públicas não se mostram atuantes. Weber (2000) em estudo realizado com as mães que abandonaram seus filhos, considera que elas o fazem por também terem sido abandonadas pela sociedade. A autora propõe que as mães abandonam por não terem alternativas de sustentação financeira da criança, não acreditarem nos poderes constituídos, carecerem de educação e expectativa de vida. As famílias abandonadas repetem o ciclo de abandono com seus filhos, cujas raízes estão relacionadas à profunda desigualdade social, de uma política brasileira que desemprega, não alfabetiza, criminaliza e exclui os pais da sociedade para institucionalizar as crianças.

Segundo Freitas (2001), a reconstrução no modelo e orientação na assistência à infância abandonada foi estabelecida a partir de 1960. Weber (1998) aponta que em 1959 a promulgação dos Direitos da Criança reconhece uma forma ética para a proteção da infância abandonada, e

a Convenção Internacional do Direitos da Criança, em 1989 constituiu como instrumento jurídico de mesma finalidade.

A Constituição Cidadã de 1988 inseriu os direitos da criança após a proclamação dos Direitos Internacionais da Criança pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1950. O Estado passou a assumir a responsabilidade da assistência à infância e à adolescência com a formatação e consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/1990), que permitiu a efetivação da imagem da criança e do adolescente como sujeitos de direito (Freitas, 2001).

Altoé (2007) menciona que o conceito de sujeito de direito, para a criança e adolescente, traz uma contradição na compreensão entre capacidade e incapacidade, entre menoridade e maioridade, em especial para a criança. A atribuição como sujeito de direito permite que a criança e o adolescente sejam ouvidos frente aos processos jurídicos, como separação dos pais, podendo incluir a destituição e adoção. Contudo, a audição da criança e do adolescente é permeada pela possibilidade de não existir se a idade ou o estado da criança não permitirem tal condição. Nas situações em que a criança delata maus-tratos, são os pais quem devem responder por ela, justificando a acusação. O lugar da vítima é tomado pelo Estado, sendo promotores, conselheiros e juízes quem decidem sobre os caminhos da criança frente aos abusos. A autora acrescenta que a infância é atravessada pelas desigualdades que a sociedade reproduz, sendo por esta razão que as políticas em relação à infância e adolescência não podem estar dissociadas das políticas sociais em geral, cabendo reconhecer a existência de crianças cujo destino social caminha pelos guetos da sociedade bastarda.

Por outro lado, a adoção se apresenta como proposta de direcionamento a este problema social, porém que não se destitui de outros mecanismos e o encontro com outras formas de enfrentamento. Na história da humanidade é possível encontrar evidências de vínculos familiares compostos pela adoção desde a antiguidade, cujas finalidades variaram de acordo

com a época e a cultura de cada sociedade. A prática da adoção é descrita a partir dos povos hindus, egípcios, persas, hebreus, gregos e romanos. O Código de Hamurabi (1728–1686 a.C.), na Babilônia, já organizava em oito artigos as condições da adoção, incluindo punição severa àqueles que desafiassem a autoridade dos pais adotivos (Brasil, 2013). Vargas (1998) relembra que Napoleão Bonaparte adotou os dois filhos de sua esposa Josefina, garantindo através do Código Civil, que seus filhos tivessem os mesmos direitos que teriam os filhos biológicos, incluindo dotes de sucessão.

A adoção estabelece, na sociedade atual, vínculos legítimos de filiação, tendo os mesmos reconhecimentos legais de uma filiação biológica e se configura como uma das formas para atenuar os problemas que tornam as crianças e adolescentes vítimas do abandono, da orfandade e do desprezo (Mendonça, 2008). Vargas (1998) esclarece que a adoção clássica procurava garantir a descendência para os casais que não poderiam ter filhos naturais, e a adoção moderna regulamenta a solução para a crise da criança abandonada, considerando como fundamento a concepção de que toda criança tem o direito a uma família.

Queiroz (2004) relembra que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ao regulamentar ações que asseguram o bem-estar da criança e do adolescente, reconhece que adoção é uma ação que minimiza o efeito social do menor abandonado. A prática tem sido recorrente nos países de direito romano, em especial nos períodos de aumento da orfandade, como é o caso dos períodos pós-guerras e de conflitos territoriais. A adoção é incentivada pela Vara da Infância e da Juventude e amparada por associações de apoio aos pretendentes e pais por adoção. À medida que aumenta o interesse pela adoção, também cresce a demanda por acompanhamento psicológico, uma vez que ansiedades e resistências podem estar presentes na relação, o que prejudicam os exercícios de maternidade e paternidade.

A adoção e seus enlaces psicológicos é compreendida a partir da psicanálise com ênfase nas fantasias que permeado o laço. Nesse sentido, cabe retomar o estudo de Freud (1909)

“Romances Familiares”, o qual ilustra a adoção enquanto fantasia de abandono parental. O estudo apresenta que a criança, em seu desenvolvimento, parte da ideia da supervalorização dos pais para o progressivo questionamento a respeito desse enrandecimento. Esse sentimento é intensificado quando a criança sente que está sendo negligenciada, ou de fato vive essa condição. A sensação de desprezo encontra refúgio na fantasia de que não é filho biológico dos pais, e como adotada foi outrora abandonada. A criança presencia, assim, o estranhamento em seu processo de filiação. O questionamento sobre sua origem e lugar na família incide sobre a fantasia da adoção, compreendida como castigo e justificativa para a sensação de estar privada do amor parental.

O estudo de Rosa (2008) aponta que a adoção é envolvida por ideias preconcebidas que se apresentam como marcas de seu processo histórico. O tema recobre crenças sobre o amor abnegado dos pais, sentimento de gratidão pelos adotados e de uma família idealizada onde reina o amor e o respeito. Os ditames sociais condenam essa forma de construção familiar como incapacidade de ser uma família propriamente dita, devido ao peso dado à consanguinidade como único reconhecimento de filiação. Acrescenta-se também a crença de que uma criança adotada é invariavelmente uma criança “problemática”, uma vez que não se conhece a índole e a origem dos pais biológicos, bem como é assentido que as dificuldades e a agressividade da criança adotiva estejam relacionadas à herança genética e ao uso de álcool e drogas pela mãe biológica durante a gestação. O laço na família por adoção percorre especificidades marcadas por fantasias que se atualizam ou se ressignificam.

Os vínculos interpessoais são entrelaçados por fantasias resultantes do inerente processo humano de se relacionar. O vínculo na família por adoção repercute em fantasias primitivas vividas como reais tanto para pais como para filhos, habitam o imaginário de ambos e remetem a experiências de abandono, rejeição e estranhamento. Rosa (2008) descreve que o abandono pode ter como característica a depreciação da autoimagem da criança ou adolescente,

acreditando que havia algo de errado com eles, fazendo com que qualquer dificuldade seja interpretada como sentença de incapacidade, ou ainda como alguém que não merece ser amado. A indiferença emotiva e a recusa a relacionamentos são compreendidos como recursos para enfrentar novas perdas, uma vez que o sofrimento é minimizado ou inexistente na condição de perder algo que não se ama. A rejeição é entendida como não aceitação da criança no lugar de filho para a família biológica, ou para a família que adota, e mantém a criança ou adolescente como um estranho ou inadequado ao pertencimento familiar. Uma sintomatologia comum à essa vivência são os problemas de memória, para o qual o esquecimento de pequenas ou grandes informações e eventos reflete o sentimento de sentir-se esquecido, perdido, posto de fora. O estranhamento implica no impasse entre o filho idealizado e o filho apresentado na adoção, em que os pais não se apropriam da história do filho e não permitem a inscrição da criança na fantástica familiar, sendo colocado na posição de um estrangeiro familiar.

Correia et. al. (2001) consideram os termos fantasia da adoção e adoção da fantasia, cuja aproximação dos conceitos comprehende o espaço para a adoção psíquica. Esta é possível a partir da aceitação da fantasia relacionada à criança, que permite o espaço para a instauração da adoção da fantasia. Desse modo, a fantasia da adoção está localizada no plano imaginário, e ao se deparar com a presença real da criança aponta para a permanência da adoção da fantasia, enquanto simbólico. A não ocorrência da superação da fantasia da adoção pela adoção da fantasia pode desencadear a recusa à adoção, ou seja, o desinvestimento da criança real. Maggi (2009) retoma que esse processo contribui para a inscrição da criança na linhagem familiar, reconhecendo o significante que a instaura como filho, cujo nascimento precisa partir, como em todo processo de filiação, de uma construção imaginária da criança, a partir da qual será possível que os pais se relacionem com a criança real.

Maggi (2009) aponta que a criança que vivenciou maus tratos ou negligências apresenta fratura no encadeamento entre o que o sujeito presenciou em momento prévio e sua situação

atual na adoção. A fratura mal localizada, aprisiona o sujeito em uma posição imaginária, sem reordenamento simbólico, cuja ruptura precoce com os agentes originários pode desencadear a perda da espontaneidade e a capacidade de brincar.

Dolto (1998) argumenta que na adoção a criança é colocada entre duas linhagens, estando entre a família biológica e a adotiva. Muitos pais adotivos optam por manter em sigilo a origem da criança, estabelecendo crenças sobre a possível revelação. Embora as crianças saibam de toda a sua história, seja em acesso consciente ou inconsciente, o não-dito dos pais não as autoriza a tomar consciência dela, e o mutismo sobre a história da criança adotiva pode constituir-se como precursor de traumatismos. A negativa ou supressão da origem da criança inviabilizam o acesso aos impasses que o processo de filiação pode apresentar, sustentado por medos e fantasias embasados por preconceitos que aproximam a adoção de “criança problema”.

Queiroz (2004) considera que a revelação sobre a origem da criança adotada faz emergir a incerteza sobre o pertencimento da filiação, bem como dificulta o reconhecimento dos adotantes enquanto pais. A autora aponta a criança adotiva como um estranho que habita o seio familiar, cuja revelação sobre a origem promove ansiedades que se deparam com o estrangeiro na consanguinidade, e parecem desfalecer a garantia de um lugar delegado, outorgado ou conquistado da interdição do incesto, pois o filho estrangeiro poderá editar o Édipo dos pais.

Queiroz (2004) identifica que a maioria dos estudos que recorrem à adoção como objeto de pesquisa enfatizam três aspectos dessa temática: denunciar ou repudiar os preconceitos; evidenciar que o vínculo parental é construído na convivência e no exercício das funções materna e paterna; e reconhecer a adoção como evento traumático. A autora recorre à temática a partir da relação entre o personagem Édipo, de Sófocles (427 a.C/1959), considerando que a adoção se articula como elemento ético, ao apresentar tessitura com a lei edípica, e estético, ao articular o estranhamento com a qualidade do sentir, o *unheimlich* de Freud (1919). A criança é estranhada pelos pais adotivos por não fazer parte da consanguinidade, e o desejo de inserção

na linhagem familiar repercute no desejo de preferir crianças recém-nascidas, de mesmo tom de pele e aparência física. A revelação também entra nesse jogo do estranhamento, quando apresenta diferentes formas de enfrentá-la, sendo dada em momentos distintos entre o revelar a verdade toda sobre a origem da criança, a verdade parcial, revelar aos poucos ou criar histórias e analogias. A autora considera que o filho não gerado pelo corpo aponta para o mito não simbolizado, necessitando revelar sua origem, a qual rendeu a Édipo a realização da profecia, ao viver o trágico de uma dupla filiação não reconhecida.

Os contos de fadas também podem ser lidos a partir dessa perspectiva, apontando seus conteúdos implícitos como mensagens, que decifradas, aludem às fantasias que permeiam a relação da família composta por adoção. Rosa (2008) apresenta que os contos de fadas no contexto da clínica psicanalítica com crianças e adolescentes em adoção, fazem repercutir movimentação de vivências afetivas que dizem respeito a suas experiências singulares de abandono e adoção. A autora apresenta o conto João e Maria (Tatar, 2004, *apud* Rosa, 2008), no qual abandono é presente e tomado como a problemática central para a qual os personagens precisam encontrar uma resposta para a questão. No enredo, João e Maria são filhos de um lenhador, cuja dificuldade financeira faz com que pai e mãe concordem em abandonar as crianças na floresta para que toda a família não morra de fome. A história apresenta o abandono como autoacusação à criança, considerando que o abandono seja um castigo para algo que tenham feito de errado, não merecendo o amor e cuidado dos pais, e coloca em dúvida a confiança frente às figuras parentais, que deveriam garantir nutrição física e afetiva. A autora considera que a busca dos irmãos por alimento alude à demanda por amor.

No conto do patinho feio, também retomado por Rosa (2008), o personagem desconhecia sua origem e não se sentia pertencente ao grupo. Da mesma forma, essa vivência pode se fazer presente na criança ou adolescente, que em família adotiva se percebe como diferente fisicamente de seus pais, emergindo sentimentos de autodepreciação e automutilação.

Segundo a autora, a viagem do patinho feio é uma jornada para dentro de si mesmo e de sua origem. O personagem não compartilha da consanguinidade do grupo que nasceu e, da mesma forma, o estranhamento na família adotiva é vivenciado em virtude do não pertencimento ao laço consanguíneo, cuja projeção para o campo social pode ser representado como rejeição social.

Para o âmbito social, Weber (1998) considera que os estudos sobre adoção no Brasil são escassos, o que pode contribuir para a manutenção dos estereótipos e preconceitos, que, embora não explícitos, ainda são vigentes, como também para configurar a manutenção das fantasias mantidas na relação da família por adoção. A adoção neste país leva a marca histórica da clandestinidade, do segredo e da falta de informação, que torna restrita ou impossível a emergência de adoções tardias, multiraciais, grupo de irmãos e crianças com deficiências ou doenças crônicas.

Souza e Paravidini (2011) reconhecem que a maioria dos pretendentes à adoção, no Brasil, requerem crianças menores que três anos de idade, pele branca, não tenham dito nascimento prematuro, sem problemas de saúde, condições que indicam a adoção como recurso para a busca pelo filho ideal. Os autores consideram que a busca pela criança que se assemelhe fisicamente com os adotantes seja um modo de suprimir a adoção, e valorizar o falseamento da filiação biológica. As famílias estrangeiras, diferentemente, recorrem à adoção de crianças e adolescentes para aumentar a família, e por isso, não demonstram as mesmas exigências que as famílias brasileiras.

O CNJ (2016) disponibiliza em sua página virtual relatórios estatísticos que indicam o interesses dos pretendentes à adoção para características como etnia, grupo de irmãos, idade e presença ou não deficiências ou doenças crônicas, e mostra esses mesmos aspectos sobre as crianças disponíveis. A partir das informações é possível visualizar o seguinte perfil na relação entre a criança com deficiência ou doença crônica, e os pretendentes à adoção.

Em um total de 37.281 pretendentes cadastrados no CNA em todo território nacional, 25.401 aceitam crianças sem doenças, ou seja 68,13%. Dentre os 11.880 (31,87%) pretendentes que aceitam a adoção de crianças com doenças ou deficiências, tem-se a seguinte discriminação:

- Pretendentes que aceitam crianças com HIV: 1.274 (3,42%)
- Pretendentes que aceitam crianças com deficiência física: 1.814 (4,87%)
- Pretendentes que aceitam crianças com deficiência mental: 977 (2,62%)
- Pretendentes que aceitam crianças com outro tipo de doença: 10.987 (29,47%)

Por outro lado, é importante recorrer à mesma fonte para observar o perfil das crianças disponíveis para a adoção e a deficiência, ou doença crônica, como característica.

Dentre as 6.941 crianças e adolescentes cadastrados, 1.747 (25,17%) apresentam algum problema de saúde.

- Crianças com HIV: 87 (1,25%)
- Crianças com deficiência física: 256 (3,69%)
- Crianças com deficiência mental: 603 (8,69%)
- Crianças com outros tipos de doenças detectadas: 801 (11,54%)
- Crianças com doenças não detectadas no momento do cadastro: 5.601 (80,69%)

Os dados disponibilizados pelos relatórios estatísticos do CNJ (2016) mostram que a grande maioria dos pretendentes (68,13%) à adoção não aceitam crianças com algum tipo de deficiência ou doença crônica, dentre os pretendentes que aceitam (31,87%), têm preferência pela deficiência física (4,87%) em relação à deficiência mental (2,62%). O cadastro não discrimina outras formas de deficiência e doenças além das elencadas nos dados, estando aglomeradas no índice de 29,47% os pretendentes que aceitam outros tipos de doenças, com exceção à síndrome da imunodeficiência adquirida (HIV/Aids), deficiência física ou mental. Em relação às crianças com tais características, 3,69% apresentam deficiência física e 8,69% deficiência mental. Embora os valores que revelam a quantidade de pretendentes à adoção

(37.281) seja maior que a quantidade de crianças e adolescentes cadastrados para adoção (6.941), não há famílias disponíveis para todas as crianças, uma vez que os perfis não se coincidem. Aspectos como idade, grupo de irmãos, etnia e deficiência estão postos como fatores que delineiam o interesse dos pretendentes à adoção, sendo características que incluem ou excluem a criança ou adolescente. Quanto à deficiência, é possível perceber que a quantidade de crianças disponíveis à adoção que apresentam deficiência mental (8,69%) é maior que os pretendentes dispostos em adotá-las (2,62%). É importante denotar que a maioria das crianças e adolescentes tem alguma questão de saúde não detectada (80,69%), demonstrando que as crianças e adolescentes institucionalizadas apresentam estado de saúde debilitado, possivelmente, em virtude das condições socioeconômicas em que estão submetidas.

Relatar a adoção, portanto, remete reconhecer também a pobreza e o abandono. A produção de uma massa populacional excluída e desprovida do acesso às políticas governamentais resulta na repetição desse abandono aos filhos. No contexto da adoção, a manutenção de preconceitos e estereótipos comporta uma parcela de crianças que não representam o interesse à adoção. Nessa esfera estão as crianças com deficiência, que conforme mostram os dados do CNJ (2016) são ainda mais preteridas à adoção. A rejeição, o estranhamento e o abandono não são vividos apenas no plano da fantasia, mas se concretizam às crianças com deficiência ou doenças crônicas, ao considerar que são as menos indicadas como preferência à adoção. Frente ao trinômio pobreza, abandono, adoção e a articulação desses com as fantasias personificadas na relação adotiva, a criança com deficiência aparece como resto, tanto pelo desinteresse em tornar possível essa filiação, como pelos escassos estudos sobre adoção, sendo ainda mais raros os estudos sobre a adoção da criança com deficiência, condição que se faz manter em atividade a atuação de preconceitos e estereótipos ao se tratar sobre a adoção, e a adoção da criança com deficiência.

Os preconceitos e estereótipos constituem amalgamas, pelos quais a criança com deficiência pode ser acolhida no meio familiar, estabelecendo impasses em seu processo de subjetivação e filiação. O trabalho analítico da criança com deficiência e com a família contribui para o desvelamento de mobilizações afetivas que tornam possível o aparecimento do sujeito e do reconhecimento da família frente a este. Da mesma forma, é importante denotar que o movimento de objetificação da criança com deficiência, o prolongamento de sua dependência às figuras parentais e o pouco recurso dado à criança para sua constituição não determinam regra para qual muitas famílias são capazes de priorizar o sujeito, e não sua deficiência. O capítulo seguinte esclarece esse apontamento, contribuindo para o reconhecimento do potencial da clínica psicanalítica com a criança com deficiência, bem como os afetos desvelados a partir da relação entre a criança e a família.

CAPÍTULO 3 – MONTAGEM COREOGRÁFICA: CRIANÇA E DEFICIÊNCIA NA CENA PSICANALÍTICA

3.1. Clínica psicanalítica

O atendimento da pessoa com deficiência foi, inicialmente, predominado pelo saber médico, cujo interesse estava voltado para a análise das condições biológicas, recuperação e reabilitação físicas dos órgãos ou das funções lesadas. Os aspectos psicológicos eram abordados pela psiquiatria ou pela psicologia permeada pelas teorias maturacionais do desenvolvimento, objetivando restaurar os atrasos ou limitações físicas e mentais. A psicanálise, no entanto, propõe compreender a deficiência a partir do sujeito, situando-o além do comprometimento, ou seja, como organismo transversalizado pelo desejo (Escobar, 2012).

Brauer (1998) afirma que inicialmente a psicanálise não se aplicava ao tratamento da pessoa com deficiência, uma vez que se defendia a concepção de que para se submeter à análise era preciso haver alguma capacidade de abstração, já que esse processo se baseia nas formações de estruturas metafóricas e abstratas. Para a autora, Freud direcionou o método analítico para o trabalho com o paciente neurótico, enquanto Lacan ampliou a técnica ao paciente psicótico, e apenas com os estudos publicados por Mannoni que foi possível também desenvolver o trabalho analítico com o paciente com deficiência mental. Dentre as contribuições da clínica que inclui a criança com deficiência considerada a partir do trabalho de Mannoni, atenta-se para o vínculo estabelecido entre a mãe e a criança com deficiência, o qual se aproxima daquele construído entre a mãe e a criança psicótica. Portanto, é no paralelo entre a psicose e a deficiência que Mannoni pauta seu trabalho.

Brauer (1998) considera ainda que para efeito da compreensão sobre os diversos tipos de acometimentos da deficiência e suas causas orgânicas a psicanálise nada tem a revelar, já

que a mesma se engaja às repercussões da deficiência sobre o sujeito. Os estudos sobre a deficiência, em psicanálise, estão voltados aos modos de implicação dessa condição orgânica na constituição do sujeito, do desejo, das fantasias, e modos de significação dados a partir da relação de alteridade.

Brauer (1998) esclarece que o sintoma inconsciente tomado a partir do significante “deficiente” superpõe qualquer deficiência física, e revela a forma como incide o sujeito e sua real deficiência, pois esta, como sintoma inconsciente, é ficcional, ou seja, representa seu sofrimento. É possível considerar que a deficiência representa algo para o sujeito que identificado com esse significante encontra dificuldades que estão além do comprometimento real. Assim, a psicanálise não se fundamenta na questão orgânica, mas no significante para o qual o sujeito se identifica a partir de sua condição, da mesma forma que uma lesão física não implica em consequências para essa identificação. A autora toma como exemplo, uma criança com paralisia cerebral que é reconhecida a partir do significante “deficiente” ou “especial”, os quais lhe garantem um espaço na cultura e determinam os modos como esta criança será recebida, podendo incidir marcas como sujeito.

A confirmação da deficiência passa, necessariamente, pelo diagnóstico, porém o mesmo por si só não diz muito ao paciente, já que serve para delinear os procedimentos médicos e terapêuticos a serem utilizados. Na relação da mãe com a criança com deficiência, aquela parece não desistir da busca incessante por novos diagnósticos, tratamentos e investigações como forma de resignação que diz respeito à sua própria existência. A vida da criança com debilidade é considerada como uma possibilidade para protegê-la de sua doença profunda, seja como forma de vivenciar o luto pela criança ideal, seja para dar sentido a seu próprio sintoma frente às angústias que a criança desperta. A luta pelo filho não remete, necessariamente, à busca pela cura, mas à maneira de lutar por si mesma e contra ele, em detrimento da parte doente da criança que também é da mãe, de forma que ela não é capaz de tolerar o desaparecimento da doença do

filho. Assim, muitos tratamentos são deixados à deriva, como análises inacabadas, pois o esclarecimento da relação materna desvela uma angústia insuportável na mãe (Mannoni, 1999).

Mannoni (1999) esclarece que, em muitas situações, a mãe pode fazer uso da deficiência da criança para mascarar uma grande fragilidade que a habita. Os pequenos avanços da criança ao decorrer do processo terapêutico pode desencadear naquela um estado de depressão grave, influenciando-a a suspender o tratamento. Assim, ela irá preferir finalizar o tratamento do que aventurar-se a desencadear em si emoções das quais desconhece. Diante disso, o analista deve tomar cuidado com a pressa para desembaraçar toda a trama de afetos que se estabelece nessa relação, e precisa considerar a questão de cada sujeito. Para os casos em que os pais não toleram a deficiência da criança, passam a atribuir ao analista o papel de reeducá-la. Por isso, muitas análises de crianças com deficiência, em especial a deficiência mental, não chegam a ter início.

Mannoni (1999) considera importante ajudar o analisando a superar o diagnóstico que foi recebido como um veredito e, para isso, é preciso construir o diálogo que permita ressignificações diante da constatação da debilidade do corpo. O trabalho com a criança começa com o discurso dos pais, pois em muitas situações é no inconsciente deles que se busca o inconsciente da criança, a fim de tornar possível os caminhos para o tratamento. Isso equivale a estabelecer uma situação em que seja concebível deflagrar a verdade escondida por trás dos sintomas e que possa ser assumida pelo sujeito. A verdade, porém, encontra dificuldade para ser desvelada, uma vez que confirma segredos que a criança não quer traír por medo de quebrar a cadeia dos sintomas familiares. Ao trabalho analítico interessa saber como a deficiência é vivida pelo sujeito e pela família. Contudo, a análise da criança com deficiência apresenta alguns desafios, como permitir que a criança fale, já que o tempo todo ela é falada, e alcançar que ela deseje, uma vez que é mantida como objeto a ser cuidado e reeducado desde os anos iniciais de sua vida. O trabalho analítico, por sua vez, ao propor a movimentação e ruptura da cadeia dos sintomas familiares coloca a criança com deficiência a emergir como sujeito, porém,

isso implica na queda de suas referências de identificação e, se não disposta a tal movimento, acarreta a necessidade de retorno à repetição da quietude e objetificação já conhecida.

A insuficiência de resolução indicada pelo diagnóstico determina os destinos da mãe e da criança que os molda de maneira específica, de maneira que esta responde às demandas da mãe segundo seus próprios fantasmas, no sentido que a gravidade da desordem psicomotora pode também se dar em função da relação fantasmática do sujeito com a mãe e seu próprio corpo. E em muitas situações, a família porta um diagnóstico para o qual não se tem o interesse de ser questionado, pois a deficiência dissimula uma evolução psicótica ou perversa da própria família, como também pode se tratar de um equivalente psicossomático em que a criança adoecida se apaga, e não é reconhecida como sujeito. Dessa forma, o trabalho analítico da criança com deficiência deve incluir a criança e sua família, e para isso ser orientado para o encontro do sentido a partir do mais elementar de seus afetos e experiências (Mannoni, 1999).

No tratamento da criança com deficiência mental, o lugar da angústia está ancorado na impossibilidade do sujeito usar a palavra como mediadora de seu sofrimento, pois há a necessidade de encontrar um sentido para os afetos que emergem na relação terapêutica. Para que o sofrimento se torne suportável, Mannoni (1999) indica que o mesmo deve ser dado como expiação ou sublimado. A simbolização percorre inclusive o analista que, deixando-a de lado, corre o risco de também confundir-se com o sintoma do paciente e se deixar influenciar por uma realidade que escapa às articulações das metamorfoses e do desejo. É preciso ir além da linguagem anônima e conduzir o paciente à linguagem de seu desejo, de modo que o dizer de si traz conteúdos desconhecidos nos símbolos de seu sintoma.

A busca pela análise da criança doente nem sempre está em correspondência ao desejo de mudança ou cura pelos pais, ao contrário, pode ser a busca por reafirmação da doença da criança. Assim, uma mãe apenas confia o cuidado de um profissional para confirmar a si mesma que apenas ela é capaz de cuidar de sua criança (Mannoni, 1999). Da mesma forma, a

permanência da criança em seu estado de alienação aponta para uma mãe que assegura a doença de seu filho, a palavra posta acaba por fixar, ferir ou perseguí-lo em seu sofrimento, como forma de bloquear suas saídas, pois é preciso que a loucura permaneça. O sintoma da criança obriga a mãe a se colocar na condição de cuidadora, de modo que tudo está alienado ao discurso da família para que o filho não tenha desejo próprio. Os significantes que a criança recebe sobre sua identificação ecoam como palavra delirante, alucinada ou autística, e reforça a severidade arcaica do superego (Mannoni, 1980a).

Mannoni (1999) considera que na análise da pessoa com deficiência podem ser encontradas as mesmas estruturas clínicas: neurose, psicose e perversão, do mesmo modo como é encontrado no trabalho analítico da pessoa sem deficiência, ou seja, a presença da deficiência não determina a prevalência de um ou outro modo de estruturação psíquica do sujeito. Mas, esclarece que uma deficiência leve pode desencadear uma evolução neurótica grave e intensificar a debilidade mental, assim como uma deficiência séria pode ser ainda mais agravada na resposta materna e desembocar em uma estrutura psicótica sobreposta.

Silva (2005) comenta que a deficiência, em especial a mental, costuma ser um assunto de pouca repercussão, a não ser para pequenos grupos de profissionais especializados ou de pessoas ligadas a ela em virtude de laços afetivos, que por vezes, determina o convívio obrigatório. A escassez de estudos a esse respeito na literatura nacional é sintoma dessa questão, uma vez que a contemporaneidade tende a se empreender ao reconhecimento de aspectos que remetam às características que tornam o ser humano mais forte, sem faltas ou falhas, no lugar de se empenhar em estudos que reconheçam suas fragilidades, vulnerabilidades ou especificidades que a deficiência declara ao denotar os aspectos imperfeitos da espécie, provocando imenso desprazer. A autora menciona também sobre a necessidade de se discutir sobre a deficiência mental, já que a mesma afeta o sujeito em sua totalidade. A pessoa com

deficiência sofre por estar restrito frente à amplitude de suas aspirações, depreciação e desprezo encontrados no olhar de outras pessoas.

O campo da psicanálise aponta seu interesse para a existência do sujeito, independente do comprometimento do corpo. Nesse sentido, a construção da clínica psicanalítica da criança com deficiência apresenta o desafio de colocar o analista em reencontro com a fantasia primitiva que assombra o campo da impossibilidade do corpo, como o medo de ser abandonado e desprezado. Trata-se, portanto, de uma clínica singular, desafiadora, inundada por desconhecimentos e constantes descobertas, recorrendo sempre ao objeto que a sustenta, ou seja, a apostila na emergência do sujeito.

3.2. O sujeito e a alteridade: o nascimento físico e psíquico da criança com deficiência

A deficiência, ao longo da história, recebeu inúmeras denominações. Algumas delas podem ser relembradas: “anormal”, “monstro” (Foucault, 2002), “débil”, “retardado” (Mannoni, 1999), “excepcional”, “especial” (Brauer, 1998), “pessoa portadora de deficiência”, e atualmente a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2012) considera mais apropriado o termo “pessoa com deficiência”. O documento reconhece que a definição do conceito ainda está em evolução, já que a compreensão dos aspectos que determinam a presença ou não da deficiência corresponde às condições que estão para além das determinações biomédicas, pois evocam também a imposição de barreiras sociais, no que diz respeito aos prejuízos de circulação, acesso aos aparelhos de saúde, dignidade e proteção à pessoa que apresenta impedimentos físicos.

Brauer (1998) aponta que a “deficiência” estabelece o ponto de vista para o qual a criança é olhada por sua família e comunidade, sendo a partir desse olhar que a forma ao comprometimento físico e/ou psicológico é oferecido, posto que a designação do termo sobre

seu corpo delimita o lugar a ser ocupado por ela na cultura e indica a presença ou ausência dos cuidados que receberá da família e dos aparelhos sociais. Frente a isso, é importante reconhecer que o termo, como efeito prioritário no sujeito incide como uma marca em sua constituição psíquica, um significante que o inscreve na linguagem.

No ambiente familiar, a deficiência se apresenta como um campo complexo e que precisa ser problematizado a partir de suas especificidades. O nascimento de uma criança com deficiência ou uma deficiência que se desenvolve em quadro progressivo, indo na contramão do desenvolvimento esperado, promove novas configurações na relação com os familiares.

Jerusalinsky (2007) menciona que a mãe da criança com deficiência a percebe como objeto narcísico quebrado e encontra dificuldade em oferecer uma identificação fixa. Dessa forma, a criança com deficiência pode ser demandada em questões para o encobrimento de seu desejo, desde a morte até a imagem de gênio reprimido, sendo a criança uma parte de cada uma das identificações postas pela mãe, compondo descontinuidade. Para inviabilizar essa fragmentação, não é suficiente restaurar o processo de especularização entre a criança e a mãe, sendo importante sustentar o traço imaginário que possibilita a série de significantes. O autor ainda aponta a existência do desejo inconsciente, e por vezes consciente, de morte da criança nascida com problemas graves no desenvolvimento, em que o sujeito previamente existente na linguagem do imaginário parental é incompatível com a criança real. Nesse momento opera uma ruptura narcísica nos pais, que se deparam com muitas dificuldades para encontrar na criança aspectos que se ajustem ao simbólico, tal como foi considerado no campo do ideal e, a esse processo, o autor nomeia de denegação do desejo de morte.

O processo de especularização é compreendido a partir de Lacan (1998a) que apresentou o estádio do espelho. Esse fenômeno corresponde ao momento especular em que o bebê é tomado pelo olhar materno, cuja identificação imaginária com o Outro coloca-o na condição de perceber o corpo em totalidade. No trato com a criança, a mãe também se reconhece como

olhando a si mesma a partir do corpo do bebê. O estágio do espelho é fundamental para a constituição do sujeito, momento que inscreve a marca do reconhecimento de identificação da criança com a alteridade. Nasio (2009) esclarece que a imagem especular faz referência à imagem do espelho, oferecido pelo olhar materno, e seu poder de fascinação. O estádio do espelho é o reconhecimento lúdico da imagem especular do corpo com a imagem global.

É a partir desse processo de especularização também que a mãe se dispõe, psiquicamente, para oferecer os cuidados à criança. Porém, na condição de ruptura com a continuidade do corpo da mãe no corpo da criança, Brauer (1998) explica sobre o risco de a mãe colocar a si mesma no lugar de dependência e debilidade, isso porque ela ao não se reconhecer em tal função delega à equipe de saúde, e outros profissionais, a condição de maternar seu bebê. Essa situação declara a destituição da mãe de seu lugar simbólico para a criança, que a deixa abandonada nos aspectos afetivo e psicológico, o bebê deficiente pode desencadear uma psicose puerperal, ou seja, a despersonalização da mãe de seu lugar materno por se sentir incapaz de tomar para si o bebê.

Jerusalinsky (2007) menciona que o desejo do filho entra em controvérsia com o desejo dos pais na situação em que não é reconhecido no filho, isso porque uma falha se tornou presente. Do mesmo modo, para a criança que nasce com deficiência, o reconhecimento do desejo dos pais não se produz na criança, o destino para o qual este filho foi imaginado não se torna possível. A irrupção desse desencontro aponta para o estranhamento do filho, colocado no lugar de sinistro. Os caminhos para lidar com esse filho que assombra a imagem do desejado apontam para a depressão melancólica, acompanhada do questionamento “por que comigo?”. Outro aspecto aponta para os mártires de um castigo, rendição, os pais podem também se colocarem como guerreiros sociais de seus filhos, chegando a exibi-los como heróis. O autor considera que essas são formas transitórias de delírio que pretendem restituir o narcisismo dos pais.

Andrade e Sólera (2006) reconhecem que a deficiência, principalmente aquela que implica na aparência do corpo, imprime um corpo fragmentado, o qual está excluído da imagem especular fundamental para a formação do eu. A marca primordial, esclarecida por Lacan (2005), é a imagem especular alienante, para a qual o bebê se identifica com uma imagem que dá forma ao eu ideal e não corresponde ao corpo fragmentado experimentado.

Andrade e Sólera (2006) concluem que a imagem do deficiente perturba, pois ela devolve em espelho a experiência de uma imagem fragmentada para a qual o corpo é testemunha. O encontro com a deficiência faz emergir a marca da própria debilidade e da impotência excluídas da imagem pela qual o sujeito se reconhece. Nesse sentido, a deficiência é negada em nós mesmos, por ordem inconsciente, pois representa a imagem de um corpo debilitado, o qual é apresentado como espelho perturbador. A imagem da deficiência provoca incômodo por ferir uma imagem que não corresponde à construída a partir do eu ideal, a qual está associada à perfeição narcísica identificada nos tempos primórdios da constituição, sendo nesse sentido produtora de angústia e, portanto, excluída, mas não destruída.

O nascimento de uma criança com deficiência entra em contraste com a imagem esperada pela mãe, o que pode afetar a função materna a ser desempenhada na relação com a criança. Desse modo, a mãe vivencia um luto pela criança imaginada, e pode experimentar emoções que colocam o filho como um desconhecido, invasor ou impostor diante daquele que não nasceu (Jerusalinsky, 2007).

O luto, segundo Freud (1917), é uma sensação de perda de uma pessoa ou de uma abstração que ocupa esse lugar, como a pátria, a liberdade ou o ideal. A perda do objeto ideal não tem a ver com uma perda real, mas com o que foi perdido como objeto amoroso. Assim, mesmo diante da presença da criança que nasceu, a deficiência ocupa o lugar de perda da criança ideal, uma vez que essa imagem não corresponde à imagem idealizada pelos genitores, o que suscita a sensação de que algo foi perdido.

Freud (1917) ainda esclarece que o luto tem um tempo de instalação e posterior recuperação, sendo inapropriado impedir sua manifestação, uma vez que faz parte da conduta normal da vida. O luto se aproxima da sensação de incapacidade de eleger novo objeto de amor, uma vez que o ser humano não gosta de abandonar sua posição libidinal. Para a pessoa enlutada o mundo se torna pobre e vazio.

Em virtude da sensação de luto o laço entre a mãe e o bebê é mantido com dificuldades de aproximação. Assim como o brincar, a linguagem, a inserção da criança ao meio, a transmissão da linguagem, podem ficar prejudicados quando o déficit constitucional do bebê provoca um desencontro entre a mãe e sua criança. Este desencontro por um lado implica no desejo da mãe, suprimindo o gozo da relação mãe-bebê, e por outro lado é alicerçado na baixa frequência de respostas da criança, dada sua condição prejudicada de desenvolvimento esperado. A função paterna, que nos primeiros meses de vida também é exercida pela mãe, aparece afetada em sua inscrição simbólica, assim como pela rejeição afetiva pelo pai real, cuja fratura abre caminho para a psicose precoce (Jerusalinsky, 2007).

Andrade e Sólera (2006) retomam que no vínculo imaginário e narcísico estabelecido entre a mãe e o bebê, a criança se identifica com o falo imaginário a fim de preencher o desejo materno. A entrada do pai nessa relação dual enquanto lei simbólica opera a castração, a qual rompe com a ilusão de cada ser humano acreditar em ser possuidor ou se identificar com uma potência imaginária. Na relação com a criança deficiente, porém, as autoras observam que muitas mães mantém a relação dual com seus filhos, sem permitir a entrada da lei simbólica apresentada pelo representante da figura paterna, que intervém e possibilita um acordo através de sua palavra. A relação, portanto, pode ser construída sem a intervenção da imagem paterna proibidora que apresenta a palavra da interdição. Mannoni (1999) esclarece que o pai de uma criança com deficiência não se sente no direito de mediar a relação mãe-bebê, e considera que

a criança doente é “coisa de mulher”, mantendo-se afastado de sua função paterna, a qual é ocupada apenas pela mãe, que encontra dificuldades para assumi-la.

Mannoni (1999) considera que o amor materno é um tabu para a civilização, pois a crença no milagre do amor materno dá bordas para uma cegueira sublime, na qual a mãe pode se sentir como a senhora da morte quando o ser que nasce dela se torna impossível. O ideal de amor materno deixa de lado a manifestação e a elaboração de conteúdos inconscientes que afloram contra a criança. Jerusalinsky (2007) menciona que a chegada de uma criança com deficiência faz emergir emoções profundas de não reconhecimento, ódio e isolamento da criança em virtude da não identificação com o narcisismo dos pais. O isolamento nos primeiros meses de seu nascimento pode levar a traços de psicose e autismo, coincidindo a debilidade orgânica, já marcada pelo real, com sua constituição.

O nascimento do bebê recompensa ou faz repetir a própria infância da mãe, e ocupa o lugar de vários sonhos perdidos por ela, de modo que a imagem ideal sobrepuja a criança real. Esse filho sonhado recebe a missão de restabelecer ou reparar aspectos considerados como falta na história da mãe, ou prolongar aquilo que ela teve que renunciar. A criança doente, porém, emerge no plano fantasmático o vazio outrora preenchido pela criança imaginária, e renova as insatisfações anteriores e traumatismos que impedem, no plano simbólico, a resolução para seu próprio problema de castração. A verdadeira chegada à feminilidade, atribuída ao bebê como representante do falo, deve passar pela renúncia à criança-fetiche, sendo este o filho imaginário do Édipo. Conteúdos psíquicos que permaneceram sem resolução ao nível da experiência da castração é revivido como eco no filho, que em seus sintomas nada mais fazem do que anunciar a angústia materna, o que possibilita a instauração de uma relação enganadora, ou seja, a mãe desde o início se engana sobre a doença de sua criança (Mannoni, 1999).

Segundo Brauer (1998) a presença do filho com deficiência pode fazer surgir sentimentos impronunciáveis que permeiam os cuidados e sua criação e, por vezes, ocupa o

lugar de exclusão, castigo e culpa. A deficiência não precisa existir de modo real na família para fazer valer essas concepções, mas sua presença pode desencadear o engendramento da relação mãe e filho permeada pela psicotização, uma vez que a mãe passa a necessitar que o filho com deficiência ocupe o posto de depositário de seus sentimentos hostis insuportáveis a ela mesma, e justificados pela presença da criança. Isso permite que a mãe e sua criança com deficiência permaneçam colados subjetivamente, que contracena com a fantasiaposta no real do cuidado à deficiência. Cuidar e ser cuidada são lugares socialmente aceitáveis nos quais os sentimentos poderão encontrar uma forma de se depositarem.

Brauer (1998) declara também que o temor de gerar uma criança imperfeita pode estar relacionado às fantasias edípicas inconscientes, de modo que as culpas decorrentes dessas fantasias remontam ao aspecto incestuoso vivenciado pela mãe a partir de seu complexo de Édipo. Assim, o nascimento de uma criança com deficiência pode ter consequências psíquicas à mãe, que vivencia o castigo ou a confirmação de suas fantasias pela punição de conceber um filho com deficiência.

Jerusalinsky (2007) nota que a criança com deficiência tem sua infância prolongada para muito além de seu tempo cronológico. Assim, os pais tendem a manter seus filhos já homens ou mulheres na dependência como se ainda fossem bebês, mantendo-os no lugar protegido da infância, e sem perspectivas frente ao mundo externo ao do lar. No processo educativo da criança com deficiência, seja em casa ou na escola, além da aplicação do comportamentalismo, busca-se também que ela nunca saiba nada por si mesmo, que deduza ou invente, ou seja, os ambientes educativos que a circulam esperam que ela se mantenha na condição de nulidade absoluta. Conforme Mannoni (1999), a criança fica alienada como sujeito autônomo e se transforma em objeto a ser cuidado, caracterizando o drama da criança, o qual se inicia ao perceber que não se espera nada dela.

Góes (2006) afirma que a deficiência pode acarretar um importante transtorno psicológico nos pais e na família, pois vivenciam constantes conflitos que repercutem de forma significativa na própria criança, em virtude de sua limitada capacidade de elaboração das situações nos âmbitos psicológicos, cognitivos e afetivos. Os pais experimentam movimentos frequentes de rejeição e aceitação, que se manifestam de modo inconsciente em relação à criança, além disso suas funções materna e paterna podem ficar na impossibilidade de ser psiquicamente elaboradas diante da realidade do filho. A aceitação da deficiência é permeada por comportamentos inconscientes e afetos ambivalentes, e por isso o autor considera a necessidade de construção de novas representações psíquicas capazes de incluir a realidade da criança e proporcionar um novo encontro entre pais e filho, ou, um “novo nascer”. Para isso, é preciso que os pais estejam em condições de elaborar o estado de estranhamento que a imagem real da criança lhes oferece, recorrendo a novas idealizações. Estas consideram nova imagem da criança a partir da realidade, processo que possibilita a ressignificação e a oferta de novos significantes ao filho que nasceu impossibilitado de continuar o desejo narcísico dos pais.

Os conflitos que afloram da relação entre os pais e a criança com deficiência os colocam frente ao desafio de superar o vazio que os distancia da criança, pelas dificuldades em reconhecer seus traços, identificando-o como sujeito incapaz de perpetuar seus desejos e suas histórias. O trauma decorrente do nascimento da criança com deficiência é fruto da restrição ao desejo de plenitude narcísica e de imortalidade do Ego dos pais. Essa condição determina a inviabilidade de novos momentos e conquistas junto com o filho. Na medida em que os pais não conseguem renunciar ao filho idealizado as dificuldades de acolhimento perpetuam nessa relação, assim como são impossíveis novas representações psíquicas do filho faltoso. Como forma de resolução, portanto, é preciso buscar novas idealizações e novos projetos para a criança, o que permite construir um encontro com novas possibilidades para o relacionamento dos pais com o filho (Góes, 2006).

A presença da deficiência na família e na comunidade anda na contramão do funcionamento esperado para a manutenção do movimento de produção e adequação aos sistemas sociais. Diante disso, Jerusalinsky (2007) afirma que a abundância de saberes científicos tendem a se refugiar nos discursos técnicos e, deixam de lado a subjetividade da pessoa com deficiência, isso porque o comprometimento orgânico aponta para os temores primitivos infantis, que são: ser abandonado, execrado e desprezado para sempre.

Nas relações familiares, a deficiência mobiliza importantes afetos que vão determinar os modos de cuidados a serem empreendidos sobre a criança. A reconfiguração desses laços passa pelo reconhecimento da condição da criança, e pode se deparar com as fantasias e movimentos inconscientes dos pais. Desse modo, o processo de constituição psíquica, que depende primeiramente do movimento de alienação ao desejo e à imagem cedida pela mãe seguida pela separação desta condição, pode ficar comprometido em virtude da constante recolocação da criança no lugar a ser sempre cuidada.

A deficiência está posta no real do corpo e, como significante, tem seu efeito na subjetividade. É a partir desse lugar que o sujeito será localizado no desejo do Outro, bem como será deste lugar que ele é apresentado e responderá às demandas do mundo. Jerusalinsky (2007) considera que o significante “deficiente” encontra dificuldades para se fazer valer na criança com comprometimento do sistema nervoso, o que a coloca na dimensão psicótica, ou seja, aspectos que não dizem respeito ao comprometimento orgânico como a psicose, o autismo e os impasses no desenvolvimento são erroneamente considerados como deficiência.

As impressões perturbadoras mobilizadas pela presença da criança com deficiência na família tornam-se também insuportáveis para a relação. Para restituir o objeto narcísico perdido com o nascimento da criança com deficiência, os pais se colocam no lugar de protetores e cuidadores eternos dessa criança. Assim, aquilo que tende a aparecer como ruptura especular com a criança é suprimido por seu caráter mortífero para emergir algo novo que ocupe o lugar

do anseio. Os termos mencionados no começo dessa sessão, “especial”, “deficiente”, “excepcional” são substituídos por outros, como “anjos”, “eterno bebê”, “herói”, “príncipe/princesa”, frequentemente utilizados pelos familiares. Isso porque a deficiência precisa ocupar outro lugar frente ao incômodo que provoca.

Maesso (1999) apresenta uma importante metáfora para representar esse desencontro. A autora relata que uma roupinha é apresentada ao bebê cujo nascimento é esperado, mas a roupinha não lhe serve, pois há um defeito no corpo da criança. Os pais precisam, então, fazer uma dentre duas escolhas: ou deixam o bebê nu, ou outra roupa lhe é dado para vesti-lo. A metáfora mostra que em ambas as condições há um desvio da rede significante primordial. Alguma escolha precisa ser feita para movimentar o lugar que a criança não pôde ocupar no desejo dos pais. É nesse difícil processo que se encontra o processo de subjetivação da criança com deficiência, entre o luto e o desejo.

Maesso (1999) indica que ao nascer uma criança com deficiência, o olhar dos pais se desloca da criança para sua doença, ou para a má formação, condições que passam a dimensionar a totalidade do ser. As rotineiras visitas médicas, os ensinamentos, as técnicas e os procedimentos assinalados pelo saber da equipe de profissionais para o trato da doença estabelecem o discurso que os pais vão se direcionar à criança, ou com a parte de seu corpo que lhes cabem habilitar. O significante parental fica suspenso em virtude da supremacia da doença em relação à criança. A autora apresenta:

A supervalorização da doença sobre a criança delimita o campo de articulação significante que a circunscreve no discurso, definindo sua posição na rede significante, posição esta que lhe é dada desde o real da insuficiência, culminando na destituição de suas outras possíveis capacidades, como, por exemplo, a de promover sua independência, sua separação da mãe (Maesso, 1999, p. 143).

Em suma, a presença dessa criança com deficiência faz despertar aspectos inconscientes de sua própria identificação enquanto corpo narcísico. Para a mãe só é possível identificar a criança enquanto sua a partir do reconhecimento que recebeu em sua própria infância, em revivescência ao modo como foi cuidada e compreendida por seu agente materno. O corpo da criança com deficiência fere o narcisismo desta mãe, que não se vê identificada com a criança, estando em dificuldade para oferecer a imagem especular para que a criança possa se identificar, comprometendo seu desenvolvimento e a formação de sua identidade.

Crespin (2004) reconhece que a mãe ao cuidar do bebê desempenha essa ação a partir da identificação que estabelece com ele. O bebê manifesta suas necessidades tendo por base os incômodos e satisfações percebidos no corpo, a mãe é, então, capaz de transmitir o que é compreendido por ela como demanda que ela deseja satisfazer. Desse modo, é possível reconhecer que a mãe desempenha cuidados de acordo com os registros primitivos e inconscientes para o modo como ela também recebeu seus cuidados quando bebê, ou seja, é a partir dos registros inconscientes que a mãe porta que determinam o modo como ela irá cuidar de seu bebê. O que parece ser entendido costumeiramente como um saber espontâneo sobre os cuidados da mãe com seu bebê, na verdade faz referência à reativação de traços mnêmicos inconscientes da maternagem que a mesma recebeu como herança psíquica.

Crespin (2004) comenta também que o reconhecimento primordial é um ato de projeção. A semelhança atribuída ao bebê é oriunda da subjetividade da mãe, e o coloca em uma linhagem familiar e pertencimento organizador para que a mãe se coloque em posição de se identificar com o bebê. É nesse momento que ela pode exercer sua função materna. A autora ressalta que para as relações construídas pela adoção a identificação se pauta na busca de semelhanças que compreendam o tom de voz, a gestualidade, o estilo e ritmo motor, além de aspectos que possam ser adquiridos a partir da relação, muito mais do que os físicos possíveis na relação de filiação biológica. Mas a deficiência apresenta um traço singular nessa relação, pois rompe com essa

cadeia, cabendo à mãe a restruturação dessa herança psíquica para fazer entrar a especificidade da criança com deficiência.

Maesso (1999) esclarece que a criança com comprometimento orgânico pode encontrar dificuldades para seu processo de constituição psíquica, uma vez há a possibilidade de haver, para os pais, o não direcionamento da criança a condição de sujeito desejante. Nesse sentido, o impacto do corpo real da criança trai a expectativa dos pais, recorrendo a novos modos de idealizá-la. É nesse momento que ocorre a ruptura do narcisismo dos pais, já que não é mais possível, para eles, garantir a perpetuação da imagem de si mesmo na criança devido à deficiência que determina a impossibilidade de corresponder aos ideias parentais.

A esse respeito, Freud (1914) já havia indicado que no processo do reconhecimento do narcisismo primário, prevalece a tentativa de dispensar à criança as obrigações e privações que os pais foram obrigados a acatar em detrimento de seu próprio narcisismo, e reivindicam à criança direitos e privilégios aos quais foram obrigados a renunciar. Assim, é esperado que a criança tenha melhores privilégios e mais sorte que tiveram os pais. A criança aparece na perspectiva dos pais enquanto se relacionam consigo mesmos, como depósito de melhores expectativas e o cumprimento de desejos e sonhos jamais realizados, como se o desejo da imortalidade pudesse ganhar refúgio na criança. Freud (1914), assim, concluiu que o amor dos pais pela criança é, na verdade, o narcisismo renascido deles mesmos que se transforma em amor objetal. Os pais amam a si mesmos no corpo de sua criança e, desse modo a deficiência pode causar inquietação nesse olhar para si e, por isso, tornar os primeiros encontros perturbadores.

Esse fenômeno narcísico explicado a partir de Lacan (2009) permite compreender que o narcisismo primário corresponde às pulsões autoeróticas. O narcisismo primário se relaciona à imagem corporal, idêntica para um conjunto de mecanismos psíquicos, dando forma ao mundo interno do sujeito. O narcisismo primário é projetado no mundo sob diversas maneiras,

caracterizando a fonte imaginária do simbolismo que se liga à percepção de pertencimento do próprio corpo, e por isso permite formar a imagem real do corpo e organizar o conjunto da realidade psíquica. O narcisismo secundário é a projeção especular dessa primeira imagem de si, e introduz seu padrão fundamental em relação ao outro.

Lacan (2009) acrescenta que o narcisismo secundário é uma unidade comparada ao eu que não existe na origem do sujeito. É, portanto, na reedição do narcisismo originário que o sujeito busca se identificar com os objetos amorosos de modo que a libido é desinvestida do objeto amoroso e retorna ao próprio ego.

A identificação imaginária é permeada pelo olhar da mãe que confirma a dimensão do corpo da criança, que recebe um campo simbólico do reconhecimento de seu próprio corpo. É no discurso da mãe que a criança constrói o elo erótico com seu próprio eu, determinado a partir da palavra ou da imagem (Zalcberg, 2003).

Maesso (1999) aponta que a criança com deficiência, olhada sem esse momento de antecipação especular, pode apresentar-se como um enigma. Esclarece que o real irrompe de maneira tão abrupta na cadeia significante do Outro primordial que não é possível oferecer um acesso de identificação à criança, a qual é, dessa forma, tomada como “coisa”, algo que porta a obscuridade do desconhecido.

Ao que se refere ao processo de constituição do psiquismo do sujeito, Lacan (1998b) apresenta dois momentos essenciais: a alienação e a separação, que dizem respeito à relação que este estabelece com o Outro, de modo que a entrada no inconsciente se dá a partir dos campos do sujeito e do Outro. O Outro faz referência ao lugar que situa a cadeia do significante que aborda tudo que possa habitar o sujeito, sendo um campo em que este aparece. No Outro, o ser humano constitui sua subjetividade, e toda sua estrutura se funda a partir do significante. Assim, Lacan (1998b) considera que

Os processos devem, certamente, ser articulados como circulares entre o sujeito e o Outro – do sujeito chamado ao Outro, ao sujeito pelo que ele viu a si mesmo aparecer no campo do Outro, do Outro que lá retorna. Esse processo é circular, mas, por sua natureza, sem reciprocidade. Por ser circular, é dissimétrico (Lacan, 1998b, p. 196).

Lacan (1998b) define que o significante é “o que representa um sujeito para outro significante”, e produzido “no campo do Outro faz surgir o sujeito de sua significação” (p.197). A relação do sujeito com o Outro, na condição deste ser o portador do significante que funda o sujeito, esclarece o processo da primeira operação denominada alienação. A alienação condena o sujeito à uma divisão que o coloca frente à uma escolha, que independente de qual seja, sempre deixa como consequência um “*nem um, nem outro*”.

A alienação é compreendida como uma escolha da qual se abdica de algo e deixará como impressão de que o mesmo foi decepado. Nas palavras de Lacan (1998b)

Ilustremos isto pelo que nos interessa, o ser do sujeito, aquele que está ali sob o sentido. Escolhemos o ser, o sujeito desaparece, ele nos escapa, cai no não-senso – escolhemos o sentido, e o sentido só subsiste decepado dessa parte de não-sendo que é, falando propriamente, o que constitui na realização do sujeito, o inconsciente. Em outros termos, é da natureza desse sentido, tal como ele vem a emergir no campo do Outro, ser, numa grande parte de seu campo, eclipsado pelo desaparecimento do ser induzido pela função mesma do significante (Lacan, 1998b, p. 200).

Nesse sentido, para Lacan (1998b), a alienação toma como essencial o fator letal. Esse, está presente em repartições do jogo de significantes, e conforme o autor exemplifica, pode ser compreendido na condição de portar o processo de vida e em si mesmo a condição da morte.

A segunda operação é a separação, a qual termina a circularidade entre o sujeito e o Outro, demonstrando, porém uma torção essencial, pois está fundada na subestrutura da interseção ou produto. A noção de interseção aparece com o recobrimento de duas faltas. A primeira diz respeito à intimação do sujeito ao discurso do Outro, encontrada em seu desejo, cujo discurso não apreende o sujeito, diante do qual a criança provoca o questionamento: “mas o que é que ele quer?”. É no intervalo dos significantes vindo do Outro está o desejo do sujeito. O desejo do Outro é, assim, apreendido pelo sujeito no ponto em que não cola, nas faltas de discurso e entre os “por quês?” da criança, os quais suscitam a decifração da mensagem suplantada pelo enigma do adulto. A segunda falta diz respeito ao ponto da falta percebida no Outro como perda, ou seja, é uma falta antecedente ao desaparecimento do sujeito, o qual coloca como indagação “pode ele me perder?”. A fantasia de desaparecimento, ou morte, faz parte do primeiro objeto que aponta para o desejo parental de objeto desconhecido, mas que refere à sua própria perda, quando o sujeito coloca em jogo a relação de amor com seus pais (Lacan, 1998b).

As duas faltas se recobrem, sendo nesse momento em que os objetos do desejo denotam a dialética em junção do desejo do sujeito com o desejo do Outro, de modo como Lacan (1998b) menciona que “é uma falta engendrada pelo tempo precedente que serve para responder à falta suscitada pelo tempo seguinte” (p. 203).

A separação só é possível a partir de uma operação que Lacan (1999) denominou por metáfora paterna. A metáfora paterna está situada no inconsciente e é introduzida pela função paterna. Esta, segundo Crespin (2004), instaura a alteridade e garante a existência de um hiato entre a correspondência da mãe e da criança, permitindo um espaço no qual o psiquismo da criança possa se desenvolver. A função paterna introduz um corte, ou seja, é um operador psíquico da separação e regula a onipotência primordial da mãe.

Maesso (1999) reconhece que para que haja o aparecimento do sujeito desejante, com ou sem comprometimento orgânico, é a partir da relação com o Outro que o sujeito constitui

sua estrutura psíquica. Contudo, na especificidade da criança com deficiência, não é dado a oportunidade para que a criança se constitua como sujeito desejante, uma vez que o cuidador materno não lhe permite que se direcione sobre o questionamento “o que você quer?”.

As operações constitutivas do psiquismo não se completam, estando o sujeito fixado na condição alienante ao Outro. O corpo de um é a extensão do corpo do Outro, estruturando-se a partir de uma identificação maciça com o significante da deficiência. Ou, em outro caso, como afirma Maesso (1999), a interferência do Real sobre o significante primordial pode implicar no oferecimento de nenhum lugar para a criança na rede significante, o que a impossibilita de se alienar e consequentemente subjetivar-se. A autora acrescenta que o saber materno, no âmbito inconsciente, sobre a criança constitui o essencial para o aparecimento ou impossibilita sua subjetividade. O lugar do saber do agente materno determina o lugar em que o filho é convidado a habitar no desejo da mãe. A lesão real no corpo da criança dificulta a separação da criança à mãe, na condição de não haver um saber próprio da criança e impedindo a inserção da metáfora paterna. A função paterna não é deixada de lado quando ela é ocupada pelo saber médico, que atribui à criança um lugar de revelação do nome de sua doença. A função paterna, nesse sentido, não é ausente, mas é tomada como anônima, pois passa pelo discurso médico, não sendo um saber posto a partir do pais, mas direcionado os pais, e permite construir a identificação entre a criança e sua doença.

Em síntese, o aparecimento da deficiência na família promove rupturas com a construção do ideal parental depositado sobre a criança, e convida a família a dar novo significado ao laço construído com a criança e sua deficiência. A criança com deficiência não dá seguimento à cadeia familiar, e dela não é esperado que cumpra essas expectativas, o que acarreta em ruptura com a identificação narcísica da qual os pais se apoiam para cuidar da criança, em especial o agente materno. É preciso encontrar possibilidades de reconstruir o laço estabelecido com a criança ideal para se relacionar com a criança real e sua deficiência. Para

isso muitos familiares se apresentam como protetores eternos da criança, apreendida como se fosse eternamente desprovida de discernimento, ou supervalorizando-a como anjo ou herói. O nascimento ou desenvolvimento progressivo da deficiência determina um lugar de abandono ou proteção dos pais em relação à criança, o que implica em sua constituição psíquica. O processo fusional entre a mãe e a criança tem por efeito sucumbir a criança como sujeito de desejo, restando ficar submetida à condição dual que estabelece com o agente materno, sendo que a supervalorização da deficiência em desfavor do sujeito potencializa essa condição.

A leitura da deficiência a partir da relação com a alteridade, subscreve a inserção do significante sobre a subjetividade, provocando-lhe a marca que aproxima da dependência, da anulação do sujeito e da manutenção da condição de objeto para o Outro cuidador. Embora a pesquisa bibliográfica aqui retratada aponte para este caminho, cabe inferir que o espaço da constituição psíquica para a criança com deficiência não se funda necessariamente apenas pela lógica da objetificação e anulação do sujeito, havendo ainda a possibilidade de uma saída que acuse o reconhecimento do sujeito de desejo não afundado no imperativo do Outro.

CAPÍTULO 4 – ENSAIOS: OS PASSOS DA PESQUISA

4.1. Instrumentos: as técnicas para a pesquisa em psicanálise

Freud não desvincilhava a investigação científica da tarefa terapêutica. A simultaneidade dessas atividades era considerada como importante forma de trabalho, já que a experiência clínica não propicia conhecimento a respeito de apenas um caso a ser tratado, mas para descobertas que foram integradas à teoria sobre o psiquismo, seu funcionamento e transtornos (Mezan, 2006). Diante disso, Elia (2000) relembra que o saber inconsciente não é apreensível pela aplicação do saber acumulado, mas se coloca como o inédito a ser compreendido a partir de uma estrutura que não se restringe ao saber universal da ciência clássica, e inclui o saber inapreensível pelo universal.

A psicanálise, portanto, é o método que parte para o lugar de retomada do elemento que a ciência moderna deixou de fora: o sujeito. A psicanálise deriva da ciência moderna, mas não se reduziu a ela, e por isso comprehende um saber que está além do científico. Ela opera como um corte inaugural da ciência, que oferece um rompimento discursivo em que a noção de sujeito é fundamental. Segundo Lacan, comentado por Elia (2000), a psicanálise se constitui como um saber derivado da ciência, porém não está integrada ao campo científico, pois resulta de uma operação de subversão desse campo a partir do viés do sujeito. O sujeito que a concepção lacaniana apresenta à ciência é o sujeito do inconsciente, e por esse motivo não é possível se servir do real para construir um campo operatório do saber. O método de pesquisa em psicanálise supõe o saber sobre o sujeito, e o inclui no campo da experimentação, que só pode ser incluído como sujeito inconsciente (Elia, 2000).

Elia (2000) considera que toda pesquisa em psicanálise é clínica, isso porque implica na condição pesquisador-analista em que a pesquisa se engendra a partir do lugar definido no

dispositivo analítico da escuta e da causa para o sujeito, e pressupõe o ato analítico, incluindo o desejo do analista. Na dimensão em que a psicanálise aborda o sujeito do inconsciente, faz enlaçar o pesquisador e sua pesquisa, envolve a lógica do saber inconsciente e implica a transferência, de modo que a escuta inicial da hipótese prévia é colocada à prova da experimentação. Da mesma forma, Vorcaro (2010) reconhece que o caso clínico, para o método psicanalítico, tem a função de problematizar a generalização da teoria, avessa à singularidade do inconsciente. Nesse sentido, Fédida (1991) entende o caso clínico como a construção a partir do efeito do falso reconhecimento sobre os elementos que o condensam, e se tornam impotentes para se constituírem em ato falho ou resto de vida.

Desse modo, preciso selecionar previamente os instrumentos que guiam a pesquisa, endereçados ao encontro e experimentação com o objeto de pesquisa. Ao selecionar o termo instrumentos para os elementos de trabalho, aponto que sob a regência da psicanálise a entrevista, a escuta, a escrita e a transferência são conduzidas para atuar em coro, compondo o arranjo afinado em forma e movimento ao processo de construção e entendimento frente à narrativa Enzo.

Em psicanálise, conforme apresenta Mannoni (1980b), a entrevista visa ouvir os conteúdos que se apresentam nas entrelinhas da fala do sujeito, buscando em seu discurso as angústias e os sofrimentos para o surgimento da questão pessoal que diz respeito ao seu desejo mais profundo. O efeito revelador a partir da fala é obtido pela escuta atenta e não pela não-resposta ao pedido de ajuda a fim de aplacar a angústia. A autora ainda apresenta que “o psicanalista, suscitando a verdade do sujeito, suscita ao mesmo tempo o sujeito e sua verdade” (p. 12).

A escuta da narrativa marca o tempo e o ritmo em que a entrevista e a escrita foram desenvolvidas. Minerbo (2009) comenta que a escuta psicanalítica caminha pelos pontos peculiares do discurso, e não pela narração dos fatos dados, percurso que aponta para o encontro

dos elementos marginais ou dissonantes no discurso do analisando. Esses elementos correspondem à duas manifestações, uma seria do processo primário, a mobilização das associações livres que conduzem à lógica do inconsciente e outra, que diz respeito aos conteúdos não-verbais, como o estilo, a estrutura da fala e o clima emocional. Mas, esses elementos não são expressos a priori, precisam ser recortados pela escuta analítica, permeada pela atenção flutuante que se apega ao mais significativo e transforma o conteúdo em algo novo, significativo, ampliando o olhar sobre os fenômenos subjetivos.

A escrita não equivale à revelação dos fatos tais como são narrados, mas à produção que se alcança a partir dos restos do encontro. A escrita do caso clínico, conforme Vorcaro (2010), está submetida às mesmas regras estruturais do ato clínico, de modo que a transmissão da clínica psicanalítica pelo que se escreve circunda a singularidade no encontro, ou desencontro, da experiência.

Poli (2008) relembra que a escrita dos casos clínicos de Freud foi necessária para fundar a inovação conceitual. A escrita em psicanálise convoca o autor para o encontro com o real. Não se trata de pesquisar o que já é sabido, mas de provocar inquietações ao saber, cuja produção opera privilegiada pela transferência. A transferência não é uma exclusividade da psicanálise, ela existe nas relações dos seres falantes, e para o tratamento analítico ela é considerada como uma resistência necessária. A autora também reconhece que a transferência também faz parte da pesquisa, cuja questão e a construção de um saber singular estão suscetíveis a sofrerem o processo de recalque assim como inovação e a aplicação da psicanálise. A transferência pode operar para além do contexto da clínica, considerando os espaços conhecidos, atualmente, como clínica ampla ou clínica extensa. Lacan (1998a) afirma que a transferência é o aparecimento, em um momento de estagnação da dialética analítica, dos modos permanentes em que constituiu seus objetos. A interpretação mediante a transferência é o preenchimento do vazio nesse ponto morto, um engodo que visa a reativa do processo. A

transferência, desse modo, tem o valor de indicar o momento de errância e orientação do analista e pesquisador em psicanálise.

A narrativa Enzo é resultado da busca pela compreensão dos aspectos que envolvem a escolha pela adoção da criança com deficiência, tendo como objeto a paixão pelo estranho que se estabeleceu como o articulador do laço estabelecido por esta forma de filiação. Encontrei o caso solicitando auxílio a uma Organização Não Governamental (ONG), situada em Uberlândia, que em parceria com a Vara da Infância e Juventude desenvolve ações nas esferas jurídica e psicossocial, para o apoio, suporte, orientação e desenvolvimento de projetos associados aos processos de adoção. A instituição tem como público de referência crianças e adolescentes institucionalizados, pretendentes à adoção, e famílias compostas ou reconfiguradas pela adoção. Após contato com a ONG, foi reconhecido a existência de apenas um caso registrado em seus prontuários, a qual se prontificou em oferecer o contato de Jaciara, mãe por adoção.

Primeiramente, convidei Jaciara para uma conversa em meu consultório com a finalidade de esclarecer sobre sua participação na pesquisa. O convite foi aceito, e enquanto eu a esperava no dia e horário agendados, Jaciara entrou em contato justificando não poder deixar Enzo para me encontrar, e levá-lo na condição de acamado seria bastante dificultoso para ela. Nesta primeira tentativa de encontro, Jaciara não compareceu, mas se fez presente enviando por mensagens de celular uma foto de Enzo de quando foi adotado, há cinco anos, e um vídeo atual, em que ele estava deitado na cama, conectado ao galão de oxigênio, enquanto ela conversava com ele. No vídeo, apenas Enzo apareceu nas imagens, mas foi Jaciara quem falou incessantemente. A fala foi integralmente tomada como se fosse Enzo quem falasse, cuja entonação e o vocabulário foram excessivamente infantilizados, as expressões de carinho foram indicadas por frases desencadeadas sem pausa, indicando o amor expresso quase como uma forma de desespero, ou súplica.

No contato, realizado por mensagens de celular, mencionei sobre a proposta de acompanhá-la atividades de sua rotina como: consulta médica, passeio, ou uma visita em sua casa. Ela aceitou que eu a encontrasse no ambulatório de Pediatria do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, em dois dias, quando levou Enzo para consultas e procedimentos médicos. Os dois encontros que estruturaram a narrativa Enzo foram realizados, portanto, no ambiente hospitalar enquanto eles aguardavam pelos atendimentos.

CAPÍTULO 5 – AS CORTINAS JÁ ESTÃO ABERTAS: O ESPETÁCULO FAMILIAR

5.1. Prólogo

Tendo o roteiro delineado, o elenco selecionado, os passos sincronizados e os corpos preparados, é possível abrir as cortinas para desvelar a cena familiar que enlaça a paixão ao estranho. O espetáculo foi disposto em três atos, organizados por movimentos e sonoridades que acompanham a trama revelada pela narrativa Enzo. Os atos foram nomeados seguindo a consideração do tempo lógico esclarecido por Lacan (1998a) no texto “O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada: um novo sofisma”. O texto, originalmente publicado em 1966 na obra “Os Escritos”, apresenta a dimensão do tempo lógico a partir do sofisma dos prisioneiros, para recompor a dimensão do tempo intersubjetivo.

O tempo lógico se difere do tempo cronológico por subvertê-lo na própria sequência de ocorrências. Para apresentar o tempo lógico, Lacan (1998a) recorre ao sofisma dos três prisioneiros, segundo o qual o diretor de um presídio oferecerá a liberdade para o primeiro, dentre os três prisioneiros, que solucionar o problema lógico. O diretor apresenta três discos brancos e dois discos pretos aos prisioneiros e comenta que, de modo aleatório, cada prisioneiro receberá um disco para ser fixado nas costas. A liberdade é oferecida pela resolução do enigma que equivale a considerar o reconhecimento da cor do disco que cada prisioneiro tem fixado em suas próprias costas. O prisioneiro que se anunciar com a correta cor receberá a liberdade, sendo que a resolução do enigma se torna possível levando-se em consideração os momentos de observação, compreensão e conclusão. O sofisma apresentado por Lacan (1998a) exemplifica a resolução da função lógica no momento histórico em que problema se apresenta ao exame filosófico.

O problema é apresentado para considerar a entrada no jogo de fenômenos e faz prevalecer a estrutura temporal, e não espacial do processo lógico, o qual denuncia o que pode ser encontrado pelos sujeitos a partir do que não se pode ver. A razão é constituída pelo tempo de parada, não pela escolha binária entre as opções justapostas, dado o que é visto pelos prisioneiros, mas pela movimentação de verificação em que cada sujeito transformou as combinações da distribuição dos discos em três tempos de possibilidades: instante do olhar; tempo para compreender e momento de concluir.

Quinet (2002) retoma o sofisma proposto por Lacan (1998a) e apresenta esclarecimentos sobre os três tempos propostos. No instante do olhar o tempo é igual a zero; a lógica é exclusiva e tem valor instantâneo de evidência, em que há um agente impessoal, algo que “sabe-se”.

O tempo para compreender moldura a meditação, o raciocínio do sujeito que se coloca sobre o dos outros prisioneiros e faz refletir. O sujeito indefinido, recíproco que está pareado com o que é visto nos outros. A dimensão imaginária do outro é apresentada como reciprocidade, uma vez que só é possível se reconhecer no outro, pela dimensão especular. Há um sujeito indefinido, portanto, que se espelha no outro.

O momento de concluir é o prosseguimento do tempo para compreender e aponta para o sujeito da enunciação, aquele que declara o que é, ao se apresentar com a cor correspondente ao disco fixado em suas costas. É um tempo de atraso em relação aos outros, e por isso a pressa apresentada pela urgência do tempo, como uma iluminação que eclipsa a objetividade do momento anterior, ao que equivale ao *insight* freudiano.

Abro, portanto, as cortinas para apresentar os atos possíveis de serem vistos e compreendidos, apontando o caminhar para uma conclusão frente aos restos que encontraram significações a partir do encontro com Jaciara e Enzo.

5.2. Primeiro ato: instante do olhar

Apresento o *espetáculo familiar* que enreda entre acordes e descompassos a adoção de uma criança com deficiência. A adoção aconteceu quando Enzo tinha três anos de idade. Nessa época, Enzo conseguia engatinhar, brincar, ficar sentado, interagir com outras pessoas, alimentava-se, com auxílio de um adulto, de alimentos sólidos e líquidos, conseguia balbuciar algumas palavras e bater palmas quando alguém cantava para ele. Entre os três e os oito anos, sua idade atual, Enzo vivenciou condição progressiva de degeneração de suas funções orgânicas, o que o levou a ficar acamado. Até o momento desta pesquisa ele responde ao chamado da mãe com leve sorriso e olhar, mas logo seus olhos se desviam dela e parecem fazer movimentos involuntários sem se fixarem em algum ponto específico do espaço físico. Enzo precisa de sondas para respiração e nutrição.

A escolha do nome Enzo para a criança está correlacionada aos movimentos que seu comprometimento orgânico o acarreta. Enzo significa “príncipe do lar” ou ainda “vencedor”, posições que foram denotadas a ele por Jaciara, mãe por adoção.

Jaciara recebeu este nome porque tem forte ligação com a lua. O nome é de origem indígena e significa “nascida da lua”, “senhora da lua”. A lua é um elemento que aparece em sua fala como lembrança de sua adolescência, acompanhada pelo cheiro da noite. Dentre as atividades domésticas que a prendem à casa, olhar para a lua lhe dá segurança e remete a muitas lembranças de sua vida. Contou que certa noite, ela saiu de casa para comprar legumes, pois queria fazer uma sopa para sua família. No caminho até o mercado se deparou com a lua, que encobria boa parte de sua visão e parecia depositar sobre o asfalto. Ela ficou encantada, e muitas lembranças apareceram em seus pensamentos em frações de segundos. Lembrou-se que na adolescência ela morava na fazenda e quando precisava se sentir livre, olhar para a lua lhe dava

a esperança de que tinha muito mais a conquistar em sua vida para além do que já havia conhecido.

Quando achou que era o momento de escolher os caminhos de sua vida, mudou do campo, onde morava com a família, para a cidade para morar sozinha, trabalhar e se sustentar. Jaciara engravidou aos dezessete anos de seu primeiro filho, e na mesma época se casou, com o mesmo homem que se mantém em união até o hoje. Poucos anos depois estava grávida do segundo. Ambos do sexo masculino. Ela queria muito ser mãe de uma menina, mas o receio de engravidar e nascer mais um menino a fez pensar na adoção, e, visando isso, fez inscrição CNA. Para a construção do perfil da criança a ser adotada, Jaciara não restringiu as características relacionadas quanto ao sexo e presença ou não de deficiência.

Enquanto o processo para adoção estava em andamento, Jaciara foi informada por uma conhecida que uma mãe de um menino, Pedro, estava oferecendo a criança para quem pudesse buscá-lo de imediato. Pedro tinha sido gerado por violência sexual contra a mãe e esta não o queria. Jaciara se prontificou em conhecer a criança: “*eu só ia conhecer o menino, mas a mãe já me entregou a bolsa pra eu levar ele embora*” (sic). Pedro estava com três anos de idade. Ao narrar sobre esta adoção outro trecho de sua fala me chamou atenção: “*o bracinho dele era dessa ‘finurinha’ [e me mostra o dedo mínimo da mão]. O pé era tão magrinho que a sandália que ele usava dava volta. Nada servia, toda roupa que colocava nele caia de tão magrinho, ele parecia quebrar*”.

Érica estava institucionalizada até que Jaciara foi conhecê-la após contato da Vara de Infância e Adolescência. Érica foi a segunda criança que Jaciara adotou. Ela se encantou por ser “*uma menina linda, meiga*” (sic). O processo de adoção teve início. No mesmo período em que fez visitas à instituição de acolhimento onde estava Érica, Jaciara conheceu Enzo, que já apresentava algumas características de atraso em seu desenvolvimento. Ele estava com três anos, não falava, não andava e não conseguia se manter em pé, mas conseguia sorrir, atendia

ao ser chamado pelo nome, brincava sentado e batia palminhas quando ouvia uma música que gostava.

Jaciara se apaixonou por Enzo e resolveu se movimentar para também adotá-lo. Na identificação da criança junto ao CNA considerava-se a suspeita de deficiência. Jaciara incluiu a deficiência como característica do perfil da criança em seu Cadastro para poder adotar Enzo. Jaciara conseguiu adotá-lo, e também seu irmão Breno, pois não queria separá-los. Depois de ter sido contemplada com a guarda das quatro crianças, Jaciara ainda recebe mais uma menina, chamada Graça. Em um período de um ano e meio Jaciara iniciou uma sequência de cinco adoções, como ela já tinha dois filhos biológicos, somaram-se sete filhos.

A ligação com a lua e a noite não se estreita apenas às lembranças que retornam quando olha para a lua, mas também por sentir que se comporta como uma “coruja”, e se nomeia como “mãe coruja”, pois está sempre atenta a todos os sons diferentes emitidos por Enzo, aos assuntos e atividades dos filhos. E, como faz o curso de pedagogia à distância, cujo símbolo é a coruja, acredita que o animal a representa.

Enzo atualmente está com oito anos. Desde que Jaciara conseguiu a guarda dele, aos três, Enzo tem apresentado perdas das funções corporais que tiveram maior progressão após a manifestação de crises convulsivas. Quando Enzo chegou na família ele conseguia ficar sentado, brincava pouco, sorria aos chamados e estímulos oferecidos por Jaciara, não comia sozinho e também não conseguia andar. Tempos depois da adoção apareceram as crises convulsivas e a situação de Enzo foi piorando. Atualmente ele está acamado e precisa respirar e ser alimento por sondas implantadas em sua traqueia e estômago. O quadro de Enzo exige cuidados contínuos, sendo Jaciara quem se dedica integralmente a ele. Ela não delega e não confia a mais ninguém a observação da saúde de Enzo.

Ela comentou que Enzo dorme durante o dia e fica acordado durante a noite. Essa inversão acontece com maior frequência quando ele fica internado por longo período. Jaciara

tentou explicar essa característica, disse que funciona como uma síndrome, mas não se lembrando do “nome da síndrome”, esclareceu: “é que a noite tem pouco barulho e ele fica com medo, fica procurando elementos que possa reconhecer. E durante o dia como tem muito barulho ele consegue descansar, porque se sente familiarizado com os sons e relaxa”. Enzo mostra com isso que está muito vivo, familiarizado com o dia e teme pela noite, como qualquer outra criança.

Dentre as inquietações de Jaciara com os cuidados de Enzo, sua maior angústia é não saber o nome da síndrome que o levou a ficar acamado e com grandes prejuízos em suas funções orgânicas, e tampouco como tratá-la. Desde a manifestação dos primeiros sintomas, ela tem levado Enzo a várias equipes médicas e buscado informações sobre o tratamento. Sem um diagnóstico, ela considera que os sintomas sejam consequência de paralisia cerebral devido ao excesso de álcool e drogas ingeridas pela mãe biológica durante a gestação. A mesma condição, porém, não afetou Breno, o irmão biológico de Enzo, que também está sob a guarda de Jaciara.

As noites de sono de Jaciara nunca são tranquilas, ela está sempre atenta ao som do galão de oxigênio de Enzo, para se certificar de que ele está respirando com conforto e, para que não se engasgue com a quantidade de secreções que podem se acumular na traqueia e impedir a respiração. Jaciara contou sobre um sonhou, no qual ela tinha ido para outra cidade para fazer uma prova do curso de pedagogia. No caminho de volta para a casa ela ficou presa na estrada e não conseguia voltar para casa, e por isso não poderia saber como Enzo estava. Ela comentou que não suporta a sensação de estar longe dele, a qual se assemelha ao abandono. A separação pareceu-lhe tão insuportável que ela acordou apavorada.

O abandono é algo que a perturba muito. Ela explicou: “eu morro de medo de meus filhos se sentirem abandonados. Se alguma coisa de ruim acontece com meus filhos biológicos é um acidente. Mas, se for com meus filhos adotivos é culpa minha, como se eu não tivesse cuidado deles direito, como se eu tivesse falhado proteger. Eles já tiveram uma vida difícil na

casa deles com os pais biológicos. Todos tem histórias de abuso e violência, não posso deixar isso acontecer de novo com eles. Sou como uma coruja mesmo, uma ‘mãe coruja’. Fico atenta a tudo que acontece na minha casa, escuto de longe o que os meninos estão fazendo e sobre o que estão conversando. Gosto que me contem tudo também. Eu preciso escutar o Enzo até dormindo pra evitar que ele engasgue”.

Jaciara tem a impressão de que se algo de ruim acontece com os filhos biológicos é uma fatalidade ou acidente. Mas com os filhos adotivos precisa agir para protegê-los de qualquer perigo. Se algo lhes acontece ela toma a culpa por acreditar não ter cumprido com a responsabilidade de evitar que suas vidas sejam marcadas ainda mais episódios traumáticos tal como ocorreram antes da adoção.

Jaciara mencionou também que tem uma paixão enorme por Enzo. “*Eu adotei ele sabendo que ele tinha alguma deficiência, mas não sabia o que era. Meu amor por ele foi tão grande que eu precisava dele. Não podia mais ficar sem ele. Foi amor à primeira vista, uma paixão inexplicável. Ele precisava de mim também. Ele me completa de um jeito que os outros não completam. Eu sei que eu sou tudo pra ele, e ele é tudo pra mim. Se eu não estiver perto ele não sobrevive. Eu sei que ele não vai viver pra sempre e talvez ele vá primeiro que eu, mas não quero pensar nesse dia. Já sofri demais por causa da doença dele, agora eu quero aproveitar enquanto eu posso sentir a mãozinha dele, esse rostinho. Se ele estivesse no abrigo até hoje, provavelmente não receberia esse amor, esse cuidado. E quem sabe, até já estivesse falecido*” (sic).

O amor e cuidado de Jaciara em relação a Enzo são ainda mais intensificados por encontrar respaldo em sua “paixão”, que a completa e a faz sentir-se tudo para ele. Ela considerou que ele a preenche em todas suas emoções, tudo que ela faz é dedicado a ele. Jaciara mencionou: “*É preciso muito amor para continuar cuidando e lutando pra ele ficar vivo*”. Para ela a adoção o salvou, se ainda estivesse institucionalizado dificilmente estaria vivo, ou como

ela declarou estaria sem “*o sopro de vida*”, bem como não receberia toda a dedicação e amor que ela investe sobre ele. Jaciara reconhece que a síndrome de Enzo o conduz para a morte, frente a isso ela aguarda, mas também se apavora: “*Eu sei que a síndrome dele pode tirar o sopro de vida. Um dos anjos que conheci com essa mesma síndrome faleceu há pouco tempo. Eu fiquei muito abalada com a notícia, porque tinha conhecido a mãe dele e a gente ficou muito próxima. Eu já sofri demais esperando por esse dia. Todo dia chorava achando que ia perder ele. Mas eu parei de chorar quando percebi que tenho que aproveitar cada segundo que tenho com ele vivo*

. Jaciara também acrescentou que se Enzo perdesse seu “sopro de vida” equivaleria perder uma parte de si: “*Ele é uma parte de mim, se ele morrer é como seu eu perdesse uma parte do meu corpo. Como se arrancasse um braço meu e eu tivesse que continuar viva vendo que um pedaço foi embora*”. Indicando continuidade dos corpos, Jaciara considerou: “*eu sou o pulmão, o coração, o estômago e a cognição dele. Ele sou eu, eu sou ele*”. Ela apresentou algumas palavras como se tivessem sido pronunciadas por Enzo “*Obrigado por me amar, me receber dentro do útero da sua alma e lutar por mim*”.

As perdas das funções corporais de Enzo o condicionou à implantação de duas sondas em seu corpo, uma na traqueia e outra no estômago. A que fica fixada à traqueia precisa ser aspirada com frequência devido à quantidade de muco e secreções que pode se alojar na cânula e obstruir a passagem de oxigênio para o pulmão, o que o leva à asfixia. Jaciara fica atenta à respiração de Enzo, pois o barulho mais acentuado equivale à dificuldade de respiração ou sufocamento. Jaciara precisa inserir um sonda na cânula e aspirar as secreções da traqueia. Ela comentou: “*já aspirei o Enzo pelo menos nove vezes em uma noite. Se eu escuto que a respiração dele está pesada eu corro para poder ver se precisa aspirar. Se não fizer isso a tempo ele pode engasgar e morrer. É uma luta constante pela vida dele. Quando eu preciso aspirar ele e tem gente em casa eu peço licença e vou correndo. Eu sei que as pessoas não aguentam, só eu aguento tudo isso que eu passo com ele. Eu não cobro de ninguém e nem peço*

ajuda, porque sei que não é pra qualquer pessoa isso. Eu não deixo isso pra ninguém, porque sei que não é fácil, as pessoas se incomodam". Perguntei "o que fez você conseguir suportar tanta coisa?". Ela respondeu: *"Vida difícil. Cresci num meio de pessoas ruins. Tive tios ruins, daqueles que matavam. Tive que aprender a me virar sozinha. Eu tenho muita admiração e orgulho do meu pai, sou muito próxima dele, mas nunca fui assim com minha mãe. Ela fazia coisas que eu não concordava. Quando meu pai saia de casa ela recebia a visita de alguns homens em casa, eu às vezes presenciava algumas cenas que eu não queria ver. Aquilo me dava nojo e raiva. Mas meu pai sempre foi um homem bom"*.

No primeiro encontro que tive com Jaciara, Érica estava presente para ajudar a mãe a carregar o galão de oxigênio de Enzo. Jaciara pediu a ela que fosse buscar água como oferecer a Enzo, porém ela se mostra pouco interessada, e Jaciara faz a ação que havia solicitado à filha. Nesse momento, tentei conversar com ela sobre a relação com o irmão, mas ela não estava muito receptiva para a conversa. Perguntei como ela estava, e ela disse que estava com fome. Saiu da escola e não tinha almoço em casa, comeu um pão e foi ao Hospital das Clínicas para a acompanhar a mãe e o irmão no atendimento. Quando Jaciara retornou com o copo de água eu ainda conversava com Érica, mas se calou quando a mãe voltou ao ambulatório.

Ela me mostrou as sondas fixadas no corpo de Enzo. Disse que precisa arrancar o tecido de cicatrização que começa a crescer em volta da cânula, porque a mesma não pode aderir ao corpo de Enzo, para poder ser trocada a cada quarenta dias. Ela, então puxou a gaze que encobria a abertura para o corpo de Enzo e me mostra as perfurações, enquanto me explicava sobre a assepsia da sonda.

Perguntei, em meu desconcerto, se é furado (obviamente há um "buraco" na barriga e outro no pescoço de Enzo). Mas, para responder à minha pergunta ela comentou que a abertura da parte externa é maior que a interna, como um funil. Nesse momento, em mim, um mal-estar surpreendente tomou meu corpo, sentindo vertigem. Permaneci imóvel, perdi a visão e audição

por algum tempo e, depois não consegui dimensionar o quanto tempo se passou nesse hiato. Quando retomei meus sentidos ela explicava sobre as sondas, sua assepsia e aspiração. Pouco depois senti muito enjoô com tentativas de vômito e intensa sudorese, mas me mantive respirando fundo para que pudesse retomar a entrevista. Tive a impressão de viver um mal-estar que me deixou paralisada. Eu, assim como Enzo, fiquei apagada na presença de Jaciara.

Essa vivência aconteceu no final do primeiro encontro, mas significou o início de toda a construção para compreender a narrativa e a aproximação com o objeto desta pesquisa, ou melhor, com a criança objetificada que Enzo representava.

Ao final de cada encontro, Jaciara me lançou uma provocação: “*Doutora Débora, você acha que tem material suficiente para sua pesquisa?*”, e outra “*Você acha que está sendo interessante o que você está ouvindo?*”.

5.3. Segundo ato: tempo para compreender

Freud (1919) no texto “O Estranho” apresenta um importante esclarecimento que pode ser articulado com efeito assustador que a deficiência provoca. O ‘estranho’ porta o sentido de algo aterrorizante, que causa medo, horror, mas que também carrega a marca da familiaridade. Trata-se de uma categoria do assustador que remete a algo conhecido e familiar, e que de outro modo, o familiar também pode se tornar estranho. A palavra em alemão *unheimlich* traz a paradoxal ambivalência entre o estranho e o familiar, por algo que se mantém sempre oculto na relação entre o termo com seu próprio oposto, *heimlich*.

Para a narrativa em questão, trata-se de um corpo tomado como si mesmo do agente materno, um prolongamento sem hiato entre a criança e a mãe. Esta precisa se apropriar do filho como parte de si mesma, na condição de manter obscuro o estranhamento que lhe causa o corpo desconhecido. Jaciara toma o corpo de Enzo como algo que a completa e se funde a ele.

Ela afirmou compor integralidade com Enzo com o comentário “*eu sou o pulmão, o coração, o estômago e a cognição dele. Ele sou eu, eu sou ele*”, percebe-se que ela tenta manter uma continuidade dos corpos, a ausência de furo, de separação. Porém, a enunciação mostra que não é possível ser tudo, afinal ela oferece partes de si, partes de um corpo fragmentado. Ele é tomado para ser a supressão de sua falta, para que ele também seja tudo para ela, frente a isso comentou “*ele me completa de um jeito que os outros não completam*”. Mas Enzo é puro buraco, um buraco que ela usa para tamponar a falta. Quando eu perguntei “é furado?” para a abertura das sondas que se prendem ao corpo de Enzo, deixei escapar uma questão que remete ao laço dos dois. Jaciara faz do corpo de Enzo o tamponamento de sua falta, mas a criança resiste em ser esse objeto. Ela encobre a falta com o excesso de amor, o qual nada mais diz de sua necessidade de mantê-lo na condição de objeto. Enzo tem uma parcela ativa nessa relação, ele se oferece para ser objeto, embora resista pela respiração e pelo medo se entregar por inteiro a essa morte subjetiva, temendo a própria mãe. O sujeito existe e resiste à mortificação.

O corpo da criança está submetido ao silêncio que sua paralisia orgânica o condiciona, não restando modo de aparecimento possível da criança sem estar fundido ao corpo da mãe. Apesar de Enzo estar preso às impossibilidades que a deficiência o paralisa, ainda há um resto que afirma a existência do sujeito, ele teme a noite e sua respiração faz um barulho de sufocamento. Ele resiste em se fundir à mãe.

Fernandes (2011) considera que o corpo é tomado como o princípio de vida e individuação. Ao reconhecer que o corpo se torna um corpo erógeno, a psicanálise aponta para o processo de passagem do corpo autoerótico ao corpo narcísico, em detrimento da imersão pelo campo do Outro. O corpo é, assim, o lugar de transição do objeto e do Outro, onde nasce o sujeito, o qual se apropria do corpo como objeto de amor do Outro. Ordenado pelo regime libidinal, o corpo se coloca na articulação da necessidade com a demanda, o que evidencia o

sujeito como encarnado na relação de necessidade com o Outro. Desse modo, o corpo na psicanálise é construído a partir da alteridade.

Nasio (2009) afirma que para a psicanálise não interessa o corpo real, mas a imagem que o sujeito porta sobre ele. Para o autor, o corpo é o mais seguro revelador do inconsciente, pois a imagem do corpo se conserva como a própria substância do eu. Para o autor, o eu faz referência à sensação íntima de ser a si mesmo, resultado da fusão das imagens do corpo enquanto imagem mental das sensações físicas e a imagem apresentada no espelho e seu poder de fascinação. A imagem inconsciente do corpo remete à imagem das sensações, que representa o conjunto das primeiras impressões gravadas no psiquismo infantil pelas sensações corporais, do bebê ou feto, no contato carnal, afetivo e simbólico com a mãe. A criança reconhece que a imagem que o espelho oferece não a representa de fato, compreendendo que há uma defasagem irredutível entre a irrealidade de sua imagem e a realidade de si. Jaciara encontra-se em negação e, ao mesmo tempo na repetição dessa distinção com Enzo, oferecendo a ele partes de seu próprio corpo para que ele seja parte dela também. Ao oferecer partes de seu corpo para Enzo (“*eu sou o pulmão, o coração, o estômago e a cognição dele. Ele sou eu, eu sou ele*”), ela reafirma sobre a fusão dos corpos e nega a irrupção do descontínuo entre a carne e a imagem. Porém, Jaciara oferece partes do corpo para ele ser ela, e vice-versa, não o corpo todo, justamente porque há um hiato de descontinuidade entre a imagem que é cedida e a imagem que é alcançada para ser inserida enquanto o revelador do corpo para o sujeito. Nesse movimento, Jaciara se vê também como um corpo que falece e se paralisa frente ao inexplicável do comprometimento orgânico que progressivamente toma o corpo de Enzo, no jogo de antinomia entre o diferente e o idêntico.

A fala de Jaciara sustenta a ideia de continuidade e unicidade dos corpos entre ela e Enzo, despedaçando a construção de borda. Simonetti (2016) apresenta que a borda simboliza o limite colocado para o corpo. Porém, o corpo em psicanálise não é a forma, mas o cruzamento

espacial entre o simbólico com o real, rompendo o caráter plano da imagem, em que o signo e o corpo também constituem as bordas dos buracos, pela qual a pulsão faz seu trajeto. A borda devolve ao sujeito a ilusão de unidade, de ser. Os orifícios do corpo, rodeados por suas bordas, constituem a dimensão do sensível para a existência do dentro, do fora e do êxtimo, termo que conjuga o íntimo com a exterioridade radical, cuja consistência lógica destaca o vivo do corpo. A borda é o limite para os transbordamentos, os quais privilegiam as demandas do sujeito.

O corpo de Enzo é marcado pelo furo que Jaciara tenta tamponar. A noção de borda permite compreender o conceito de furo como a face que circunscreve as dimensões do corpo enquanto enlaçamento entre real, simbólico e imaginário.

Bolgiani (2014) retoma o texto “A interpretação dos sonhos”, de Freud (1900), para considerar que no trabalho de interpretação, por vezes, é necessário deixar um ponto obscuro, o desconhecido. A interpretação, assim, encontra um limite representado pela imagem de um furo. O ensino de Lacan, conforme Bolgiani (2014), buscou atingir o sujeito antes dos jogos seriais da fala, ou seja, ao que se constitui como primordial ao nascimento dos símbolos, percurso que caminha para a morte. Esta, enquanto um saber que denota a falta no Outro e representa o furo no significante para o qual o Outro não tem resposta a não ser a partir da pulsão. Para além da falta, Jaciara busca a ruptura com o desconhecido do corpo a partir da fusão a Enzo, processo que responde à manutenção do obscuro dos símbolos e da não-resposta à relação fusional.

Embora Jaciara busque a continuidade dos corpos como complemento de cada um como faltosos, Enzo marca uma diferença importante, ele teme a noite. Na analogia entre Jaciara e sua ligação com a lua, Enzo fica agitado e não consegue dormir à noite, isso porque como toda criança teme ser engolido pelo medo da escuridão, do desconhecido, pela mãe que assombra sua fantasia. Se Jaciara é a noite, Enzo é o dia. Lua e sol não estão presentes simultaneamente,

é preciso que haja alternância. O desejo de Jaciara em tomar Enzo como tamponamento da falta é impossibilitado, pois Enzo resiste em ser o objeto de desejo da mãe.

O *unheimlich* é a diferença que Enzo tenta apresentar, mas que Jaciara nega. Ela narra que Enzo teme a noite, ao mesmo tempo em que ela revela sua paixão pela noite. O som de sua respiração denota o quanto ele se esforça contra a asfixia. Embora, Jaciara tente se fusionar ao corpo de Enzo, o temor à noite e o esforço para respirar e se manter vivo são elementos que marcam a distinção entre Enzo e Jaciara. Mas na incompreensão da separação, Jaciara quer ausentar a diferença.

Na cena da aspiração, Jaciara precisa inserir um sonda na cânula da traqueia de Enzo para evitar o sufocamento com as secreções. Mas, a atividade exige a inserção de outro material também sufocante, e a coloca a suportar, como ela disse, “*o que ninguém mais suporta*”, um movimento repetitivo e forte de inserir e puxar. A aspiração é necessária, mas se torna invasiva e violenta para Enzo, que também é violenta para Jaciara. “*Sei que não é pra qualquer pessoa isso*” (sic), não é para qualquer pessoa, porque essa relação íntima entre violência e sobrevivência tem a ver com o modo como Enzo e Jaciara enlaçam seus desejos. Uma mãe que adota a deficiência para tomá-la como totalidade, e uma criança que se mantém viva frente ao condicionamento de nada ser de si, para tudo ser para a mãe.

A violência é um significante que marca a vivência de Jaciara de um modo, possivelmente, ainda não simbolizado. Ela busca crianças como Pedro, gerado pela violência sexual, um menino que de tão magro “*parecia quebrar*”, assim como Érica e Graça que sofreram abuso sexual. Crianças que vivenciaram a violência, e segundo ela tiveram uma “*vida difícil*”: “*Eles já tiveram uma vida difícil na casa deles com os pais biológicos. Todos tem histórias de abuso e violência, não posso deixar isso acontecer de novo com eles*”, sendo Jaciara quem se responsabiliza por recolher e cuidar das histórias dos filhos. Quando questionei-a como ela tinha conseguido suportar o que ninguém mais suportava frente aos cuidados com Enzo, ela

respondeu que foi a “vida difícil”. “*Vida difícil. Cresci num meio de pessoas ruins. Tive tios ruins, daqueles que matavam*”. O comentário dela deixa marcas de que a “vida difícil” a qual ela se refere aos filhos também teve alguma semelhança com partes da sua própria vivência.

A narrativa habilita a perturbação que marca Enzo em um eu apagado no discurso da mãe, mas sem a qual a criança não sobrevive. O *unheimlich* atormenta o inabitável da mãe por se fazer no vazio de sua existência o refúgio para o nada ser. A violência do laço, que remete à existência da mãe e do filho, é tomada pela pulsão de morte, contra a qual ambos lutam para se manterem vivos frente ao falecimento subjetivo de cada um. Ambos estão muito vivos, mas a relação faz falecer um pouco de cada na tentativa de recorrer à vida.

O *unheimlich* do laço é habitado pela iminência da morte como pulsão que toma o corpo e a relação mãe-filho. A criança nada mais pode ser do que o acabamento que garante a sobrevivência de ambos. Ou seja os “buracos” que garantem a sobrevivência de Enzo, pelos quais ele respira e se alimenta, mas que Jaciara precisa garantir que não feche, não cicatriza. É preciso deixar a fissura do “buraco” que garante a vida, e ao mesmo tempo leva à morte.

No texto “Além do princípio do prazer”, Freud (1920) desenvolve a respeito da economia da pulsão, e coloca em evidência as pulsões de vida e de morte, bem como a compulsão à repetição. Comenta que o objetivo de toda a vida é caminhar para a morte, pressupondo que o conjunto da vida pulsional conduz à própria morte, embora as pulsões de auto conservação, de apoderamento e de autoafirmação representem pulsões parciais que objetivam afastar da possibilidade de retorno ao inorgânico, ou seja, da morte. O organismo afasta de si as forças que o conduzem para a finitude, pois não é de sua vontade morrer por outras causas que não sejam as de suas próprias leis internas.

Lacan (2005) comenta que, nos estudos freudianos, a angústia está relacionada à perda de algo, ou seja, à transformação do eu, em que a relação a dois se esvazia e o sujeito não pode abordá-la sem que lhe cause certa vertigem. A morte se manifesta como registro narcísico,

estando próximo do elemento de nadificação final, filiado ao deslocamento e sobre o qual se pode recorrer à origem, fonte da transação simbólica do real.

A narrativa esbarra na iminência da morte de Enzo e na escolha de Jaciara ao se colocar como acompanhante desse corpo que falece. Embora haja vida biológica marcada pela deficiência, a vida psíquica é ativa e atuante, ou seja, existe um corpo deficiente, mas o sujeito não é, restando viver os efeitos dessa condição. A mãe vivencia em suas rotinas de cuidado a presença de um corpo morrendo. À medida que os dias passam, o corpo de Enzo não responde mais em suas funções elementares de sobrevivência, como respirar e deglutir. Os procedimentos cirúrgicos passaram a ser necessários para mantê-lo vivo, uma vida, porém, de sujeito apagado. Não afirmo que não exista um sujeito em Enzo, pois há, ele ainda está presente, mesmo que se duvide ou que se esqueça, Enzo se apresenta como sujeito na respiração e nas poucas coisas que ele consegue demonstrar, como o medo e o olhar que pouco se fixa em algum lugar. Porém, há um sujeito que não se mostra a não ser pelo incômodo de algo que não há representação possível. Da mesma forma sujeito, para Lacan (1998a) está entre um significante e outro, ou seja, é algo que está entre os significantes e se mostra no hiato entre eles, o sujeito para psicanálise é irrepresentável. Retomando o conceito de sujeito lacaniano, Elia (2000) aponta que o sujeito é sempre suposto pelo significante, sem qualidade alguma, por fazer referência ao o sujeito do inconsciente. Quinet (2009) acrescenta que o sujeito é equivalente à falta do significante que o define; o sujeito é, segundo o autor, um significante que está fora da cadeia de significantes, uma falta-a-ser. Enzo fala apenas a partir do discurso da mãe, enquanto língua, mas há o resto de sua representação enquanto sujeito que o coloca na linguagem.

O incômodo provocado pela deficiência de Enzo aponta para o sujeito oculto, que o distancia da inexistência, ou seja, ele acusa no outro um sentimento não revelado, mas que existe e persiste pela sobrevivência. É diante disso que se pode dizer que a narrativa está tomada pela pulsão de morte, para a destruição dos corpos de Jaciara e Enzo, fazendo-os existir a partir

da colagem necessária entre mãe e filho. Embora Enzo também resista à presença maciça da mãe.

Enzo é colocado como sujeito inexistente, mas se esforça para se manter apenas como sujeito oculto. Na gramática, conforme Faraco e Moura (2010), o sujeito inexistente se apresenta a partir de verbos impessoais, ou seja, de verbos que não podem ser identificados o sujeito que realizou a ação. Essas orações sem sujeito fazem referência aos fenômenos da natureza, ao tempo decorrido e acontecimentos inanimados. O sujeito oculto, recentemente denominado de sujeito elíptico, não aparece de modo explícito na oração, mas é reconhecido pela terminação do verbo, ficando subtendido a partir da desinência verbal.

Na compreensão com a narrativa, há esforço para que Enzo se mantenha mortificado, um sujeito inexistente, ou seja, mantido como objeto de desejo. Mas ele se esforça para não estar nessa condição inanimada, cujo recurso é se manter enquanto sujeito oculto, aquele que sobrevive e pode ser identificado enquanto resto que marca a ação. Embora na oração com sujeito oculto, este não aparece de modo explícito, é possível reconhecer sua ação e pessoa pela desinência verbal, pelo traço que impõe uma marca na sentença. Enzo está no discurso, mas não se apresenta de modo evidente, apenas enquanto marca de um lugar de existência, mesmo que desconhecido.

Jaciara relatou que quando conheceu Enzo, “*foi amor à primeira vista*” (sic), e justifica que sentiu por ele “*paixão inexplicável*”. Ceccarelli (2005) relembra que o termo paixão é oriundo da palavra grega *pathos*, que carrega a compreensão de “excesso, passagem, passividade, sofrimento, assujeitamento” (p. 471). O *pathos* está correlacionado ao adoecimento, ou seja, ao excesso de paixão, ao excesso pulsional. O autor considera ainda que o *pathos* manifesta a subjetividade, de modo que pela escuta da paixão é possível transformar o sofrimento em vivência, servindo à própria existência do sujeito; dor que produz subjetividade. A “*paixão inexplicável*” que acomete Jaciara diz respeito à sua própria

subjetividade, paixão que Enzo também se entrega. Enzo ocupa o lugar de objeto do amor materno, paixão vinda da mãe que só existe mediante sofrimento, já que Jaciara mostra seu “amor” por crianças fracas, abusadas, com histórias de “*vida difícil*”. O que ela denomina por amor (“*amor à primeira vista*”), e por esta “*paixão inexplicável*” que Jaciara se coloca para ser “*tudo*” para Enzo, a “*mãe coruja*”, a única que poderá evitar que seus filhos sejam novamente abandonados ou que repitam suas histórias de vida. Um amor de puro sofrimento, que existe como *pathos* e resiste como paixão. Ceccarelli (2005) menciona que o *pathos* nada produz se não transformado em paixão, a não ser a morte. Ser “*tudo*” para o outro seria entregar-se por inteiro ao gozo do outro, e com isso garantir a própria morte do sujeito, a força pelo sujeito inexistente. Mãe e filho estão colocados em uma cadeia amorosa que oscila entre ocultamento e resistência, vida e morte.

O amor de Jaciara por Enzo é compreendida como a ligação que transfere o componente sádico para o ocultamento, habilitando o campo do *unheimlich*. É necessário que o sadismo esteja presente nos cuidados com ele, sem o qual não seria possível colocar uma sonda na traqueia de Enzo para aspirar as secreções do organismo, sem o qual também ela não poderia injetar diretamente na bolsa conectada ao estômago da criança o alimento para sua nutrição. Para receber os cuidados, Enzo precisa se entregar ao masoquismo. Jaciara aspira a traqueia de Enzo, porque “*não é pra qualquer pessoa isso*”, ou seja é apenas ela quem sustenta a aliança que estabelece com o filho, cujas agressões ao corpo da criança necessárias para sua sobrevivência; é pela agressão que se faz a vida, esta é sua paixão.

O *unheimlich* para Jaciara diz respeito ao quanto ela consegue ficar perto da morte. Apenas ela consegue suportar a violência para mantê-lo vivo. Quando ela mencionou que “*Eu não deixo isso pra ninguém, porque sei que não é fácil, as pessoas se incomodam*”, ela traz a mensagem que é mesmo só ela quem consegue ficar tão perto da morte, e se traveste como a senhora da morte, como Mannoni (1999) apontou com o conceito sobre o milagre do amor

materno, o qual faz emergir uma cegueira sublime ao conceber um filho cuja vida se torna impossível. Jaciara, pela adoção, faz nascer uma criança que aponta para a direção do falecimento progressivo e, ao contrário da ordem natural, a morte de Enzo está anunciada com maior proximidade. Mesmo não sendo Jaciara a detentora da escolha entre a vida ou a morte de Enzo, ela se coloca na condição de garantidora da vida quando decide adotá-lo, pois vivendo em uma instituição de acolhimento Enzo, segundo Jaciara, não estaria vivo. Como ela mencionou em: “(...) *Eu sei que ele não vai viver pra sempre e talvez ele vá primeiro que eu, mas não quero pensar nesse dia. Já sofri demais por causa da doença dele, agora eu quero aproveitar enquanto eu posso sentir a mãozinha dele, esse rostinho. Se ele estivesse no abrigo até hoje, provavelmente não receberia esse amor, esse cuidado. E quem sabe, até já estivesse falecido.*”

Freud (1920) comenta que o amor objetal representa uma das polaridades das pulsões de morte e de vida, e indica a coexistência entre o amor (ternura) e o ódio (agressão). O sadismo compreende a pulsão de morte afastada do eu pela libido narcísica, e para as situações em que o sadismo original não foi orientado ou fusionado a outros elementos, instaura-se na vida amorosa a ambivalência amor-ódio, estando o ódio, para Jaciara, bem como o sadismo colocados no campo do *unheimlich*. O amor de Jaciara é invadido pela noção de necessidade, ser tudo para o outro. Ela não pode ser ausentar de Enzo, não pode delegar os cuidados para outra pessoa, uma familiar ou conhecido que possa dividir com ela os cuidados. A noção de amor que Jaciara deposita sobre Enzo é de que ela precisa se entregar como mãe total para ele. A saúde de Enzo exige contínuos cuidados, mas não a totalidade da mãe, e Jaciara se entrega por inteira em nome desse amor. O amor que ela porta tem a ver com sua fantasia enquanto filha. Quando seu pai saia para trabalhar e a deixava em casa com os irmãos, e a mãe que recebia visitas de alguns homens, ela se sentia abandonada. O abandono a habita enquanto algo aterrorizante, e é ela quem se coloca para ser a “mãe coruja” que está sempre perto e que nunca

abandona seus filhos, e jamais se distancia de Enzo. Jaciara criou em sua fantasia a mãe que gostaria de ter tido, e faz de si a materialização dessa mãe que é completa e integral para Enzo. Mas esse movimento é impossível, e foi Érica quem denunciou que nem sempre tem almoço em casa. Não dá para ser uma mãe total para os sete filhos, Érica denunciou que a mãe goza com outro, pois Jaciara escolhe Enzo para realizar a parcialidade da maternidade como total. Parcialmente, porque há barreiras, Enzo resiste em existir como sujeito e evitar seu sufocamento.

Érica, filha presente no primeiro encontro que tive com Enzo e Jaciara, esteve presente na cena familiar apenas como acompanhante de Jaciara, para ajudá-la a carregar o galão de oxigênio de Enzo. Embora, sua participação tenha sido muito restrita, ela denunciou o furo na condição de mãe-toda que Jaciara tenta sustentar. Érica saiu da escola e foi para o hospital com a mãe, e nesse intervalo não almoçou. A menina escancarou a impossibilidade de se fazer gozar da mãe-toda, uma vez que também não foi comprensível para Jaciara perceber a fome de Érica. Na consideração, Jaciara buscava meninas para se sentir mãe-toda, mas ao se deparar com essa impossibilidade retomou sua busca, pois não se tratava do sexo da criança, mas do modo como a relação com a mesma poderia movimentar sua condição de mulher e mãe, sendo Enzo o provedor dessa condição de desejo, falta e falo.

Jaciara imaginou que ser mãe de uma menina seria a realização de um sonho. Mas, ela optou por não realizar isso com a gestação em seu próprio corpo. A gravidez para ela seria possível, já que não tem questões orgânicas relacionadas à esterilidade. Assim, o desejo precisou ser mediado a partir de outras mães, que como os filhos trazem em comum o traço da fragilidade, da vulnerabilidade e da violência. Jaciara buscou a maternidade realizável a partir de crianças vulneráveis, magras, frágeis, abusadas, desprezadas e com suspeita de deficiência. A busca incessante por crianças parou apenas quando Jaciara encontrou em Enzo a possibilidade de ele se portar como objeto que tamponaria sua lugar falta, um resquício da

interdição edipiana. As adoções encontram um fechamento quando Jaciara adota Enzo, a maternidade, dessa forma, não era para ter uma menina, mas uma criança que pudesse atender a seu desejo. Nesse sentido, a maternidade de uma menina ou de um menino não é relevante, pois ela adota a deficiência, cuja busca é tomada pelo excesso de adoções, que estão a serviço do gozo de uma mulher.

O efeito da maternidade ocupa o espaço de tomar a mãe em sua falta. Zalcberg (2003) menciona que a mulher que não conseguiu superar a falta instaurada pela castração desenvolve formas de preservar o lugar da falta em sua vida, uma vez que sem a falta não é possível a emergência do desejo. Dessa forma, a mulher necessita buscar o vazio como forma de desejar, como esforço para conservar distância entre o desejo e a demanda. A dificuldade materna em manter ou sustentar o lugar da falta leva a mulher à busca compulsiva para o desejo de amor, uma vez que se instituiu pouco espaço para suportar as demandas não satisfeitas. Stellin, Monteiro, Albuquerque e Marques (2011) apontam que na relação entre a mãe e a criança, esta experimenta a condição de falo, ou seja, o que faltava para completar a mãe. Na condição de a mãe desejar o falo, a criança quer satisfazê-la, colocando-se como objeto de desejo da mãe. É a partir desse desejo que a criança é capturada pelo significante primordial, e direciona a mulher para o lugar de mãe. Miller (2014) evidencia como metáfora infantil a condição em que a criança seja, para a mãe, o equivalente ao falo, de modo que o desejo possa ser satisfeito pelo desejo de um filho. Porém, a metáfora infantil será bem sucedida na oportunidade de falhar, ou seja, ao não fixar o sujeito à identificação fálica, o que permite o acesso à significação fálica, na qualidade de castração simbólica, preservando o não-todo do desejo feminino. O respeito ao Nome-do-pai não basta se não for resguardado o não-todo do desejo feminino, de modo que a metáfora infantil não recalque o ser mulher da mãe. O esforço de Jaciara, no entanto, é inviabilizar esse processo de falha na identificação fálica que permite a configuração do sujeito, já que a maternidade de Enzo o coloca como o complemento da mulher. Jaciara, como mãe,

encontra uma parte da condição de ser mulher, na composição de inviabilizar o não-todo do desejo fálico. Enzo se configura como o herdeiro que preenche a falta do desejo, cuja existência é marcada pela função de manter o desejo feminino via maternidade, denegando a presença do não-todo.

Para Miller (2014), a metáfora paterna aponta uma divisão no desejo e impõe que o objeto criança não seja tudo para o sujeito materno, ao que ser mãe não a isenta de ser mulher. Nessa perspectiva, o autor apresenta o estudo “A criança entre a mãe e a mulher” (2014), cujo título leva em consideração a dupla função da criança para a mulher: a primeira de se portar como objeto que a preenche; a segunda que diz respeito à divisão entre a mãe da mulher, sendo essencial que a mãe continue desejando outras coisas para além da criança, inclusive o desejo do homem. Na situação em que o objeto criança não incidir nesse divisão, ele sucumbe como dejeto do par parental, ou estabelece com a mãe uma relação dual que alicia com a fantasia paterna. A criança como objeto de amor só exerce sua função se velar o nada, ou seja, ser o falo enquanto o mesmo falta à mulher.

Quinet (2009) relembra que a teoria lacaniana apresenta o objeto *a* como a causa do desejo, a partir do qual se desenvolvem, no ensino de Lacan, o campo do gozo e a teoria dos laços sociais. O objeto *a* está presente tanto na angústia quanto no desejo, porém de modos distintos. O gozo, por sua vez, não se deixa apreender totalmente, pois sempre extravasa, escapa, transborda. O gozo não se prende ao significante fálico, o que também não significa que seu campo não seja estruturado, como linguagem nos laços sociais que caracterizam os discursos, nos quais mal-estar e pulsão estão sempre em jogo. O objeto *a* retoma o gozo fracassado, o que não se alcança com o gozo produzido na repetição significante, ou seja, algo do gozo excede e ao mesmo tempo não se contabiliza, indicando sua impossibilidade. Lacan (2005) aponta que o objeto *a* é o que caiu na angústia, advindo do sujeito, de modo que a angústia, que não engana, é substituída pelo que deve ser operado pela queda do objeto *a*. E,

ressalta que o organismo em si mesmo é angústia, uma vez que o desejo foi separado do gozo por uma falha central. Bolgiani (2014) retoma que o objeto *a* é introduzido no ensino lacaniano como o resto não representável e não simbolizável, cuja presença sucumbe ao vazio, em torno do qual a pulsão busca satisfazer-se de maneira autoerótica.

A compreensão desses conceitos permite recorrer à narrativa Enzo para considerar que em contrapartida à atuação de Jaciara para realizar seu desejo de maternidade, a adoção de uma menina não foi capaz de responder à essa demanda. Isso é justificado pela busca incessante de crianças para anunciar a não realização de seu desejo. A maternidade para Jaciara se manteve como tentativa não realizável pela repetição da entrada das crianças na família, denotando a ausência de simbolização ou tempo de elaboração a cada nova criança, e sua posição materna frente a elas. Mas a presença de Enzo lhe coloca frente à proximidade com a maternidade, marcada pela busca de complementaridade, pela eminentíssima de morte, pela violência mascarada em sobrevivência. A maternidade será sempre um desejo incompleto, pois como desejo não busca a realização, mas a manutenção da capacidade e excitação em desejar algo sentido como perdido, embora nunca tivesse tido posse.

Miller (2014) argumenta que a incidência da função do pai na relação entre a mãe e a criança é necessária sobre o desejo da mãe para permitir ao sujeito um acesso normativo à sua posição sexual. Mas, apenas veicular a autoridade do Nome-do-pai não garante tal posição, pois é fundamental que a criança não sature, para a mãe, a falta em que o desejo se apoia. A construção do autor conclui que a mãe apenas é ‘suficientemente boa’ se não o é demasia, ou seja, se os cuidados que oferece à criança não a desviam de desejar enquanto mulher.

A relação que estabelece com Enzo é unária, são dois corpos fundidos para tentar ser um. As perguntas que Jaciara me lança ao final das entrevistas: “*Doutora Débora, você acha que tem material suficiente para sua pesquisa?*”; “*Você acha que está sendo interessante o que você está ouvindo?*”, dizem respeito a evitar a entrada de um terceiro. Não há entrevistador que

possa acusar o espaço da falta, para o ela se esforça para tamponar o buraco da relação. Eu questionei “é furado?” e me senti mal, porque há um esforço grande para não ter “buraco”, para fazer inexistir o furo. Transferencialmente, só é possível participar da relação estando como sujeito mortificado. Por outro lado, as provocações fazem referência à minha entrada como pesquisadora, cuja metodologia não envolveria apenas a coleta de dados, mas uma conversa que caminharia para o além da entrevista, e movimentaria afetos dos quais Jaciara não estava disposta a reconhecer sem se estranhar na relação. Entendo que para a narrativa Enzo, os afetos precisariam se manter sem a movimentação gerada pela entrada do terceiro. O laço fusional atende ao desejo de ambos, um garantindo a ausência e a sobrevivência do outro, não havendo interdição, ou abertura para que ela ocorra. É preciso deixá-los na alternância dia, noite, vida e morte.

5.4. Terceiro ato: momento de concluir

A narrativa Enzo aponta para revelar novo caminho no processo de constituição familiar por adoção. Jaciara já tinha dois filhos por gestação biológica e desejava uma menina, e para isso recorreu à adoção. Mas, nesse processo não deixa claro sua vontade de adotar apenas crianças do sexo feminino e adota as crianças à medida que vão aparecendo para ela. Nesse interim, Jaciara adota mais três meninos e duas meninas, dentre as crianças uma com deficiência. A deficiência de Enzo a toma por completo. O desenvolvimento progressivo da síndrome convida Jaciara para também participar dessa condição não nomeada, depositando-se por completo no corpo paralisado de Enzo.

As necessidades de Enzo convocam Jaciara para seus excessos. Os cuidados são integralmente necessários, pois a sobrevivência de Enzo só é possível se alguém fizer isso por ele. Enzo precisa de alguém que lhe ofereça oxigênio, que lhe entregue alimento, que o limpe

e ofereça afeto, em detrimento de sua autonomia, que também é ausente em função do comprometimento orgânico. Um corpo que não se move, mas que faz mover tudo a seu redor, principalmente, os afetos de Jaciara. É com ele que ela é tomada pelo temor ao abandono, é por ele que ela se sente preenchida de amor frente a algo não nomeável que lhe faltava. Os demais filhos recebem dela os cuidados maternos, mas é a Enzo que ela menciona temer por sua vida. A vida de Enzo é também a dela, uma vez que nesta relação parece difícil distingui-los. Jaciara se apropria de Enzo para falar de si mesma, sem se dar conta disso. Em muitos momentos ela evidencia a continuidade de seus corpos, aponta que ela é para ele todas as funções que nele estão comprometidas.

Enzo é para Jaciara a materialização do falo, ou seja, a maternidade concebida por esta criança, que tudo dela depende, e cuja sobrevivência está submetida à manutenção da vida de ambos que garante o privilégio de preencher o elemento faltante, percebido no ser humano desde as primeiras impressões de não atendimento às demandas. A castração tem esse efeito de impossibilitar o sujeito à realização de seus desejos incestuosos, cuja marca tem como implicação a instauração da falta, a qual é o pré-lúdio para o desejo. Desse modo, a concepção adotiva de Enzo atende ao ideal de preenchimento do elemento faltante, mas que como toda impossibilidade se torna inconcebível o tamponamento pleno de tal vazio.

De modo a evitar o assunto, Jaciara revelou que muitas pessoas a aconselham “desistir”, ou seja, não prolongar o sofrimento de Enzo, que se mantém em quadro progressivo de acabamento de suas funções básicas de funcionamento orgânico, recomendam a morte, ou o que ela denominou por “sopro de vida”. Ela cogitou sobre encontrar algo benéfico em tal atitude, como terminar com o sofrimento de ambos, mas retoma a tristeza pela morte dele seria maior. Ela está disposta a “lutar” (sic) por ele, embora, não se otimize frente à recuperação ou regresso na condição, uma vez que desejar sua morte seria uma forma de anulação dela mesma. Seus corpos estão unificados pela proteção e cuidado que deposita sobre Enzo, e tem como

continuidade a corporificação de sua própria sobrevivência. Enquanto ele sobrevive a partir dos cuidados dela, é Jaciara quem precisa de Enzo para sobreviver psiquicamente.

A narrativa Enzo apresenta uma inquietação que se apoia no desdobramento de todo o percurso teórico construído. A deficiência tem um aspecto singular na relação com a família, a ruptura com os ideias, o processo de luto, a reconfiguração dos laços e do lugar da criança no desejo parental, bem como as implicações subjetivas que isso acarreta à constituição da criança, ilustram aspectos importantes à formação do processo de filiação da criança com deficiência.

Porém, a narrativa Enzo demonstra que a deficiência foi uma escolha depositada na criança. Jaciara primeiro adotou a deficiência, e depois adotou a criança Enzo. Os desdobramentos se assemelham ao momento em que Jaciara reconheceu em Enzo a singularidade de seu comprometimento e apresentou novos caminhos para o impacto frente à ruptura com o ideal narcísico e para o desejo de maternidade. Enzo passou a ocupar o valor de anjo, herói ou guerreiro, enquanto Jaciara se colocou como personagem de salvação e rendição aos cuidados em nome de uma paixão que a tomou por completo. Paixão que tem a função de tamponar um grande vazio percebido, o qual foi impossível de ser suplantado com o nascimento ou adoção de qualquer outro entre os filhos, sendo Enzo quem cumpre essa tarefa. Nesse sentido, a adoção da deficiência se comporta, como qualquer outro modo de construção da maternidade, como a busca pelo preenchimento imaginário da falta e simbolização.

A narrativa Enzo deixa em suspenso a questão do pai. Pergunta-se, onde está o pai nessa relação? Onde está o pai para barrar as sucessivas adoções? Onde está o pai para fazer exercer a Lei simbólica? Por mais que se questione e tente entrar no campo da família para buscar esse personagem, não será possível. Primeiramente, há um pai. Jaciara é casada e reside com o esposo e os filhos. O esposo é aposentado e presta alguns serviços como autônomo para uma companhia da cidade. Porém, sua presença e função se mostram fugazes, ou quase não atuante.

O ambiente doméstico e o pai são suprimidos de sua fala, o familiar não se revela de imediato. As tentativas de conversar com ela em sua residência não foram possíveis, pois Jaciara apontou nos contatos por telefone e durante os encontros vários motivos apresentados “é longe; está sempre cheio de gente; durante a semana é pesado, pois as crianças têm escola; fim de semana é mais tranquilo, mas sempre tenho que viajar por conta do curso”. O acesso ao ambiente familiar foi restrito, ou melhor, negado, pois Jaciara conseguiria conversar em ambiente estranho, o hospital, mas não no familiar de seu lar. No hospital ela carrega o discurso médico sobre a relação com Enzo, dando espaço para a necessidade de se sentir mãe-cuidadora, amparando-se em assuntos que lhe são familiares: o estado de saúde de Enzo. A conversa, porém, esteve corporificada no estranho (hospital) ao qual ela se sente familiarizada para apresentar aspectos que tangem sua maternidade.

Lacan (1999) entende que a partir da metáfora paterna, que o Nome-do-pai barra o desejo materno. E, no texto “Nomes-do-pai” (2005), o autor aponta que a entrada do terceiro na relação dual, mãe-criança, índice sobre a fenda narcísica, marcando a possibilidade da mediação com o real. Nessa condição, opera-se o registro da lei ou da culpa, a depender de como é vivido, de modo que o Nome-do-pai cria a função do paterna. Quinet (2009) comenta que essa operação apresenta como resultado a significação fálica e a localização do gozo, sendo assim, o pai representa a Lei que sustenta o desejo do sujeito.

Para a narrativa Enzo, é inviável a busca pelo pai, uma vez que parece não haver função paterna que se corporifique. A entrada da função paterna, conforme apontou Jerusalinsky (2007), é primeiramente exercida pela mãe; porém, a força de Jaciara está pautada em não discriminhar a diferença dos corpos e manter o laço fusional com Enzo. É Jaciara quem exclui da relação a metáfora paterna por, possivelmente, também exercê-la assim em si própria. Jaciara não permitiria a entrada da função paterna para barrar seu desejo de encontro com a

maternidade, em especial sobre a relação de Enzo, para a qual se mantém forçosamente, e necessária, como dual.

Maesso (1999) considera que a lesão real no corpo da criança se mostra como um entrave na separação da mãe com a criança, inviabilizando a inserção da metáfora paterna. Mas não é deixada de lado, é mantida como anônima, pois mediada pelo discurso médico aponta o lugar de revelação sobre a doença da criança, a qual ainda se mantém como mistério para Jaciara. Para Mannoni (1999), a criança com deficiência é delegada aos cuidados da mãe, mantendo a figura paterna afastada de sua função. Se Jaciara afasta a função paterna e inviabiliza a entrada do terceiro no laço, o pai de Enzo também parece se fazer ausente na relação. É Jaciara quem deve assumir para Enzo a função paterna, porém encontra dificuldades em o fazê-la. É nesse sentido, que as tentativas de ampliar os encontros, realizados para a construção da narrativa Enzo, para outros membros da família, em especial o pai de Enzo, esposo de Jaciara, encontram-se fracassadas. Na busca pelo pai, na dimensão familiar, não há esse membro que se presencie simbolicamente, pois há a constante ausência dessa presença na relação entre Enzo e Jaciara.

Para este tempo da Narrativa Enzo, é importante também recorrer à contribuição que os contos de fadas e lendas folclóricas proporcionam para seu desfecho. Os contos e lendas instrumentalizaram o princípio do caminho percorrido na compreensão da relação entre a deficiência e a infância, e retornam para identificar diálogo a alguns aspectos em aproximação com a Narrativa Enzo. Retomando, Bettelheim (1979) aponta que os contos de fadas estão cheios de elementos que tornam claras as emoções e aspectos do desenvolvimento intelectual, harmoniza as ansiedades e aspirações, reconhece as dificuldades e sugere soluções que perturbam os personagens. Os contos de fadas buscam compreender que os problemas internos e as soluções emocionais diante dos enredo. Da mesma forma, a inquietação de Jaciara diante de sua própria história a movimenta para a busca das adoções como solução emocional. Jaciara

inclui as crianças em sua família, as quais têm em comum a violência, o abuso sexual e a negligencia da família de origem, ela adota as crianças negadas, excluídas e rejeitadas, incluindo em seu ninho todos os patinhos feios que encontra.

A Narrativa Enzo é marcada pela história de Jaciara, que encontra sentido frente à inquietação de uma “vida difícil” adotar várias crianças violentadas e fragilizadas, dentre as quais o encontro com uma criança com deficiência, em detrimento de sua aparente necessidade de ser mãe de uma menina, aponta que a maternidade media um mundo interno desordenado. Os contos de fadas colocam os detalhes menos importantes à margem, ou excluídos, Jaciara inseriu as crianças fragilizadas em seu enredo, mas estas não povoam o sentido de sua história e elimina esses personagens, deixando o pai e as outras crianças fora da cena, cujo investimento se constrói entre Jaciara e Enzo.

Os contos de fadas lidam com a ambivalência discriminando os personagens bons dos maus, belos dos feios, assim, esses elementos antagônicos não habitam o mesmo personagem. Com Enzo, Jaciara é a mãe total, a mãe complemento, a mãe que ama e cuida intensamente, como uma fada, figura que aparece nos contos quando nenhuma outra solução real é possível. As fadas se caracterizam por mulheres sobrenaturais que interagem com os humanos no cotidiano para auxiliá-los em situações adversas. Jaciara foi em busca de crianças necessitadas, violentadas, para salvaguardá-las de sua tenebrosa realidade e destino. Quando encarnadas como más, as fadas são consideradas bruxas, que vislumbradas como as mães biológicas das crianças adotadas, representam o resquício para o qual as crianças precisam se verem livres. Os contos de fadas apresentam a sabedoria e a paixão amorosa para preservação ou destruição da vida, cujo eixo narrativo sustentam uma problemática existencial e alude à luta entre a realização interior profunda a nível individual ou social. As adoções por Jaciara indicam a preservação de sua própria vida psíquica e reordenamento de sua singularidade, cujo excesso de vidas infantis resgatadas responde à reconstrução de sua maternidade e como resposta à sua

vivência singular como filha. Jaciara se engendrou na aventura materna buscando na miséria e na sobrevivência física os meios para desvelar o enigma entre a mãe e a mulher.

No conto Riquete do Topete (Perrault, 1997) a presença da cisão entre ignorância e sabedoria, bem como beleza e asqueroso, que impulsiona o casamento entre Riquete e uma bela jovem, porém ignorante, do reinado vizinho. A bela porta a ignorância, enquanto o aspecto feio comporta a sabedoria. O casamento acontece quando um inunda o outro com o que tem em excesso. Jaciara se apaixona por Enzo e oferece a ele partes de seu corpo para que ele possa sobreviver fisicamente. Em contrapartida, Enzo é tomado por entregar-se como objeto, e desvale-se enquanto sujeito para tornar Jaciara completa. O amor, para o conto Riquete do Topete, e para a Narrativa Enzo é a recompensa que dilui a oposição belo e feio, sábio e ignorante, estranho e familiar, a mãe e a mulher, o objeto e o sujeito e entre a falta e o complemento.

A paralisia cerebral de Enzo, cuja causa é desconhecida por Jaciara, foi indicada como efeito do excesso de álcool e drogas inseridos pela mãe durante a gestação. A observação de que este mesmo efeito não foi provocado em Breno, irmão biológico de Enzo, deixa como possibilidade outras condições possíveis, como por exemplo a anóxia perinatal ou neonatal. Contudo, os comportamentos da mãe biológica de Enzo são apontados como os possíveis provocadores de sua atual condição de saúde e debilidade orgânica. Conforme Coelho (1987), as bruxas e as fadas representam as dualidades da condição feminina, assim, enquanto Jaciara se apresenta para resgatar as crianças fragilizadas, as mães biológicas foram os personagens que permitiram vivências violentas e negligentes. Porém, como fadas e bruxas representam a dualidade da condição feminina, Jaciara não se encontra dicotomizada. Ela ama e cuida de Enzo, mas também convive familiaridade com a forma de violência da relação para acompanhar a vida e o falecimento de si e de Enzo, e também, da mesma forma em que se porta como “mãe-

coruja”, mas deixa os filhos à margem, como denotou Érica que estava com fome por não ter almoçado naquele dia.

Da mesma forma que se articula com os contos de fadas, a Narrativa Enzo pode ser resgatada a partir da relação com as lendas folclóricas apresentadas neste estudo. O curupira e o saci são personagens do folclore brasileiro e têm como aspecto em comum a transgressão do limite imposto. Eles abdicam de compreender a dimensão do outro para fazer valer o usufruir de trapaças que indicam a restrição do prazer do outro, e não em si. Nesse sentido, esta pesquisa mostrou que esses personagens escapam à castração ao se fazerem gozadores do outro, porém essas lendas deixam em evidência que há a imposição externa, impedindo a fruição desmedida de suas aventuras. Em comparação à Narrativa Enzo, pode-se compreender que Jaciara se esforça para ser também gozadora do corpo de Enzo, sendo impedida para iminência de morte também em si, a aproximação dos corpos é investida, mas também encontra limites para a realização integral desse desejo, uma vez que a entrega total do corpo de Enzo à maternidade de Jaciara representa a inundação de um pelo outro, sem separação psíquica, ambos são tomados pela nulidade subjetiva, de modo que onde não há sujeito resta apenas objeto a ser manipulado pelo Outro, imperando de forma intrusiva e mortífera.

A narrativa Enzo apresentou Enzo e Jaciara como protagonistas do laço construído a partir da movimentação entre paixão e estranhamento, cujo enredo foi atravessado por diversas cenas compostas pelo desejo e pela subjetividade de cada um. Jaciara encontrou na adoção de Enzo a manifestação do amor como complemento do vazio e realização do desejo de maternidade. Enzo, por sua vez, fez-se filho amparado pelo cuidado e pelo amor apresentado por Jaciara. Os elementos singulares da narrativa, compreendida pelo olhar da psicanálise, possibilitaram o reconhecimento do objeto paixão pelo estranho, de modo que o corpo de Enzo representa o estranho pelo qual Jaciara tenta configurar sua paixão como a totalidade do laço. A adoção de Enzo é resultado da busca de Jaciara pela maternidade, sendo por essa filiação que

ambos encontram seus modos subjetivos de se entregarem à relação, em atendimento ao desejo. A adoção de Enzo por Jaciara é decorrente da presença do hiato construído entre a mulher e a mãe, ocupado pela presença de Enzo, cuja condição de saúde aponta para construção da mãe-toda que se coloca à dependência do eterno cuidado, atenção e vigia do estado de saúde de Enzo.

O comprometimento orgânico de Enzo o coloca na condição de estar tomado pela paralisia, sendo a partir do pouco conhecimento sobre seus sentimentos e manifestações psíquicas, que seu corpo é compreendido enquanto discurso silenciado pela fala de Jaciara. Ele fala pela presença de Jaciara. É ela quem toma o corpo e a fala da criança para encontrar uma parte de si mesma, como realização da maternidade empreendida com o desejo de ser mãe-toda, cujo amor é incessantemente depositado sobre Enzo, o qual dentre os sete filhos é o único que concebe os dizeres do desejo entre a Jaciara mãe e mulher. Ela se torna mãe apenas de Enzo ao se deparar com o desejo de mulher em fazer do filho o objeto de tamponamento da falta como vazio que circunda o furo dessa realização.

Para Jaciara, a adoção representava a busca da maternidade de uma menina. Porém, o encontro com crianças marcadas pela violência, do abandono, da dor e do abuso revelou algo até então subscrito, a necessidade de firmar o amor materno enquanto totalidade. O sexo da criança não se mostrou relevante frente à entrada das crianças na família, mas a aproximação que poderiam estabelecer com sua história. Jaciara buscou, via adoção, o reviver de emoções e fantasias localizadas em sua própria origem. Em resposta à mãe promíscua, Jaciara se coloca como muito ocupada tentando salvar seus filhos de suas origens nefastas. Ela se mantém fiel aos homens em íntima atenção ao não se aproxima da possibilidade em gestar uma menina, necessitando de outras mulheres também vulneráveis e sexualmente agredidas. Jaciara adota a deficiência de Enzo enquanto componente para o exercício da maternidade, sendo fiel à mãe integral apenas a este filho.

O estranho, o familiar e a paixão, para a narrativa, estabelecem entrelaçamento que impinge o laço materno à adoção. O estranho é percebido como uma ameaça, visto pela possibilidade de separação dos corpos, a iminência de um sujeito desejante para o forçamento de um sujeito objeto e distorcido pela paixão, o estranho se apresenta como o amor que precisa da fusão para sobreviver. O familiar diz respeito à condição humana da deficiência, e ao mesmo tempo da não diferenciação entre Jaciara e Enzo. Ela ocupa o lugar da debilidade de Enzo, oferece o corpo e toma o dele para si, entende que não há separação, há constante fusão. Contudo, é sempre mantido um hiato, pois ambos faleceriam se isso fosse possível, em acabamento subjetivo. A violência habita tanto o estranho quanto o familiar, pois é neste aspecto que o laço se funda para suprir e, ao mesmo tempo, emergir enquanto sobrevivência, cuidado e amor. A violência aparece como transfigurada em diferentes formas. Ela sustenta a busca por crianças fragilizadas, vulneráveis, violentadas e originárias de abuso sexual, é pela violência vivida que Jaciara se apaixona e resgata essas crianças. Para garantir a sobrevivência de Enzo é preciso violência para a aspiração, para a manutenção da vida, uma violência sentida como o laço que une à esta criança, e movimento a busca pelas anteriores e posteriores à adoção de Enzo. A paixão, enquanto excesso pulsional não destituído de sofrimento, por sua vez, recobre o distanciamento entre o estranho e o familiar, fusionando o corpo de Enzo como estranho como parte de Jaciara. A adoção, a partir da narrativa, indica a busca da maternidade pela ausência de diferenciação, pela repetição de importantes questões de Jaciara que a fundam como ser materno enquanto busca pela vulnerabilidade e pela fragilidade de seus filhos. A deficiência de Enzo tem um papel fundamental para Jaciara, pois anula a morte, o “sopro de vida”, sendo a recompensa por ter dito ela uma “vida difícil”, termo também utilizado para descrever a história de vida das crianças que resgatou.

CAPÍTULO 6 – GRAND FINALE: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grand Finale se refere ao encerramento das cenas que fizeram parte do espetáculo, quando os personagens retornam ao palco para a finalização. Nesse momento a trama já teve seu desfecho, e se organiza pela reapresentação dos movimentos que marcaram o enredo, bem como o recebimentos do cumprimento do público e agradecimento pelo elenco. As cortinas se fecham, e o palco é esvaziado para os possíveis desdobramentos da experiência. Da mesma forma, este capítulo encerra o percurso desta pesquisa, mas sinaliza os restos para repercutir seus efeitos na prática da pesquisa em psicanálise.

A deficiência, a partir dos contos de fadas, apontou o início da discussão construída sobre as impressões do sujeito em relação à deficiência. Os movimentos de estranhamento, investimento em mecanismos compensatórios, expulsão e rejeição foram compreendidos a partir dos contos de fadas e das lendas folclóricas, fundamentais para dialogar com a relação da deficiência e as figuras parentais, as idealizações e as fantasias frente ao estranhamento do corpo.

A deficiência tem longa trajetória histórica, mas sofreu inúmeras formas de apreensão e trato. Por muito tempo foi abordada como um fenômeno exclusivo do conhecimento médico e educacional, mas as concepções atuais enfatizam a ampliação do conceito considerando também dimensões sobre a diversidade humana, sociais, econômicas, políticas e urbanas.

A adoção da criança com deficiência parte de uma tragédia necessária, sendo mobilizadora de afetos que interferem no relacionamento da criança com a família. Assim, como a adoção aponta para fantasias que emergem do imaginário parental e que também são vivenciadas pela criança. Foram observadas fantasias sobre a rejeição, abandono, dupla filiação, presentes no laço pela adoção. Tendo essas condições em vista, a escolha em adotar uma criança com deficiência, seria portanto, um modo de vinculação que vivenciaria tanto os aspectos

presente na relação com a criança com deficiência, tanto com as fantasias presentes na própria adoção. Optar pela adoção de uma criança com deficiência é se dispor a vivenciar tais aspectos psicológicos, tendo em vista o desejo da maternidade.

Para a narrativa Enzo, parte-se de uma busca pela realização pela maternidade, engendrada na construção da imagem da mulher, a partir da ressignificação das experiências com a própria origem familiar de Jaciara, de modo que ela busca ser para Enzo a figura que exclui a função paterna, exerce a função materna e personifica o amor incondicional, do mesmo modo que ela gostaria de ter sido acolhida. A maternidade passa pela repetição de seu posicionamento enquanto filha, efeito que não está restrito à vivência de Jaciara, mas do próprio processo de maternidade de filiação. Conforme Jaciara narrou, sua história familiar é marcada por tragédias e momentos que preferia ter sido apagados de sua memória, mas que ela vive novamente na tentativa de garantir a vida de Enzo e de sua existência emocional e psíquica no reconhecimento dessa relação como necessária a ambos.

A adoção da criança com deficiência se torna reconhecível a partir do desejo da maternidade. Foi preciso que Jaciara entendesse a adoção de Enzo como salvação da vida e garantia de sua existência enquanto sujeito tamponado para fazer valer sua condição de mãe-toda. Jaciara tem uma função assistir a vida e o falecimento de Enzo, tarefa que ela deixa evidente, já que apenas ela é capaz de suportar. Uma coragem necessária para um amor que se desdobra para ser depositado sobre o estranhamento que o corpo e a deficiência de Enzo podem provocar. A paixão dessa mãe acolhe cinco crianças que não atendem ao modo de maternidade desejada, é Enzo quem a faz parar de adotar tantas crianças com o histórico de abuso, violência e abandono. Enzo é o eterno fragilizado, diante do qual ela se torna forte, e defensora dessa paixão, que tenta delinear um preenchimento entre a vida e a morte, o corpo e sua deficiência.

Ser mãe em tempo integral, considerando Enzo como o sujeito que ocupa o lugar de eterna dependência faz parte do modo pelo qual o processo de filiação foi estabelecido. A

escolha pela adoção da criança com deficiência é preditivo da própria condição de Jaciara enquanto sujeito ao eleger seu objeto de amor, o qual ilusoriamente tem a função de preencher a falta, resquício do processo de castração.

A narrativa Enzo aponta que a adoção da criança com deficiência responde ao funcionamento de Jaciara enquanto mãe e mulher, em relação com a representação subjetiva que porta sobre a maternidade e resolução quanto a imagem da mulher. A compreensão da adoção da criança com deficiência abre espaço para o estudo das manifestações subjetivas como resgate da história materna na família. A paixão pelo estranho porta a recuperação do amor deixado enquanto marca pela busca de preenchimento da falta, e tampona a condição estranha vista sob o desamparo humano. Desse modo a paixão totaliza, ou sucumbe, o estranho torando-o familiar.

O desenvolvimento dessa pesquisa permitiu compreender que, embora, no âmbito social houveram recursos para a ampliação dos mecanismos a fim de incluir a deficiência como condição de diversidade da espécie humana, compreendendo a eliminação de barreiras físicas e ideológicas para garantir a cidadania, o respeito e a dignidade da pessoa com deficiência, ainda há preconceitos e distorções conceituais. A adoção, da mesma forma, ainda é acompanhada por seus resquícios históricos e fantasiosos. A aproximação entre deficiência e adoção apresenta um modo de contribuir para o conhecimento sobre a família contemporânea, seus laços e subjetividades.

A pesquisa se propôs a trabalhar diante de dois trinômios: adoção, deficiência, psicanálise e estranho, familiar e paixão. A associação entre os elementos do primeiro trinômio revela o infringir do sintoma da produção científica em se inclinar para observar o ser humano em sua potência humana, recompõe a história da configuração familiar em adoção, e esta para a inserção da criança com deficiência no laço, bem como desmistifica os fantasmas e desconhecimentos sobre a adoção e sobre a deficiência. Os elementos do segundo trinômio

dizem respeito à relação estabelecida pela adoção de Enzo por Jaciara, e indicam as movimentações psíquicas necessárias para a construção desse laço. Os fenômenos estranho, familiar e paixão se inter-relacionam de modo que o último ocupa o distanciamento entre os anteriores, cujo entrelaçamento transforma o estranho em familiar. Nesse sentido, a paixão totaliza o vazio entre o estranho e o familiar. É importante inferir que esses elementos se enlaçam dessa forma, pois dizem respeito ao entendimento da Narrativa Enzo. Para cada família, haverá uma nova história, e esses elementos se entrelaçarão de um modo único e específico para cada narrativa.

REVERENCE

À minha família pelo acompanhamento em grande parte das minhas descobertas e conquistas, ao acreditar nos caminhos para a minha formação pessoal e profissional;

À professora Anamaria Silva Neves, pela paciência, insistência e a apostila no trabalho. Também por proporcionar novos caminhos, conhecimentos e oportunidades de experimentar novas práticas;

À professora Joyce Marly Gonçalves Freire (*in memorium*) por me presentear com sua paixão pela psicanálise, e me impulsionar à trilhar por este caminho também;

A Jaciara e Enzo por partilharem de suas emoções e vivências, que em suas narrativas doaram tempo e vida para a construção deste estudo;

À Aline Accioly pelas orientações e desorientações em estudos, clínica, supervisões e extensões, sem a qual grande parte das compreensões exploradas nesta pesquisa não teriam sido possíveis;

Aos professores João Luiz Leitão Paravidini, Isabel da Silva Kahn Marin e Miriam Tachibana pelos esclarecimentos, inquietações, conhecimentos e questionamentos provocados no decorrer da pesquisa;

À Adriana de Oliveira, secretária da pós-graduação, pela presteza, organização e disponibilidade;

Aos colegas do curso e percurso acadêmico pelas inovações e descobertas;

Aos mestres da dança pela repetição, criação, cooperação e divulgação da arte como técnica, ensino e profissão.

REFERÊNCIAS

- Altoé, S. (2007). *A Lei e as leis: Direito e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Andersen, H. C. (2013). *Histórias maravilhosas de Andersen*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Andrade, M. L. de A.; Sólera, M. O. (2006). A deficiência como um “espelho perturbador”: uma contribuição psicanalítica à questão da inclusão de pessoas com deficiência. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 14 (1), jan/jun, pp. 85-93. Recuperado em 25 de agosto de 2016, de <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MUD/article/view/636/636>
- Aranha, M. S. F. (1995). Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica. *Temas em Psicologia*, 2, pp. 63-70. Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Psicologia. Recuperado em 21 junho de 2016, de <http://www.adiron.com.br/arquivos/historia.pdf>
- Ariès, P. (2012). *História Social da criança e da família*. 2^a ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC.
- Bettelheim, B. (1979). *A psicanálise dos contos de fadas* (3^a ed.). Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bolgiani, P. (2014). Furo. In.: Machado, O.; Ribeiro, V. L. A. (org.). (2014). *Um real para o século XXI*. Belo Horizonte: Scriptum, pp. 160-162.
- Brasil, Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com deficiência (2012). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, 4^a ed. Brasília.

- Brasil, Senado Federal. (2013). *História da Adoção no Mundo*. Em Discussão. Brasília, DF: Senado Federal. Recuperado em 16 de agosto de 2016, de <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/contexto-da-adocao-no-brasil/historia-da-adocao-no-mundo.aspx>.
- Brauer, J. F. (1998). O sujeito e a deficiência. *Estilos da Clínica*, 3 (5). São Paulo. Recuperado em 30 de janeiro de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1415-71281998000200008&script=sci_arttext.
- Ceccarelli, P. (2005). O sofrimento psíquico na perspectiva da psicopatologia fundamental. *Psicologia em Estudo*, 10 (3), set./dez., pp. 471-477. Maringá. Recuperado em 25 de agosto de 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/%00D/pe/v10n3/v10n3a14.pdf>
- Coelho, N. N. (1987). *O Conto de Fadas*. São Paulo: Ática.
- Conselho Nacional De Justiça, CNJ (2016). Relatório sobre o Cadastro Nacional de Adoção. Recuperado em 27 de agosto de 2016, de <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/cadastro-nacional-de-adocao-cna>
- Correia, J. R. de A.; Allain, M.; Lima, A. M. B. C. de.; Amorim, M. do S. B.; Oliveira, E. F. L. de.; Queiroz, T. C. da N. (2001). A “adoção psíquica” e suas dificuldades. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 4 (1), São Paulo, jan./mar. 2001. Recuperado em 01 de novembro de 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/rtpf/v4n1/1415-4714-rlpf-4-1-0037.pdf>
- Crespin, G. (2004). *A clínica precoce: o nascimento do humano*. Coleção 1ª Infância. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Della Mônica, L. (1982). *Manual do Folclore* (2^a ed.). São Paulo: Edart.
- Diniz, D.; Barbosa, L.; Santos, W. R. dos. (2009). Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, 6, 11. São Paulo, dez., 2009. Versão

- impressa ISSN 1806-6445. Recuperado em 21 de junho de 2016, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452009000200004.
- Dolto, F. (1998). Destinos de crianças: adoção, família e trabalho social. São Paulo: Martins Fontes.
- Elia, L. (2000). Psicanálise: clínica & pesquisa. In. Albert, S.; Elia, L. (2000). Clínica e pesquisa em psicanálise, Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, pp. 19-35.
- Escobar, V. M. C. (2012). *Um estudo sobre a função materna na constituição de sujeitos precocemente atingidos por deficiência orgânica*. Orientador: Prof. Dr. Vera Pollo. Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro (Dissertação).
- Faraco, C. E.; Moura, F. M de. (2010). *Gramática*. São Paulo: Ática.
- Fédida, P. (1991). A construção do caso. In: _____. *Nome, Figura e Memória: a linguagem na situação psicanalítica*. Trad. Martha Gambini e Cláudia Berliner. São Paulo: Escuta, pp. 215-237.
- Fernandes, M. H. (2011). Corpo, 4^a ed. Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Figueiredo, A. C. (2004). A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 7 (1), pp. 75-86. Recuperado em 01 de dezembro de 16, de http://www.fundamentalpsychopathology.org/uploads/files/revistas/volume07/n1/a конструкциao_do_caso_clinico_uma_contribuicao_da_psicanalise_a_psicopatologia_e_a_saude_mental.pdf
- Foucault, M. (2002). *Os anormais*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2010). *História da Loucura*, 9^aed. São Paulo: Perspectiva. (Originalmente publicado em 1972)
- Freitas, MC. org. (2001). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

- Freud, S. (1909). Romances Familiares. In. *Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud*, V. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. (1914). À Guisa de Introdução ao Narcisismo. In. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Trad. L. A. Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- _____. (1917). Luto e Melancolia. In. *Obras Completas de Sigmund Freud*. Vol. XII. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, pp. 193-212.
- _____. (1919). O Estranho. In. *Obras Completas*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1985, v.12.
- _____. (1920). Além do princípio do prazer. In. *Obras Psicológicas Completas: Edição Standard Brasileira*, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Grimm, J.; Grimm, W. (2012) *Contos Maravilhosos Infantis e Domésticos* (1812 – 1815). Trad. Christine Röhrig. v. I; II. São Paulo: Cosac Naify.
- Góes, F. A. de B. (2006) Um encontro inesperado: os pais e seu filho com deficiência mental. *Psicologia: ciência e profissão*, 26 (3), 2006. Brasília. Versão impressa ISSN 1414-9893. Recuperado em 14 de fevereiro de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932006000300009&script=sci_arttext.
- Jerusalinsky, A. et al. (2007). *Psicanálise e Desenvolvimento Infantil*, 4^a ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Lacan, J. (1998a). *Os Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1966).
- _____. (1998b). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (2005). *Nomes-do-pai*. Rio de Janeiro: Zahar.

- _____. (2009). *O seminário, livro 1: os escritos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lobato, M. (1960) O Saci. In. _____. *O Sítio do Picapau Amarelo*, vol. I.18^a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, pp. 79 - 117.
- Lopes Neto, J. S. (1991). *Lendas do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro.
- Maesso, M. C. (1999). A criança especial na psicanálise. *Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas*, 1 (26). Piracicaba, SP. Versão impressa ISSN 0103-7676, dez. 1999. pp. 139-150.
- Maggi, N. R. (2009). A criança em situações de adoção e a clínica psicanalítica: o registro identificatório e os recursos no processo de simbolização. *Estudos de Psicanálise*, 32. Belo Horizonte, nov. 2009. Recuperado em 01 de novembro de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0100-34372009000100016&script=sci_arttext&tlang=es
- Maia, M. (2013). Novo conceito de pessoa com deficiência e proibição do retrocesso. *Imprenta*, 12, (37), p. 28 - 306, jul./set., 2013Brasília, Advocacia-Geral da União, Centro de Estudos Victor Nunes Leal, 2002. Rede Virtual de Bibliotecas. Recuperado em 22 de junho de 2016, de <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:reden.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2013;1001005236>
- Mannoni, M. (1980a). *A criança sua doença e os outros* (2^a ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1980b). *A primeira entrevista em psicanálise*. Trad. Roberto Lacerda. Rio de Janeiro: Campus.
- _____. (1995). *Amor, ódio, separação: o reencontro com a linguagem esquecida da infância*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1999). *A criança retardada e a mãe*. São Paulo: Martins Fontes.

- Mendonça, R. O. (2008). *Adoção no Brasil*. Trabalho apresentado na IV Semana do Servidor e V Semana Acadêmica da Universidade Federal de Uberlândia – UFU 30 anos. Universidade Federal de Uberlândia, Av. João Naves de Ávila, 2121 Reitoria Santa Mônica.
- Mezan, R. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas reflexões. *Jornal de Psicanálise*, 39 (70), São Paulo, jun. 2006. Recuperado em 07 de junho de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-58352006000100015&script=sci_arttext
- Miller, J-A. (2014). A criança entre a mãe e a mulher. *Opção lacaniana online nova série*, 5 (15), nov. 2014. Colóquio organizado, nos dias 01 e 02 de junho de 1996, em Lausanne, pelo Grupo de Estudos de Genebra. Recuperado em 13 de novembro de 2016, de http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_15/crianca_entre_mulher_mae.pdf
- Minerbo, M. (2009). *Neurose e não-neurose*. São Paulo: Casa do psicólogo.
- Nasio, J. D. (2009). *Meu corpo e suas imagens*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Neves, A. S. (2007). *Família no singular, histórias no plural: a violência física de pais e mães contra filhos*. Uberlândia: EDUFU.
- Paulilo, M. A. S. (1999). A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. *Serviço Social e Sociedade*, 2(2), 135-148, UEL: Londrina. Recuperado de <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v2.pdf#page=135>. Acesso em 30 jun. 2016.
- Perrault, C. (1997). *Contos*. Lisboa: Estampa.
- Poli, M. C. (2008). Escrevendo a psicanálise em prática e pesquisa. *Estilos da Clínica*, 13 (25). São Paulo, dez. 2008. Versão impressa ISSN 1981-1624. Recuperado em 08 de junho de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1415-71282008000200010&script=sci_arttext

- Queiroz, E. F. (2004). O estranho filho adotivo. Uma leitura clínica do *Unheimlich* na adoção. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 7 (4), pp. 100-111. São Paulo, dez. 2004. Recuperado em 01 de novembro de 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v7n4/1415-4714-rlpf-7-4-0100.pdf>
- Quinet, A. (2002). *As 4+1 condições da análise* (9^a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (2009). *Psicose e laço social: esquizofrenia, paranoia e melancolia*, 2^a ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rosa, D. B. da. (2008). A narratividade na experiência adotiva: fantasias que envolvem a adoção. *Psicologia Clínica*, 20 (1), Rio de Janeiro. Recuperado em 27 de outubro de 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/07.pdf>
- Silva, A. S. (2005). Desvelando o sentido da deficiência mental: uma leitura psicanalítica. *Mental*, 3 (4). Barbacema. Versão impressa ISSN 1679-4427. Recuperado em 14 de fevereiro de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-44272005000100009&script=sci_arttext
- Simonetti, A. (2016). Bordas do corpo. Trad. M. Elisa D. Monteiro. In.: *Scilicet: O Corpo falante. Sobre o inconsciente no século XXI*. São Paulo: Escola Brasileira de psicanálise pp. 58-60. Textos preparatórios para o X Congresso da Associação Mundial de Psicanálise, Rio de Janeiro, 25 a 28 de abril de 2016.
- Sófocles (427 a.C/1959). Colección Hispánica de Autores Griegos y Latinos (1959). *Sófocles Tregedias: Edipo Rey - Edipo En Colono (427 a.C)*. Trad. Ignacio Errandonea. Vol. I. Barcelona: Ediciones Alma Mater.
- Souza, K. K.; Paravidini, J. L. L. (2011). Vínculos entre crianças em situação de acolhimento institucional e visitantes da instituição. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31 (3), pp. 536-553. Recuperado em 26 de janeiro de 2017, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000300008

- Stellin, R. M. R.; Monteiro, C. F. d'A.; Albuquerque, R. A.; Marques, C. M. X. C. (2011). Processos de construção de maternagem. Feminilidade e maternagem: recursos psíquicos para o exercício da maternagem em suas singularidades. *Estilos da Clínica*, 16 (1). São Paulo, jun. 2011.
- Vargas, M. M. (1998). *Adoção Tardia: da família sonhada à família possível*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Vorcaro, A. (2010). Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. In. Kyriollos Neto, F.; Moreira, J. O.(orgs). (2010). *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade*. Barbacena: EdUEMG, pp. 11-23.
- Weber, L. N. D. (2000). Os filhos de ninguém: abandono e institucionalização de crianças no Brasil. *Conjuntura Social*, 4, pp. 30-36. Rio de Janeiro. Recuperado em 28 de agosto de 2016, de <http://lidiaweber.com.br/Artigos/2000/2000Osfilhosdeninguem.pdf>
- _____. (1998). Quero alguém que me chame de filho ou do direito à convivência familiar e comunitária. In. Couto, S. (org.) *Nova realidade do direito da família*, 1^a ed. São Paulo: Editora Jurídica, pp. 101-104.
- Zalcberg, M. (2003). *A Relação Mãe e Filha* (9^a ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada **Adoção da criança com deficiência: narrativas sobre a paixão pelo estranho**, sob a responsabilidade das pesquisadoras Dra. Anamaria Silva Neves e Débora Ferreira Bossa.

Nesta pesquisa nós estamos buscando entender a relação constituída a partir da adoção da criança com deficiência e suas implicações no vínculo de filiação, bem como as motivações para a adoção incluindo a deficiência como possibilidade de escolha.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Débora Ferreira Bossa, em visita domiciliar ao participante da pesquisa, em data e horário previamente agendados de acordo com a disponibilidade do mesmo.

Na sua participação você será entrevistado a fim de compreender, de acordo com suas experiências pessoais os seguintes temas: história familiar e decisão para adoção; entrada da criança com deficiência na família; desafios enfrentados e recursos para lidar com essas situações; aprendizados e mudanças possibilitadas pela adoção da criança deficiente; conhecimentos familiares sobre a deficiência, busca de profissionais especializados e resistência encontradas; caminhos percorridos para a formação do vínculo familiar. Todas as informações coletadas por meio das entrevistas serão transcritas para a análise logo após o término dos atendimentos, assegurando privacidade e sigilo quanto às informações apresentadas por você. O registro produzido será mantido sob responsabilidade das pesquisadoras e destruídos após a conclusão da pesquisa.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos consistem em revelação de conteúdos emocionais e afetivos, de caráter doloroso ou que provoque sofrimento. Diante disso, as pesquisadoras se comprometem em oferecer atendimento psicológico, a fim de resguardar os devidos cuidados no que se refere às angústias e sofrimentos psíquicos manifestados, utilizando-se de técnicas específicas da Psicologia e da Psicanálise para o atendimento e acolhimento desta demanda. Os benefícios consistem no recebimento de atendimento psicológico, nas condições em que os conteúdos revelados a partir

das entrevistas tomem dimensão angustiante ou acarretem algum sofrimento psíquico, em virtude da mobilização das emoções decorrentes das entrevistas.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Dra. Anamaria Silva Neves, telefone 3218-2701 e Débora Ferreira Bossa, telefone 3214-5017. Ou ainda no seguinte endereço: Av. Maranhão, s/nº, Bloco 2C, Sala 2C54 - Campus Umuarama - Bairro: Jardim Umuarama - Caixa Postal: 593 Uberlândia- MG, CEP 38400-902. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-32394131

Uberlândia, dede 20.....

Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

TERMO DE ASSENTIMENTO PARA O MENOR

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada **Adoção da criança com deficiência: narrativas sobre a paixão pelo estranho**, sob a responsabilidade das pesquisadoras Dra. Anamaria Silva Neves e Débora Ferreira Bossa.

Nesta pesquisa nós estamos buscando entender a relação constituída a partir da adoção da criança com deficiência e suas implicações no vínculo de filiação, bem como as motivações para a adoção incluindo a deficiência como possibilidade de escolha.

Na sua participação você será entrevistado a fim de compreender, de acordo com suas experiências pessoais os seguintes temas: história familiar e decisão para adoção; entrada da criança com deficiência na família; desafios enfrentados e recursos para lidar com essas situações; aprendizados e mudanças possibilitadas pela adoção da criança deficiente; conhecimentos familiares sobre a deficiência, busca de profissionais especializados e resistência encontradas; caminhos percorridos para a formação do vínculo familiar. Todas as informações coletadas por meio das entrevistas serão transcritas para a análise logo após o término dos atendimentos, assegurando privacidade e sigilo quanto às informações apresentadas por você. O registro produzido será mantido sob responsabilidade das pesquisadoras e destruídos após a conclusão da pesquisa.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos consistem em revelação de conteúdos emocionais e afetivos, de caráter doloroso ou que provoque sofrimento. Diante disso, as pesquisadoras se comprometem em oferecer atendimento psicológico, a fim de resguardar os devidos cuidados no que se refere às angústias e sofrimentos psíquicos manifestados, utilizando-se de técnicas específicas da Psicologia e da Psicanálise para o atendimento e acolhimento desta demanda. Os benefícios consistem no recebimento de atendimento psicológico, nas condições em que os conteúdos revelados a partir das entrevistas tomem dimensão angustiante ou acarretem algum sofrimento psíquico, em virtude da mobilização das emoções decorrentes das entrevistas.

Mesmo seu responsável legal tendo consentido na sua participação na pesquisa, você não é obrigado a participar da mesma se não desejar. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Esclarecimento ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Dra. Anamaria Silva Neves, telefone 3218-2701 e Débora Ferreira Bossa, telefone 3214-5017. Ou ainda no seguinte endereço: Av. Maranhão, s/nº, Bloco 2C, Sala 2C54 - Campus Umuarama - Bairro: Jardim Umuarama - Caixa Postal: 593 Uberlândia- MG, CEP 38400-902. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-32394131.

Uberlândia, dede 20.....

Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) senhor(a), o(a) menor, pelo qual o(a) senhor(a) é responsável, está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada **Adoção da criança com deficiência: narrativas sobre a paixão pelo estranho**, sob a responsabilidade das pesquisadoras Dra. Anamaria Silva Neves e Débora Ferreira Bossa.

Nesta pesquisa nós estamos buscando entender a relação constituída a partir da adoção da criança com deficiência e suas implicações no vínculo de filiação, bem como as motivações para a adoção incluindo a deficiência como possibilidade de escolha.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Débora Ferreira Bossa, em visita domiciliar ao participante da pesquisa, em data e horário previamente agendados de acordo com a disponibilidade do mesmo.

Na participação do(a) menor, ele(a) será convidado a participar de entrevistas a fim de buscar a reconstrução oral de sua história de vida e o encontro com a família adotiva, bem como as implicações de sua deficiência como balizadora de suas experiências na comunidade. Todas as informações coletadas por meio das entrevistas serão transcritas para a análise logo após o término dos atendimentos, assegurando privacidade e sigilo quanto às informações apresentadas. O registro produzido será mantido sob responsabilidade das pesquisadoras e destruídos após a conclusão da pesquisa.

Em nenhum momento o(a) menor será identificado(a). Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

O(A) menor não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos, da participação do(a) menor na pesquisa, consistem em revelação de conteúdos emocionais e afetivos, de caráter doloroso ou que provoque sofrimento. Diante disso, as pesquisadoras se comprometem em oferecer atendimento psicológico, a fim de resguardar os devidos cuidados no que se refere às angústias e sofrimentos psíquicos manifestados, utilizando-se de técnicas específicas da Psicologia e da Psicanálise para o atendimento e acolhimento desta demanda. Os benefícios consistem no recebimento de atendimento psicológico, nas condições em que os conteúdos revelados a partir das entrevistas tomem dimensão angustiante ou acarretem algum sofrimento psíquico, em virtude da mobilização das emoções decorrentes das entrevistas.

O(A) menor é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o(a) senhor(a), responsável legal pelo(a) menor.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, o(a) senhor(a), responsável legal pelo(a) menor, poderá entrar em contato com: Dra. Anamaria Silva Neves, telefone 3218-2701 e Débora Ferreira Bossa, telefone 3214-5017. Ou ainda no seguinte endereço: Av. Maranhão, s/nº, Bloco 2C, Sala 2C54 - Campus Umuarama - Bairro: Jardim Umuarama - Caixa Postal: 593 Uberlândia- MG, CEP 38400-902. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-32394131

Uberlândia, dede 20.....

Assinatura dos pesquisadores

Eu, responsável legal pelo(a) menor _____
consinto na sua participação no projeto citado acima, caso ele(a) deseje, após ter sido
devidamente esclarecido.

Responsável pelo(a) menor participante da pesquisa